U.PORTO

MESTRADO INTEGRADO

ARQUITETURA

continuar-inovando: Um projeto de reabilitação em Touguinhó

Pedro Miguel Barreiros da Costa

M

2020

Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura

apresentada à Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto

Orientação . Prof. Doutora Raquel Alexandra Geada e Paulino

Pedro Miguel Barreiros da Costa

Porto . 2020

NOTA PRÉVIA

Assumimos e exploramos uma convergência de entendimento com o discurso de Fernando Távora, a partir do qual nos apropriamos da expressão “continuar-inovando”.

A presente Dissertação segue o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990.

A bibliografia é, em parte, em língua estrangeira, pelo que se optou por traduzir livremente a grande maioria das citações para português, salvo exceções pontuais relativamente às quais se considerou pertinente possibilitar a leitura na sua forma original.

À minha mãe. Ao meu pai. Ao meu irmão.

Aos meus familiares, em especial aos tios e primo que me convidaram a fazer parte da história desta casa e me confiaram o seu futuro.

À Professora Raquel Paulino, pela orientação e disponibilidade.

Aos meus amigos.

RESUMO

Nesta dissertação, intitulada "*continuar-inovando*: um projeto de reabilitação em Touguinhó", desenvolve-se uma investigação em torno da temática da reabilitação, a partir do desenvolvimento de um projeto de arquitetura para a reabilitação de uma habitação construída nos anos 50, numa pequena freguesia de Vila do Conde. Esta intervenção em contexto real providencia um caso de estudo concreto, ao qual estão associadas problemáticas específicas que foram objeto de investigação e que informaram o desenvolvimento de um projeto.

Assim, em paralelo com o desenvolvimento de uma efetiva proposta de projeto que responde a uma encomenda real, desenvolve-se a necessária investigação de suporte à construção das ideias e à produção de uma reflexão teórica que enquadra o corpo da Dissertação de Mestrado que se apresenta. Por fim, tal oportunidade permite, ainda, uma tomada de consciência e desenvolvimento de uma postura crítica enquanto arquiteto, perante o desafio de "construir no construído".

ABSTRACT

In this dissertation, entitled "*continuar-inovando*: um projeto de reabilitação em Touguinhó", we develop an investigation on the theme of rehabilitation, through the development of an architectural project for the rehabilitation of a house built in the 50s, in a small parish of Vila do Conde. This intervention in a real context provides a concrete case study, with which are associated specific problems that were the subject of the investigation and advised the development of the project.

Thus, alongside the development of an actual project proposal for a real commissioned work, the necessary research that supports the ideas and the theoretical observations that constitutes the corpus of the Master's Thesis is developed. Finally, this opportunity also raises personal awareness and helps the development of a critical attitude as an architect, when facing the challenge of "building on the built".

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS 5

RESUMO 7

ABSTRACT 9

INTRODUÇÃO 13

1. PATRIMÓNIO 17

2. ARQUITETURA POPULAR EM PORTUGAL

2.1 O ESTADO NOVO E A CASA PORTUGUESA 35

2.2 A TIPOLOGIA HABITACIONAL 45

2.3 PAISAGEM EM TRANSFORMAÇÃO 57

3. ENQUADRAMENTO

3.1 CONTEXTUALIZAÇÃO GEOGRÁFICA E LOCALIZAÇÃO 67

3.2 CARACTERIZAÇÃO: ORIGEM, EVOLUÇÃO E ESTADO ATUAL 79

3.3 DIAGNÓSTICO 93

4. INTERVENÇÃO 99

5. DESENHOS 131

CONSIDERAÇÕES FINAIS 153

BIBLIOGRAFIA 157

CRÉDITOS DE IMAGEM 161

INTRODUÇÃO

Nesta dissertação, intitulada "*continuar-inovando*: um projeto de reabilitação em Touguinhó", desenvolve-se uma investigação em torno da temática da reabilitação, a partir do desenvolvimento de um projeto de arquitetura para a reabilitação de uma habitação construída nos anos 50, numa pequena freguesia de Vila do Conde. Esta intervenção em contexto real providencia um caso de estudo concreto, ao qual estão associadas problemáticas específicas que foram objeto de investigação e que informaram o desenvolvimento de um projeto.

Pretende-se estabelecer uma aproximação ao tema da intervenção em edificado existente de duas formas distintas e complementares.

A primeira, parte de uma abordagem crítica dos conceitos teóricos levantados no processo de investigação que pretende, em última instância, clarificar o problema da identificação de valor patrimonial no objeto de estudo:

Como refere Nuno Valentim Lopes, "...a identificação do valor na pré-existência esteve (e estará) sempre na base do debate em torno do projecto no edificado construído. Daí que a intervenção no edificado existente pressuponha um conhecimento profundo da pré-existência e dos seus enquadramentos – histórico, simbólico, social, arquivístico, urbano, construtivo, tipológico, programático, ... – configurando um quadro de valores presente e indispensável às decisões de projecto."[1]

A segunda, consiste na descrição do projeto de reabilitação enquanto síntese crítica, conjugando o trabalho de investigador e de historiador com o de projetista:

1. Nuno Valentim Lopes, "Projecto, património arquitectónico e regulamentação contemporânea. Sobre práticas de reabilitação no edificado corrente", Porto: FAUP, Prova de Doutoramento em Arquitectura, 2015, p. 18.

> "Para um arquitecto, que é o que sou estruturalmente, o discurso mais apropriado é, sobretudo, o do projecto e da obra construída, que deverão explicitar os conceitos que defende, de uma forma certamente mais clara do que mil palavras."[2]

No centro do debate contemporâneo da reutilização de edifícios está o problema da identificação dos elementos e dos critérios que determinam ou não a atribuição de valor ao edificado corrente, ou seja, não classificado como património. Mas para se poder identificar os respetivos valores patrimoniais na pré-existência, tem de se entender, em primeiro lugar, o que pode ser considerado um valor patrimonial, e, consequentemente, a definição do conceito de património.

Uma reflexão sobre a evolução do conceito de património é recorrente neste tipo de estudos. Desde logo, o termo "evolução" pressupõe uma instabilidade que se traduz na multiplicidade de significados e consequentes reformulações do conceito ao longo do tempo. No entanto, apesar de aparentemente redundante, esta necessidade surge da dificuldade e ambiguidade da sua definição, e precisamente por apresentar diferentes interpretações de autor para autor, ou de arquiteto para arquiteto, se torna relevante abordar esta questão adotando uma perspetiva crítica pessoal. Desenvolve-se ainda um breve enquadramento das diversas metodologias de intervenção em património construído, onde são expostas as principais teorias de conservação e restauro e cartas patrimoniais.

Associada à definição do conceito de património surge também a definição do conceito de monumento. Durante muito tempo, de forma quase exclusiva, apenas os monumentos eram considerados Património e seriam, por isso, dignos de intervenções protecionistas face à ação do tempo. Apenas com o passar dos anos, o edificado anónimo conquistou o seu lugar na categoria de Património. Este tipo de edificado "menor", como é o caso do objeto de estudo, não se destacando pela sua singularidade, adquire valor pela sua inclusão num conjunto que traduz o "espírito coletivo" duma época, neste caso, representativo da arquitetura popular portuguesa.

2. Alexandre Alves Costa, "Identidade nacional e património construído – arquitetura, cidade e território", comunicação efetuada a 18 de Abril de 2009, no Auditório da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, no Dia Internacional dos Monumentos e Sítios sob o tema geral "O Património como Oportunidade e Desígnio", p. 1.

No segundo capítulo, desenvolve-se o necessário estudo da arquitetura popular portuguesa, mais precisamente, da habitação rural do noroeste peninsular, assim como da sua evolução e transformação derivada dos fenómenos introduzidos com a industrialização, imprescindível para poder delinear os limites do que pode ser considerado de valor no caso de estudo, e, consequentemente, identificar que características e qualidades traduzem esses valores e se devem, por isso, preservar.

Decorrente da exaustiva análise formal e histórica do objeto arquitetónico, completada por um levantamento rigoroso que caracteriza o sistema construtivo e identifica as patologias existentes, e no confronto com uma encomenda que é reflexo das necessidades, limitações e aspirações de um tempo presente, desenvolve-se o projeto da intervenção, imediatamente confrontado com a questão: “como intervir em edificado existente?”.

É retomada a reflexão inicial em torno das diversas metodologias de intervenção, na procura de um método e processo ajustado às circunstâncias em presença. Não se pretende, no entanto, encontrar uma resposta doutrinal que determine a intervenção, mas sim entender as diferentes posições e os conceitos e critérios por elas introduzidos como conteúdo qualificado da disciplina arquitetónica, que, apesar de muitas vezes contraditórios, complementam-se num discurso completo, adaptável a diferentes realidades.

Entre o rural e o urbano, o material e o simbólico, a preservação, a demolição e a nova construção, entre o antigo e o novo, o passado e o presente, em suma, entre o continuar e o inovar, procura-se o equilíbrio a partir do qual são definidos os princípios estruturantes que auxiliam o processo de projeto.

Por fim, apresenta-se o projeto, acompanhado pelas considerações finais. O projeto de re-abilitação é simultaneamente a origem, o catalisador da investigação, a aplicação prática e reflexiva dos temas levantados, e a síntese crítica.

1. PATRIMÓNIO

Um projeto de reabilitação nunca deixa de ser um projeto de arquitetura, em todo o caso, submetido a uma circunstância específica, que impõe a ponderação de um conjunto particular de valores presentes nas pré-existências que informam um processo de decisão que vai orientando o desenvolvimento e consolidação de uma solução de intervenção.

> "Do "silêncio", à intervenção activa e transformadora do próprio edifício ou conjunto, a novidade é a consideração da história como matéria de um projecto de autor. É tomar uma posição corajosa de busca – inquietante no aceitar que cada tema tem o seu carácter, a sua problemática específica, a sua expressão própria. Qualquer que seja. Aliás, será a história uma ciência exacta ou matéria manipulável?"[1]

Ao intervir sobre uma pré-existência, esta ponderação de valores adquire uma complexidade acrescida pela consideração do fator história. De imediato, coloca-se um conjunto de perguntas: o que pode ser verdadeiramente considerado "de valor" no edificado existente? Porquê reabilitar e não demolir e construir algo novo? Porquê preservar? E o que preservar?

É na procura de respostas a estas questões que se impõe a necessidade primeira de uma reflexão sobre a evolução do conceito de património arquitetónico, na tentativa de identificar de forma clara e operativa, as circunstâncias que enquadram e fundamentam a atribuição de valor patrimonial a um edifício não classificado como tal.

Como já foi referido, a indicação do termo "evolução" pressupõe, desde logo, uma instabilidade que se traduz na emergência de diferentes entendimentos, aos quais estão associadas reformulações do conceito ao longo do tempo. Na obra "Alegoria do Património", Françoise Choay explica como a palavra *Património*, cujo significado original está associado à "desig-

1. Alexandre Alves Costa, "O Património entre a Aposta Arriscada e a Confidência Nascida da Intimidade", in *JA, Jornal dos Arquitectos* n. 213, Lisboa: Ordem dos Arquitectos, Nov./Dez. 2003, p. 13.



Imagem 1 - Charles Robert Cockerell, “The Professor’s Dream”, 1848.

nação do direito privado em matéria de transmissão de heranças"[2], adquiriu um carácter "nómada"[3], absorvendo e incorporando outros conceitos, desde a noção de monumento ao reconhecimento de um edificado menor (urbano ou rural) com valor patrimonial.

A etimologia da palavra monumento remete para a memória[4]. Ao materializar, e, desta forma, recordar e invocar o passado, contribui diretamente para "manter e preservar a identidade de uma comunidade, étnica ou religiosa, nacional, tribal ou familiar."[5]

À ideia de património enquanto bem herdado associa-se, assim, o conceito de monumento na origem do entendimento do que é o património arquitetónico. Um monumento é um bem coletivo, testemunho[6] da identidade de uma comunidade, herdado geração após geração por todos os elementos dessa comunidade, que possuem, ou deviam possuir, o dever de o preservar. Como refere Manuel Graça Dias, "Essas pedras – património, herança, testemunho ou memória –, existiram antes de nós (...) e, provando as capacidades da arquitectura, deveriam sobreviver-nos, abrigando ainda muitos homens depois do nosso tempo. Deviam, não por *fetiche* arqueológico ou por serem muito antigas, mas porque lhes reconhecemos as qualidades de sempre (a luz, o espaço, o volume, a misteriosa proporção, o engenho ou o acerto do detalhe); e então queremos guardá-las como *prova*..."[7], como "garantia das origens"[8].

Historicamente, a admiração pelas criações artísticas e bens herdados dos antepassados verifica-se já desde o Renascimento, na exaltação da cultura e dos monumentos da Antiguidade Clássica, nomeadamente da Grécia e Roma antigas. Neste período, destaca-se Leon Battista Alberti, que, em 1483, publica o tratado "De Re Aedificatoria", no qual dedica o Livro Décimo a "O Restauro das Obras".[9]

2. Álvaro Domingues, "Patrimónios Desamparados" in *Revista Património* n. 2, Lisboa: DGPC, Nov. 2014, p. 10.

3. Françoise Choay, "Alegoria do Património", Lisboa: Edições 70, 2010, p. 11.

4. "...do latim *monumentum*, derivado de *monere* (advertir, recordar), o que interpela a memória." Ibidem, p. 17.

5. Ibidem.

6. "... e aqui, abrindo a porta para a capacidade de nos esclarecer sobre o decurso da história que as construções do passado podem transportar." Manuel Graça Dias, "A Prova", in *JA, Jornal dos Arquitectos* n. 213, Lisboa: Ordem dos Arquitectos, Nov./Dez. 2003, p. 3.

7. Ibidem.

8. Françoise Choay, op. cit., p. 17.

9. "... é, sem dúvida, vergonhoso não poupar as obras dos antigos, nem respeitar as vantagens de que os cidadãos usufruem, acostumados aos lares dos seus antepassados; pelo que, destruir, demolir e arrasar completamente o que quer que seja, em qualquer parte, deve ser uma opção a pôr de lado, sempre. Por conseguinte, eu gostaria que se conservassem intactas as construções antigas, sempre que não seja impossível levantar uma nova sem as destruir." Leon Battista Alberti, "Da arte edificatória", Lisboa: FCG, 2011, p. 233.



Imagem 2 - Vista do Castelo de Pierrefonds antes do restauro de Viollet-le-Duc.

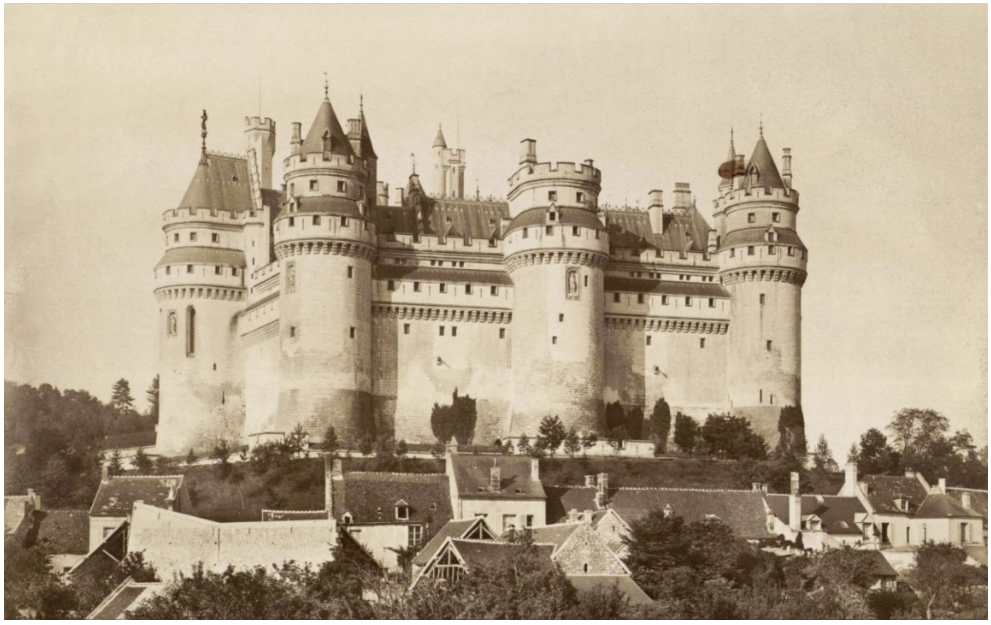


Imagem 3 - Vista do Castelo de Pierrefonds depois do restauro de Viollet-le-Duc.

No entanto, será apenas no século XIX – no seguimento da Revolução Francesa, e contemporaneamente à Revolução Industrial – que surgem as primeiras campanhas de salvaguarda do património arquitetónico: "Aquando da Revolução Francesa, 1789, é quase simultânea a regulação da pilhagem dos bens da igreja e da nobreza para enriquecer património nacional – enquanto conjunto de bens coletivos –, e a classificação e preservação de monumentos e obras artísticas;".[10]

Sobre o exposto, Choay utiliza a nomenclatura "conservação reativa" para classificar este tipo de ações conservadoras posteriores à Revolução Francesa, caracterizadas por surgirem, como o próprio nome indica, em reação a uma possível ou iminente destruição ou ruína de monumentos ou edifícios (públicos ou religiosos) de carácter monumental ou com importância histórica – como veremos é perante a hipótese de perda de algo que define uma identidade, que se renova constantemente com o evoluir da história os valores que integram e definem o conceito de património.[11]

> "É neste momento de finais do século XVIII e princípio do século XIX, aquando do nascimento do mundo moderno, acompanhado pela delimitação do território das nações e a busca das características próprias da identidade, que se recorrerá aos monumentos e criações artísticas como representações da genialidade vinculada a um espírito colectivo."[12]

Neste período de transição, intensifica-se o debate em torno do património, salientando-se a relevância do papel pioneiro de John Ruskin e Viollet-le-Duc, pela introdução das primeiras teorias de conservação e restauro, com as quais se procura estabelecer princípios de intervenção. Com o restauro estilístico, Viollet-le-Duc defendia, na prática, a unidade de estilo, propondo um processo de reconstrução que consistia na reposição daquela que seria a forma original do monumento[13]. John Ruskin, por sua vez, representava uma perspetiva romântica e moralista, apoiada numa postura não-intervencionista radical, que apesar de

10. Álvaro Domingues, "Patrimónios Desamparados", in *Revista Património* n. 2, Lisboa: DGPC, Nov. 2014, p. 10.

11. Françoise Choay, "Alegoria do Património", Lisboa: Edições 70, 2010, pp.111-116.

12. Enrique Saiz Martin, "Hacia un nuevo modelo – sostenible y social – de gestión del patrimonio cultural", in *Revista Património* n. 2, Lisboa: DGPC, Nov. 2014, p. 17.

13. "Restaurer un édifice, ce n'est pas l'entretenir, le réparer ou le refaire, c'est le rétablir dans un état complet qui peut n'avoir jamais existé à un moment donné." Eugéne Viollet-le-Duc, "Restauration" in *Dictionnaire raisonné de l'architecture française du XIe au XVIe siècle, Tome VIII*, Paris: A. Morel, Éditeur, 1866, p. 14.



Imagem 4 - John Ruskin, Kenilworth Castle.



Imagem 5 - Joseph Mallord William Turner, Tintern Abbey.

sugerir uma manutenção atenta e cuidada, culmina, contudo, inevitavelmente, na ruína do monumento[14]. Ruskin opôs-se frontalmente aos ideais de Viollet-le-Duc, criticando as intervenções francesas pelo seu desrespeito pela autenticidade histórica da obra arquitetónica, e acusando os defensores do restauro estilístico de criarem "falsos históricos".

A estes dois autores seguiram-se muitos outros, entre os quais se distinguem Camilo Boito, Aloïs Riegl, e, mais recentemente, Antón Capitel e Ignasi de Solà-Morales, responsáveis por contributos significativos no âmbito da investigação assente em metodologias de intervenção em edificado existente.[15]

Camilo Boito, pioneiro ideológico e prático do restauro científico, procurou encontrar um equilíbrio entre as ideias anteriores. Ao partilhar a visão romântica de Ruskin, mas não a sua condição fatalista, propõe uma ação restauradora seguindo um princípio de intervenção mínima, e exige que esta seja completamente diferenciada e reconhecível enquanto um acrescento contemporâneo, garantindo assim a autenticidade histórica da obra antiga.[16]

14. "Take proper care of your monuments, and you will not need to restore them. (…). Watch an old building with an anxious care; guard it as best you may, and at any cost, from every influence of dilapidation. Count its stones as you would jewels of a crown; set watches about it as if at the gates of a besieged city; bind it together with iron where it loosens; stay it with timber where it declines; do not care about the unsightliness of the aid; better a crutch than a lost limb; and do this tenderly, and reverently, and continually, and many a generation will still be born and pass away beneath its shadow. Its evil day must come at last; but let it come declaredly and openly, and let no dishonouring and false substitute deprive it of the funeral offices of memory." John Ruskin, "The Seven Lamps of Architecture", Nova Iorque: John Wiley, 1849, p. 163.

15. Para um estudo geral mais extenso dos contributos destes autores, e de outros, veja-se, por exemplo, Françoise Choay, "Alegoria do Património"; Antón Capitel, "Metamorfosis de monumentos y teorias de la restauración" e Maria João Baptista Neto, "Memória, propaganda e poder: o restauro dos monumentos nacionais (1929-1960)".

16. "Em 1883, Camilo Boito apresenta, no III Congresso Nacional dos Engenheiros e Arquitectos Italianos, Oito Princípios de orientação para o restauro de monumentos:

I. diferenciação de estilo entre o antigo e o novo;

II. diferenciação de materiais e seu emprego;

III. supressão de molduras e decoração nas partes novas;

IV. exposição das partes materiais que foram eliminadas, num espaço contíguo ao monumento restaurado;

V. incisão de uma marca da atuação ou de sinal convencional nas partes novas;

VI. memória descritiva de todo o processo de intervenção no monumento;

VII. descrição e fotografias das diversas fases dos trabalhos depositados no próprio monumento, ou num lugar público próximo, ou a publicação de todo o material;

VIII. notoriedade visual das acções realizadas."

Pedro Alarcão, "Construir na ruína. A propósito da cidade romanizada de Conimbriga", Porto: FAUP, Prova de Doutoramento em Arquitectura, 2009, p. 23.



Imagem 6 - Contraste novo/antigo. Carrilho da Graça, recuperação e conversão do Mosteiro de Flor da Rosa numa pousada, Crato, Portugal, 1995.



Imagem 7 - Rafael Moneo, ampliação do Banco de Espanha, Madrid, 1980.



Imagem 8 - Intervenção analógica. Pormenor de elementos da fachada do Banco de Espanha.

Riegl assume um papel particularmente relevante por introduzir as bases da reflexão em torno da identificação de valores numa obra arquitetónica. Em "O Culto Moderno dos Monumentos", estabelece uma teoria de valores que compõem os objetos patrimoniais, defendendo que qualquer intervenção deve procurar sempre um equilíbrio entre estes, em função das circunstâncias particulares que definem o edifício em causa. Exclui, assim, a hipótese de uma doutrina de intervenção única, evidenciando que a diversidade de situações deve ser tratada de acordo com a especificidade de cada caso:

> "Numa perspectiva lógica, o valor de antiguidade, último a aparecer, exclui o valor de novidade e ameaça também o valor de utilização e o valor histórico. Mas, o valor de utilização contraria frequentemente o valor de arte relativo e o valor histórico. (...) Riegl mostra que eles não são, apesar de tudo, insolúveis e que dependem, de facto, de compromissos, negociáveis em cada caso particular, em função do estado do monumento e do contexto social e cultural no qual se insere."[17]

Por fim, Antón Capitel e Solà-Morales valorizam uma possível relação dialética com o material histórico, ao invés da predominante rutura entre o novo e o antigo, praticado recorrentemente nas intervenções contemporâneas, introduzindo o conceito de intervenção analógica como uma posição crítica e operativa eficaz na atuação sobre os edifícios existentes:

> "Obrigados, pois, a desconfiar da nossa própria sensibilidade e, paradoxalmente, usufruir dela, é preciso aprender com eficácia que entre o mimetismo historicista ou o classicismo de manual, e o *collage* moderno, existe ainda um campo amplo para explorar. Um campo diverso, não limitado a posições únicas, no qual o necessário novo desenho seja capaz de interpretar o eco do antigo, a simpatia do monumento, e procurar assim a solução numa harmonia analógica que, evitando os equívocos históricos, não se sinta obrigada a exibir diferenças artificiosas nem distâncias mentais, mas que procure, por sua vez, uma relação lógica, rigorosa e bela com o antigo. A necessária e arqueológica diferença estabelecer-se-á por si própria na busca da harmonia com uma história em todo o caso impossível de repetir. Trata-se, desde logo, de um trabalho que precisa de ser tão lúcido e prudente como culto e subtil..."[18]

17. Françoise Choay, "Alegoria do Património", Lisboa: Edições 70, 2010, p. 172.

18. Antón Capitel, "Metamorfosis de monumentos y teorias de la restauración", Madrid: Alianza Editorial, 1988, p. 49.

Evitando prolongar as extensas clarificações das diferentes teorias da conservação e restauro que se traduzem, maioritariamente, em postulados demasiado gerais perante a ambiguidade e complexidade do problema, não deixa de ser relevante sublinhar a importância do estudo dos vários conceitos por elas introduzidos enquanto conteúdo qualificado da disciplina arquitetónica. Não se trata, portanto, de classificar uma doutrina como modelo arquitetónico universal, mas de compreender as diversas reflexões, que, apesar de muitas vezes contraditórias, se acumulam e complementam num discurso completo, adaptável a diferentes realidades.

A procura de princípios de intervenção conduziu a uma sistematização do exercício da recuperação de edifícios antigos, auxiliando a discussão teórica com a aplicação prática dos conceitos, contribuindo, a par do debate patrimonial, para a sucessiva revisão dos sentidos e significados do conceito de património ao longo do tempo.

Na origem da consideração da arquitetura doméstica como parte integrante do campo da herança patrimonial a preservar, terão estado John Ruskin, e mais tarde, William Morris, ao sublinharem "o papel das arquitecturas anónimas e vernáculas que, ao longo de gerações, construíram a arquitectura da cidade (e do campo), ampliando, de forma decisiva, o conteúdo tipológico do próprio conceito de monumento."[19]

Pontua-se, desta forma, o início da mudança de paradigma: "Fazendo-nos ver e tocar o que viram e tocaram as gerações desaparecidas, o mais humilde lar possui, a par do edifício mais glorioso, o poder de nos colocar em comunicação, quase em contacto, com elas."[20] Porém, apesar da pertinência da visão antecipadora de Ruskin, as suas ideias não tiveram grande alcance. De facto, até à Carta de Veneza de 1964, as políticas de conservação continuam a restringir-se, essencialmente, a grandes edifícios religiosos e civis.

Desde meados do século XX, as várias cartas e convenções internacionais denunciam a necessidade de postular, de forma tão objetiva quanto possível, a constante atualização dos conceitos, assim como um conjunto de "regras" que são recomendadas ao nível da atuação em edifícios do passado.

19. José Aguiar, "Reabilitação ou Fraude?", in *Revista Património* n. 2, Lisboa: DGPC, Nov. 2014, p. 58.

20. Françoise Choay, "Alegoria do Património", Lisboa: Edições 70, 2010, p. 148.

No primeiro documento, a Carta de Atenas de 1931, partindo das ideias apresentadas por Gustavo Giovannoni em "Vecchie città ed edilizia nuova" (1931), reconhece-se o valor patrimonial dos conjuntos urbanos na envolvente dos monumentos e recomenda-se para estes edifícios – arquitetura menor – cuidados expressos por leis de proteção e critérios de restauro semelhantes aos dos edifícios históricos.

Destaca-se, principalmente, o impacto da já referida Carta de Veneza de 1964, ao recuperar os ideais introduzidos por Ruskin, agora publicados num documento cuja influência se traduziu na produção de legislação a nível nacional e internacional:

> "A noção de monumento histórico engloba a criação arquitectónica isolada bem como o sítio rural ou urbano que testemunhe uma civilização em particular, uma evolução significativa ou um acontecimento histórico. Esta noção estende-se não só às grandes criações, mas também às obras modestas que adquiriram com o tempo um significado cultural."[21]

Apesar do valor positivo deste alargamento do espetro patrimonial ao edificado menor, na Carta de Atenas ainda restringido aos conjuntos edificados dos centros históricos ou nas áreas circundantes aos monumentos, o alcance internacional da Carta de Veneza teve também uma influência negativa ao determinar uma metodologia de intervenção considerada "ideal", limitando a diversidade de soluções a uma resposta universal[22]. Refira-se também o contributo recente da Carta de Cracóvia de 2000, que alerta para a responsabilidade das comunidades pela gestão do seu património e para os perigos do turismo cultural.

No contexto nacional, mais do que as políticas de restauro dos monumentos nacionais promovidas pela Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN)[23], salienta-se, pela sua maior proximidade ao objeto de estudo desta dissertação, o empreendimento do "Inquérito à Arquitetura Popular Portuguesa" (1955/1960) proposto pelo Sindicato Nacional dos Arquitetos Portugueses (SNAP), e, mais tarde, a publicação dos estudos desenvolvidos

21. Carta de Veneza sobre a Conservação e o Restauro de Monumentos e Sítios, 1964, art.º 1o.

22. "... todos os trabalhos de reconstrução [mimética] deverão, à partida, ser excluídos. Apenas a anastilose, isto é, a remontagem das partes existentes, mas desmembradas, poderá ser encarada. Os materiais de reintegração deverão ser sempre reconhecíveis e o seu uso deverá restringir-se ao mínimo necessário para assegurar a conservação do monumento e restabelecer a continuidade das suas formas." Ibidem, art.º 15o.

23. Para uma análise mais extensa da atividade deste organismo do Estado Novo veja-se Maria João Baptista Neto, "Memória, propaganda e poder: o restauro dos monumentos nacionais (1929-1960)".



Imagem 9 - Fernando Távora, Quarteirão QI Alçado, CMPorto, Renovação Urbana do Barredo, 1968.



Imagem 10 - Fernando Távora, Casa de férias em Ofir, 1958.



Imagem 11 - Fernando Távora, Casa de férias em Ofir, 1958.



Imagem 12 - Fernando Távora, restauro e conversão do Mosteiro de Santa Marinha da Costa numa Pousada, Guimarães, 1984.

por Fernando Galhano e Ernesto Veiga de Oliveira na obra “Arquitectura Tradicional Portuguesa” (1992), que reconhecem valor arquitetónico ao edificado menor e ampliam a atenção patrimonial para a nossa construção tradicional, tanto urbana como rural.

Fernando Távora é uma figura incontornável no panorama arquitetónico nacional pela sua visão singular sobre o património, evidenciada tanto na sua obra construída, como pela sua produção teórica.

O Estudo de Renovação Urbana do Barredo entregue em 1969, desenvolvido por uma equipa liderada por Fernando Távora, assume especial importância e chega mesmo a ser considerado o “texto fundador da reabilitação urbana em Portugal”[24]. Apesar de apenas terem sido realizadas algumas operações piloto, revela-se, ainda assim, um trabalho de referência, percursor de metodologias de intervenção em processos de reabilitação urbana ainda válidas nos dias de hoje. Este Estudo introduz, principalmente, uma mudança de atitude face ao modo de pensar o património e a cidade:

> “Mudança no entendimento da história, como base para a interpretação da herança construída, enquanto valor cultural a preservar, contra a visão oitocentista[25] da reposição da “traça original” dos monumentos, que ainda cá vigorava e que considerava, além do mais, que apenas eram “monumentos” os imóveis de arquitectura erudita de expressão simbólica, como castelos, igrejas e palácios, excluindo os sítios, os conjuntos e as construções correntes (geralmente de habitação) resultantes de obras populares ou eruditas de pequena dimensão. (...). Mudança ainda na abordagem arquitectónica que passa a articular os requisitos da construção tradicional com as disponibilidades construtivas do presente (e até do futuro!).”[26]

Desta forma, ao reconhecer a importância histórica deste tipo de edificado, promovendo a sua preservação e atualização ao invés da sua demolição, e sobretudo ao envolver os moradores num processo participativo, promove uma abordagem multidisciplinar para a qual acrescenta aos valores patrimoniais e arquitetónicos, os valores culturais e sociais que tam-

24. Rui Loza, “Prefácio”, XIII, in Fernando Távora, *Estudo de Renovação Urbana do Barredo*, Porto: Câmara Municipal do Porto, 2019.

25. A visão oitocentista aqui descrita remonta ao restauro estilístico de Viollet-le-Duc, mas que em Portugal persiste até ao século XX com as intervenções da DGEMN.

26. Ibidem, XIV.



Imagem 13 - Le Corbusier, Villa Savoye, Poissy. Estado de abandono.



Imagem 14 - Le Corbusier, Villa Savoye, Poissy. Estado atual. Por consequência da 2ª Guerra Mundial, a Villa Savoye esteve abandonada entre 1940 e 1963. No seguimento de uma campanha liderada por Le Corbusier, que conquistou apoio internacional, a Villa tornou-se o primeiro edifício moderno a integrar o registo Françês de monumentos históricos em 1965, dando-se assim o primeiro passo para a sua preservação. A reabilitação teve início em 1985, e foi por fim completada em 1997.

bém definem, em conjunto, a identidade do lugar. Num ponto de vista operativo, ao introduzir o fator temporal como matéria manipulável do projeto de reabilitação, contraria a dimensão estática do edificado, e introduz a máxima "continuar-inovando", assente numa visão dinâmica da arquitetura, da cidade e do património:

> "Cremos, em primeiro lugar, que a morfologia física e social do sector deverá ser alterada por um processo dinâmico, seguro e permanente de renovação a todos os níveis, dando portanto à palavra renovação o seu verdadeiro sentido que é o de continuar-inovando, num movimento constante de modificação para melhores condições, mas respeitando os valores positivos que porventura possam existir e que não deverão, portanto, ser destruídos."[27]

Em retrospetiva, retomamos a ideia do espírito nostálgico inerente ao ser humano que se traduz naquele "medo de perder algo que define uma identidade", como fator dinamizador das reformulações consecutivas do espetro patrimonial. Quer seja perante os estragos do vandalismo da Revolução Francesa, ou face à rutura com os modelos tradicionais e às rápidas e irreversíveis transformações iniciadas com a Revolução Industrial[28], parece que só é atribuído o devido valor patrimonial a certos edifícios, ou tipos de edifícios, quando estes estão ameaçados, quando se perdem ou estão em vias de se perder: "quando começa o sonho da cidade moderna, revaloriza-se a cidade que irá desaparecer, a cidade antiga."[29]

Esta reflexão confirma-se sistematicamente no decorrer da história, comprovando que o conceito de valor patrimonial está em constante atualização: certos edifícios representativos da arquitetura do movimento moderno, já estão, também, classificados enquanto objetos patrimoniais, existindo, inclusive, organismos que se dedicam exclusivamente à proteção e salvaguarda deste património[30], sendo que grande parte do inventário não chega a ter sequer um século de vida; refira-se também, numa aproximação ao objeto de estudo desta dissertação, a crescente atenção dada à arquitetura popular portuguesa (tanto urbana como rural) nos

27. Fernando Távora, "Estudo de Renovação Urbana do Barredo", Porto: Câmara Municipal do Porto, 2019, p. 136.

28. "A armadura urbana pré-industrial e, sobretudo, as pequenas cidades ainda quase intactas, tornavam-se nos vestígios frágeis e preciosos de um estilo de vida original, de uma cultura em vias de extinção, a proteger incondicionalmente..." Françoise Choay, "Alegoria do Património", Lisboa: Edições 70, 2010, p. 206.

29. José Aguiar, "Reabilitação ou Fraude?", in *Revista Património* n. 2, Lisboa: DGPC, Nov. 2014, p. 56.

30. Como, por exemplo, o DOCOMOMO (organização para a DOcumentação e COnservação de edifícios, lugares e bairros do MOvimento MOderno).

últimos anos, em reação às mutações socioeconómicas e territoriais da paisagem tradicional portuguesa, ou, pura e simplesmente, no combate à ruína deste tipo de edifícios, causada pela inevitável e fatal ação do tempo e das forças da natureza.

> "Paralelamente, impõe-se uma *expansão tipológica* do património histórico: um mundo de edifícios modestos, nem memoráveis nem prestigiosos, reconhecidos e valorizados por novas disciplinas, como a etnologia rural e urbana, a história das técnicas e a arqueologia medieval, foram integradas no *corpus* patrimonial."[31]

Em síntese, verificamos hoje em dia, que a noção de património arquitetónico já não compreende apenas os edifícios monumentais, ou os outros, eruditos ou não, nem se restringe só a elementos individuais[32], que, por estarem ligados a um conjunto, são definidores de uma identidade cultural. "A toda esta noção de conjunto e valores físicos, foram acrescentados outros valores, não materiais – as dimensões sociais e temporais do nosso quotidiano."[33]

Desta forma, antecipando a investigação e reflexão que suportam o capítulo seguinte, pretendemos avançar que, tratando-se a habitação pré-existente a intervir, de um edifício que se inscreve na arquitetura popular portuguesa, em contexto rural, do Noroeste de Portugal, não são apenas os elementos físicos que caracterizam esta tipologia arquitetónica que possuem valor patrimonial, e que, por isso, interessa preservar. Tão importante como estes elementos materiais, serão as condições metafísicas da arquitetura popular portuguesa: "...a correlação estreita com as condições naturais da região, o seu radical utilitarismo, a rusticidade e a permanência."[34]

31. Françoise Choay, "Alegoria do Património", Lisboa: Edições 70, 2010, p. 225.

32."Os elementos patrimoniais individuais adquirem a sua adequada valorização na medida em que estabelecem ligações com conjuntos de outros bens – similares ou distintos – com os quais se relacionam e complementam mediante vínculos de génese cultural e histórica. Estes elementos em conjunto com o espaço que o rodeia e onde se inserem, formam um sistema patrimonial íntegro e identificável, em cujo meio se desenvolvem processos de relação social e cultural, funcional e de uso. Esta relação também pode ser estética, ambiental e física. Supera-se assim, apesar de a conter, a dimensão meramente visual ou contemplativa, estática, do conceito de monumento, para definir unidades patrimoniais mais complexas e vinculadas com realidades mais próximas das pessoas a quem pertencem." Enrique Saiz Martin, "Hacia un nuevo modelo – sostenible y social – de gestión del patrimonio cultural", in *Revista Património* n. 2, Lisboa: DGPC, Nov. 2014, p. 19.

33. Adalberto Dias, "Mudar sem Mudar – o Património e o Espaço Público", in *1º Seminário - A Intervenção no Património: Práticas de Conservação e Reabilitação*, Porto: FEUP, 2002, p. 114.

34. AA. VV., "Arquitectura Popular em Portugal", Lisboa: Ordem dos Arquitectos, 2004, vol. 1, p. XIX.

Em jeito de conclusão, importa sublinhar que a pré-existência por si só, enquanto objeto isolado, não pode ser classificada enquanto *Património*, ou seja, a habitação existente não se assume enquanto um objeto patrimonial, possui valor patrimonial por se relacionar com um conjunto considerado de valor - "... o património não o é em si, não é um dado ou um "facto"; é um construído, um produto de um discurso, de uma decisão patrimonializadora."[35]

O capítulo que se segue assenta numa investigação e reflexão em torno da arquitetura popular portuguesa em contexto rural, de forma a entender o que torna a habitação que constitui o objecto de estudo e de intervenção desta dissertação parte integrante deste conjunto, e qual a seleção de elementos na habitação que se identifica como sendo verdadeiramente representativos desse conjunto.

De acordo com as orientações emanadas na Carta de Cracóvia, "A identificação e a valorização destas obras como património é, assim, um processo que implica a seleção de valores."[36]

35. Álvaro Domingues, "Patrimónios Desamparados", in *Revista Património* n. 2, Lisboa: DGPC, Nov. 2014, p. 11.

36. Carta de Cracóvia: Princípios para a Conservação e o Restauro do Património Construído, 2000, p. 5.

2. ARQUITETURA POPULAR EM PORTUGAL

2.1 O ESTADO NOVO E A "CASA PORTUGUESA"

No contexto de uma leitura sobre a arquitetura popular portuguesa no século XX, consideramos oportuno um estudo preliminar que possa identificar a presença de influências de um estilo criado pelo Estado Novo (1933-1974).

A origem do debate intelectual centrado na procura de uma identidade da cultura portuguesa e na criação de um "estilo nacional" remonta à viragem do século, estando intimamente ligado ao movimento da "Casa Portuguesa".[1]

A partir de 1933, com a implantação do regime ditatorial e de um organismo de propaganda nacional (S.P.N)[2], o "papel ideológico activo do Estado Novo (...) fez ressurgir com vigor os formalismos tradicionalistas e historicistas, a defesa renovada do ideário da "Casa Portuguesa", a arte nacionalista."[3]

> "Em Portugal, (...) só raramente as manifestações de modernidade na arquitectura portuguesa dos anos 20, 30 e 40 se tenham pautado por uma radical ruptura com a tradição. E assim o frágil alinhamento com a produção teórica e prática internacional rapidamente infletiu, sob determinação da postura ideológica do próprio regime político, para uma reinterpretação de modelos ruralizantes, apoiada em

1. "A "Casa Portuguesa" foi um movimento cultural de fundo nacionalista que teve razão ou pretexto próximo na reacção ultimatista de 1890. Cerca de 1900 estava no seu apogeu, visível nas pesquisas etnográficas e antropológicas que firmavam terreno para a arquitectura." José Manuel Fernandes, "Português Suave: Arquitecturas do Estado Novo", Lisboa: IPPAR, 2003, p. 40.

2. Secretariado de Propaganda Nacional, organismo responsável pela divulgação dos ideais conservadores defendidos pelo Estado Novo, através de ações de propaganda oficial, de entre as quais se destacam a Exposição de Arte Popular (1936), o concurso da Aldeia mais Portuguesa de Portugal (1938) e a Exposição do Mundo Português (1940). "Dominado inicialmente por uma ideologia revolucionária traduzida na adopção dos valores e imagens da cultura artística das vanguardas europeias, este organismo rapidamente infletiu para uma orientação acentuadamente nacionalista, ..." Miguel Tomé, "Património e Restauro em Portugal (1920 – 1995)", Porto: FAUP, 2002, p. 100.

3. José Manuel Fernandes, op. cit., p. 28.



Imagem 1 - Exposição do Mundo Português, 1940.



Imagem 2 - Exposição do Mundo Português, 1940.

> métodos de cariz mimético. Para o Estado Novo, a apropriação contextual apresentou-se como um modo de recuperar o sentido de autenticidade, o retorno ou a salvaguarda de uma situação pré-industrial. A necessidade de preservação de uma essência regional, de que se pressentiu o desaparecimento, assumiu o manifesto dogmático da arquitectura popular como barreira contra a universalização e a alienante invasão cultural estrangeira."[4]

Raul Lino revelou-se uma figura de destaque neste período. Apesar de geralmente associado ao movimento da "Casa Portuguesa" e a uma suposta afiliação à construção ideológico-política do Estado Novo, veremos que estas relações não são assim tão diretas e que a sua posição intelectual e arquitetónica é mais complexa do que à partida se antevê.

> "É considerado ideólogo do regime, desatendo o facto que a "arquitectura do regime" foi coisa que nunca houve, ou se houve, ele não terá sido dela o mais fidedigno representante, nem sequer o mais significativo responsável. É-lhe recriminada uma alegada "fobia das fontes de gosto estrangeiras", esquecendo que ele terá sido porventura um dos homens de formação mais radicalmente internacional, e que são detectavelmente estrangeiras as suas referências linguísticas próximas. É acusado de se ter ferozmente oposto à divulgação da arquitectura moderna, passando por cima do facto de ter sido com ele a presidir ao júri, que foi atribuído em 1931 o primeiro prémio Valmor a um edifício de linguagem racionalista. Atribui-se-lhe a responsabilidade da criação de um "estilo português" na arquitectura, esquecendo simultaneamente e por um lado que Raul Lino ele próprio ridicularizava os tiques daquilo a que chamava casas à "antiga portuguesa", e por outro, que Lino escreveu também que a arquitectura se não deve "deixar envencilhar nos meandros arqueológicos, nem no formalismo escolar e sem vitalidade", mas sim "sofrer a influência dos tempos correntes" acrescentando (e quem discorda?) que essa mesma arquitectura deverá "reflectir as próprias reacções nacionais, nela transparecendo as condições mesológicas e climáticas do país."[5]

4. Miguel Tomé, "Património e Restauro em Portugal (1920 – 1995)", Porto: FAUP, 2002, p. 154.

5. Pedro Vieira de Almeida, Michel Toussain, José Manuel Fernandes, "Raul Lino. 3 depoimentos em 1933", Lisboa: Associação de Estudantes da Faculdade de Arquitectura de Lisboa, 1993, pp. 9-10, apud Marta Rocha Moreira, *O Valor do Tempo. O Programa Intelectual e Arquitectónico de Raul Lino*, Porto: FAUP, Prova de Doutoramento em Arquitectura, 2015, p. 24.



Imagem 3 - Raul Lino, “Casa na Estremadura”, ilustração publicada em “Casas Portuguesas. Alguns Apontamentos sobre o Arquitectar das Casas Simples”.

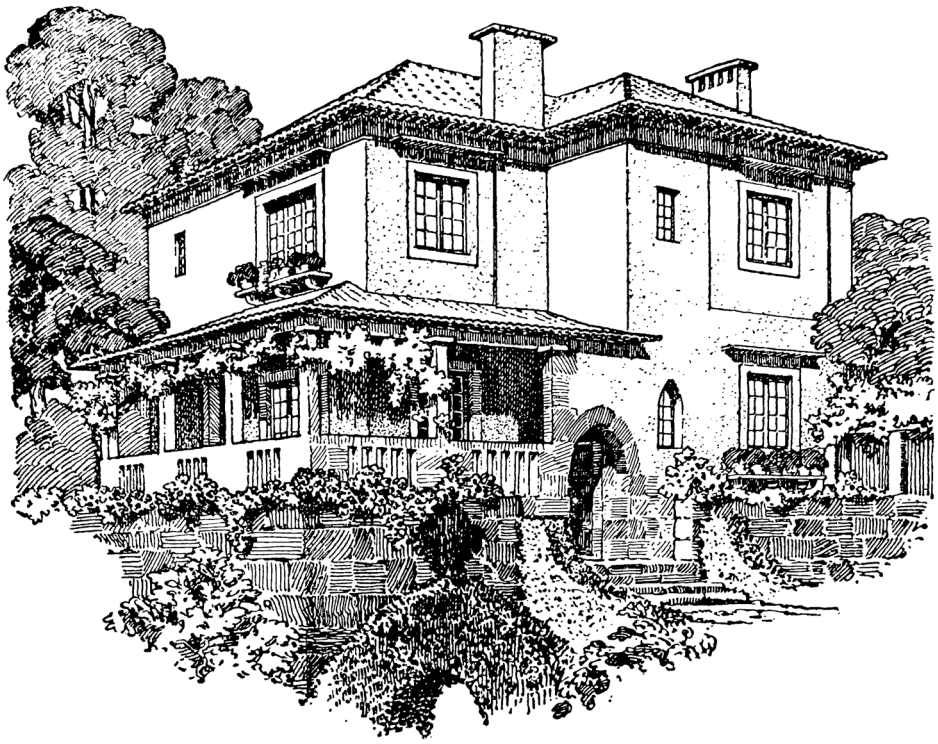


Imagem 4 - Raul Lino, “Casa num subúrbio do Porto”, ilustração publicada em “Casas Portuguesas. Alguns Apontamentos sobre o Arquitectar das Casas Simples”.

Porém, para todos os efeitos, não é difícil associar as imagens das obras de Raul Lino "A Nossa Casa. Apontamentos sobre o Bom Gosto na Construção das Casas Simples" (1923) e "Casas Portuguesas. Alguns Apontamentos sobre o Arquitectar das Casas Simples" (1933) à linguagem estética da "Casa Portuguesa" (apesar do próprio se distanciar deste movimento por considerar ter caído "sob o domínio dos amadores (...) alheios a uma cultura artística mais aberta"[6] e do qual afirma terem resultado inúmeras imitações desqualificadas)[7]. Nem se pode negar, também, a oposição de Lino à adoção de um estilo internacional, de carácter funcional, exposta de forma clara em alguns artigos de jornal por ele escritos. Contudo, apesar de ter trabalhado ao serviço do regime, nomeadamente na DGEMN, entre outros organismos governamentais, e ainda que "a morfologia de um modelo "puro", recuperado da "Casa Portuguesa", assente numa perspectiva tradicional-nacionalista, ia ao encontro de valores assumidos pelo Estado Novo, e nesse sentido teve larga difusão, mas também deformação, Raul Lino não foi um homem de actividade política, em favor do regime. Até porque os princípios que estavam na base dos preceitos do arquitecto e alguns dos fundamentos ideológicos do Estado Novo tinham origens distintas."[8]

Deste modo, na procura de um programa estético alternativo às culturas artísticas da vanguarda europeia, que pudesse definir as bases para a criação de um estilo nacional, o regime "encontra nos estudos de Raul Lino a sua oportunidade, mas revelou-se afinal fundada numa interpretação superficial e folclórica de alguns modelos rurais. Ao pretender encontrar a arquitectura portuguesa, realizou-se tão só uma arquitectura rústica, deslocada da realidade cultural e territorial, na qual pretendia afirmar a sua razão existencial."[9]

6. Raul Lino, "O Romantismo e a "Casa Portuguesa"", Lisboa, 1970, apud Marta Rocha Moreira, *O Valor do Tempo. O Programa Intelectual e Arquitectónico de Raul Lino*, Porto: FAUP, Prova de Doutoramento em Arquitectura, 2015, p. 555.

7. "Desiludido pelo fraco sucesso do seu empenho na campanha da "Casa Portuguesa" que o próprio afirma repetidamente ter dado origem a uma grande série de imitações desqualificadas, os escritos de Raul Lino, cujo incremento começa exactamente quando essa campanha já não o entusiasma, ou seja, a partir de meados da década de 1930, são sobretudo obra não de um céptico eternamente insatisfeito mas de alguém que busca o sentido, o equilíbrio e a dignidade num mundo de incerteza. Neles não se encontram as certezas de um tratadista, e talvez ainda menos exemplos que tenham por base a admiração por outros arquitectos ou obras de arquitectura que o inspirem, mas antes as conjecturas de um perito em autodivagações que interessam sobretudo ao desenvolvimento pessoal do próprio arquitecto-escritor e à ancoragem da sua obra aos conceitos e modos de fazer que tinham servido de base à sua formação profissional." Marta Rocha Moreira, "O Valor do Tempo. O Programa Intelectual e Arquitectónico de Raul Lino", Porto: FAUP, Prova de Doutoramento em Arquitectura, 2015, p. 648.

8. Maria João Baptista Neto, "Memória, Propaganda e Poder. O Restauro dos Monumentos Nacionais (1929-1960)", Porto: Faup Publicações, 2001, p. 273.

9. Miguel Tomé, "Património e Restauro em Portugal (1920 – 1995)", Porto: FAUP, 2002, p. 120.



Imagem 5 - Raul Lino, Casa do Cipreste, Sintra, 1913.



Imagem 6 - Raul Lino, Casa do Cipreste, Sintra, 1913.

Em reação a este panorama arquitetónico nacional, instaurou-se um ambiente de resistência cultural ao conservadorismo oficial. Em 1947, Keil do Amaral, com o artigo "Uma Iniciativa Necessária", alerta para a necessidade de um estudo objetivo e sistemático da arquitetura portuguesa que pusesse em causa o conceito vigente de arquitetura regional[10], lançando o desafio aos arquitetos, instituições culturais, editores e simples particulares de financiarem a "recolha e classificação de elementos peculiares à arquitectura portuguesa nas diferentes regiões do País, com vista à publicação de um livro, larga e criteriosamente documentado, onde os estudantes e técnicos da construção pudessem vir a encontrar as bases para um regionalismo honesto, vivo e saudável."[11]

No mesmo ano, no ensaio "O Problema da Casa Portuguesa", Fernando Távora reforça a crítica à "Casa à Antiga Portuguesa" a qual define como "um tipo de casa, com certas características próprias, certo amaneiramento e doçura de formas, grande quantidade de pormenores inúteis de que resulta um excessivo pitoresco, uma completa ausência de dignidade e nenhuma noção das realidades do nosso mundo."[12] Távora adverte para que a História seja vista como "um auxiliar e não uma obsessão", acusando o movimento da "Casa Portuguesa" de não introduzir em Portugal "qualquer coisa de novo, pelo contrário, veio atrasar todo o desenvolvimento possível da nossa Arquitectura."[13]

Do I Congresso Nacional de Arquitectura, realizado em 1948, resultou por fim uma iniciativa do Sindicato Nacional dos Arquitectos para que se realizasse a investigação analítica em fal-

10. "Arquitectura regional não é, não pode ser um apinocar de fachadas e de interiores com elementos decorativos típicos. Não é, não pode ser "isso" que para aí se tem feito e nos apresentam como exemplo: - beirados graciosos de telhados, paineisinhos de azulejo, alpendres de coluninhas, ferros forjados em profusão. (...) a nossa arquitectura regional encerra muitas e valiosas lições. O que falta é estudá-las, aprendê-las, porque até hoje pouco mais se fez do que cabular. Pouco mais se fez do que copiar, estilizando-o, o aspecto dos edifícios característicos. E não é isso que interessa, fundamentalmente; nem a isso se pode chamar arquitectura regional. O que realmente interessa é procurar, em cada região, as maneiras como os habitantes conseguiram resolver os diversos problemas que o clima, os materiais, a economia e as condições de vida inerentes à região impuseram às edificações." Francisco Keil do Amaral, "Uma Iniciativa Necessária", in *Arquitectura: Revista de Arte e Construção* n. 14, 1947, p.12.

11. Ibidem.

12. Fernando Távora, "O Problema da Casa Portuguesa", Lisboa: Manuel João Leal, 1947, p. 6.

13. "Enquanto lá fora se lançavam as bases da chamada Arquitectura Moderna, diremos antes, da única Arquitectura que poderemos fazer sinceramente, os Arquitectos portugueses que orientavam as suas actividades no desejo inglório de criar uma Arquitectura de carácter local e independente, mas de todo incompatível com o pensar, sentir e viver do mundo que a rodeava." Ibidem.



Imagem 7 - Fernando Távora, Casa de férias Quinta da Cavada em Briteiros, Guimarães, 1990. “Tem-se admitido a ideia de que ao projectar um edifício para uma certa região do país, se devem copiar ou estilizar certos elementos arquitectónicos mais interessantes da região, para que o edifício se integre no ambiente regional. Maneira primária de conceber o problema da integração em contextos pré-existentes e, por consequência, a própria Arquitectura. (...) Não basta ao indivíduo da cidade vestir umas calças de surrobeco, calçar tamancos e ajeitar uma enxada ao ombro para se integrar num meio rural; envergar pelico e safões para pertencer ao Alentejo; ou vestir camisa vistosa de lã aos quadrados e descalçar-se para não destoar entre os pescadores da Nazaré. Integrar-se, pertencer, são coisas mais sérias e profundas. De modo algum são apenas maneiras de vestir, tanto pessoas como edifícios.” AA. VV., “Arquitectura Popular em Portugal”, Lisboa: Ordem dos Arquitectos, 2004, vol. 1, p. XXIII.

ta[14], preconizada por Keil do Amaral – o "Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal". Entre 1955 e 1960, foram efetuadas expedições aos meios rurais e pequenos povoados de todo o país, nos quais se recolheu um extenso registo fotográfico que caracterizava os modos de habitar e de construir popular, que culminou com a publicação do livro "Arquitectura Popular em Portugal", em 1961.

Esta obra, merecedora de uma análise mais profunda no subcapítulo seguinte, não pretende apenas desmistificar certos princípios ilusórios da "Casa Portuguesa"[15], mas tenta também propor a conciliação entre uma arquitetura moderna aparentemente isolada da história e uma arquitetura da tradição, ao valorizar as importantes lições que a arquitetura popular pode transmitir, e sugerir a sua aplicação e transposição para a arquitetura corrente.[16]

14. Na verdade, já nos 30 se tinha realizado um complexo estudo da arquitetura e da vida rural em Portugal, levado a cabo por Lima Basto, Henrique Barros e Castro Caldas. Chega a ser parcialmente publicado como "Inquérito à Habitação Rural": o primeiro volume em 1943, referente à zona Norte; o segundo em 1947, dedicado à zona Centro; o terceiro e último volume referente ao Sul de Portugal não chega a ser publicado. Apesar dos esforços para a concretização deste trabalho percursor, foi amplamente censurado pelo regime, uma vez que a realidade levantada era de miséria. João Leal, "Arquitectos, Engenheiros, Antropólogos: Estudos sobre a Arquitectura Popular no século XX Português", Porto: Fundação Instituto Arquitecto José Marques da Silva, 2009, pp. 9-10.

15. "Portugal, (...) carece de unidade em matéria de Arquitectura. Não existem, de todo, uma "Arquitectura portuguesa" ou uma "casa portuguesa". Entre uma aldeia minhota e um "monte" alentejano, há diferenças muito mais aprofundadas do que entre certas construções portuguesas e gregas." AA. VV., "Arquitectura Popular em Portugal", Lisboa: Ordem dos Arquitectos, 2004, vol. 1, p. XX.

16. "Do estudo da Arquitectura Popular portuguesa podem e devem extrair-se lições de coerência, de seriedade, de economia, de engenho, de funcionamento, de beleza... que em muito podem contribuir para a formação de um arquitecto dos nossos dias." Ibidem, p. XXIII.

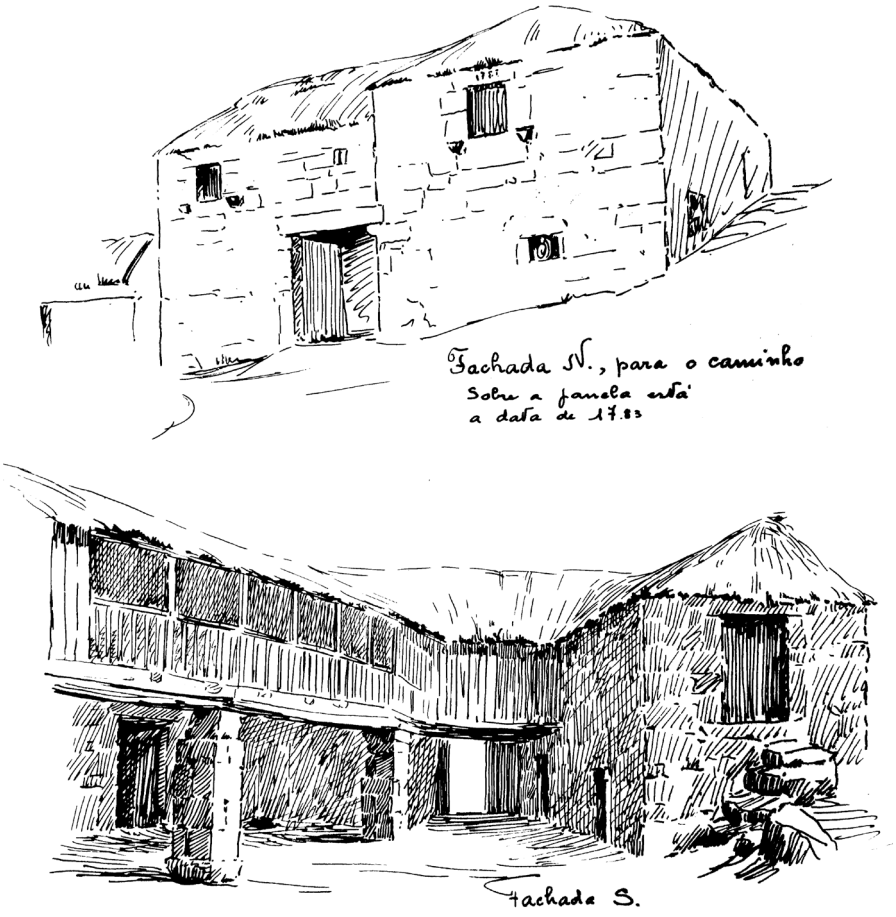


Imagem 8 - “Celorico de Basto, Carvalho, Casa de Lamas”, ilustração publicada em “Arquitectura Tradicional Portuguesa”.

2.2 A TIPOLOGIA HABITACIONAL

Retomamos agora o enfoque principal deste capítulo: identificar as características identitárias (tanto físicas como metafísicas) da arquitetura popular em contexto rural, do Noroeste de Portugal. Para isso recorremos a duas obras imprescindíveis, nomeadamente, "Arquitectura Popular em Portugal", referida anteriormente, e "Arquitectura Tradicional Portuguesa", publicada em 1992, que condensa as pesquisas antropológicas e etnográficas[17] de Ernesto Veiga de Oliveira e Fernando Galhano.

Como já foi apontado, entre 1955 e 1960, levaram-se a cabo os trabalhos de campo que possibilitaram a realização dos levantamentos necessários para o estudo da "Arquitectura Popular em Portugal". Tais expedições foram organizadas em seis equipas que se dividiram pelo território nacional continental. A área geográfica que nos interessa investigar corresponde à da equipa liderada por Fernando Távora, Rui Pimentel e António Menéres, nomeadamente, a zona Minho e Douro Litoral.

Ao aprofundar o conhecimento sobre uma arquitetura assente em saberes antigos, não se pretendeu, no entanto, adotar uma posição eclética, "presa" à história. De facto, o objetivo deste trabalho assentou na convicção de que seria possível projetar uma arquitetura para o futuro a partir do estudo dos modelos do passado:

> "A Arquitectura popular proporciona fontes preciosas para o estudo da génese arquitectónica. O claro funcionamento dos edifícios rurais e a sua estreita correlação

17. "Não é porém unicamente na dimensão espacial, no meio físico e sua variabilidade, e na diversidade dos seus elementos, nem mesmo nesse ajustamento funcional ao género de economia de uma dada região, daquelas decorrente, que se encontram os factores explicativos da totalidade dos caracteres próprios da casa popular dessa região: a casa é acima de tudo um produto do Homem, um facto de cultura, e será no próprio Homem e nas leis da sua criação cultural que se devem procurar a razão de ser e a explicação decisivas da casa que é a sua obra – a história e "correntes de civilização", movimentos de difusão e influências, componentes sociais e conceitos de família, status económico e profissional, tradição e traços de psicologia de grupo e gosto pessoal, etc., respeitantes a essa mesma região." Ernesto Veiga de Oliveira, Fernando Galhano, "Arquitectura Tradicional Portuguesa", Lisboa: Dom Quixote, 2003, p. 14.



Imagem 9 - IAPP, “Casa - utilização do granito aparelhado, com poucas aberturas e sempre muito reduzidas, Ponte da Barca, 1955”.

> com os fatores geográficos, o clima, como as condições económicas e sociais, expressos simplesmente, directamente, sem interposições ou preocupações estilísticas a perturbar a consciência clara e directa dessas relações, ou a sua forte intuição, iluminam certos fenómenos basilares da Arquitectura, por vezes difíceis de apreender nos edifícios eruditos, mas que logo ali se descortinam, se já estivermos preparados para os compreender e apreciar."[18]

Na aproximação aos sítios, expuseram-se as condições precárias dos modos de vida de um povo isolado, mas também se descobriu uma cultura popular intimamente ligada ao lugar. Mais do que um registo puramente científico, descritivo da realidade do povo rural, documentada nos levantamentos fotográficos e nos desenhos efetuados, o objetivo era reconhecer "a história real, o saber popular, os valores permanentes da arquitectura portuguesa, numa certa atemporalidade de formas, funcionalidades e significados."[19]

Valorizou-se assim este tipo de "arquitectura anónima", pelas suas "virtudes simples e rudes encantos"[20], mas principalmente pela adaptação do homem ao meio – o recurso a materiais locais para a construção permite uma apropriação de formas em continuidade com a natureza, em harmonia com a paisagem envolvente – o que pressupõe "uma grande diversidade regional, em função de uma correspondente diversidade paisagística."[21]

A fusão com o meio verifica-se também ao nível da topografia, no "costume de acavalar a residência em qualquer acidente do terreno"[22]. Na arquitetura popular, é comum tirar partido dos afloramentos rochosos existentes, que servem de fundação à implantação das construções – é a casa que se adapta ao meio, não o meio que se adapta à casa.

Este tipo de estudos contribuiu para o desenvolvimento de um novo olhar, mais claro e objetivo, sobre a arquitetura popular, auxiliando o processo de identificação, caracterização e reconhecimento do valor em edificados rurais. Após estas reflexões iniciais que apontam as características permanentes que estão na sua génese, passamos agora à descrição da tipologia habitacional a ela associada:

18. AA. VV., "Arquitectura Popular em Portugal", Lisboa: Ordem dos Arquitectos, 2004, vol. 1, p. XXIII.

19. Ana Tostões, "Os verdes anos na arquitectura portuguesa dos anos 50", Porto: Faup Publicações, 1997, p. 204.

20. AA. VV., "Arquitectura Popular em Portugal", Lisboa: Ordem dos Arquitectos, 2004, vol. 1, p. XXII.

21. Ernesto Veiga de Oliveira, Fernando Galhano, "Arquitectura Tradicional Portuguesa", Lisboa: Dom Quixote, 2003, p. 361.

22. AA. VV., "Arquitectura Popular em Portugal", Lisboa: Ordem dos Arquitectos, 2004, vol. 1, p. 38.



Imagem 10 - IAPP, “Casa - exemplar típico, Ponte de Lima, 1955”.

> "A casa popular na área rural Atlântica, e de acordo com o tipo nortenho geral (...), é uma construção de rés-do-chão e andar, contendo no térreo as cortes ou aidos, estábulos, currais e pocilgas para os animais, a adega ou lagar, as tulhas, o palheiro e arrumações diversas, e no andar sobrado os aposentos para as pessoas, ou seja, os quartos e a sala; a cozinha ora se situa aí, ora é térrea conforme os casos; estes dois pisos são sobrepostos, mas, (...) em regra independentes, acentuando a característica dualidade de funções respectivas; o acesso ao sector da habitação faz-se geralmente por uma escada exterior, de pedra, encostada ou perpendicular à fachada, em casos mais raros de dois lanços, com patamar em frente à porta, por vezes alpendrado, em certos casos mesmo com colunas ou pilares e guardas lavradas. O material de construção normal desta casa nortenha é (...) a pedra, nomeadamente granito ou xisto, conforme os recursos ou possibilidades locais;"[23]

Refira-se também o recurso à madeira (primeiro de castanho, pinho e carvalho, abundantes na paisagem arborizada nortenha; mais tarde, de eucalipto) para a construção de estruturas leves (coberturas, pisos, varandas) que dialogam com o peso estrutural do granito.

Pode-se acrescentar que a casa popular do Norte é pobre, e que, de certa forma, a miséria e a modéstia do povo se reproduz na austeridade da construção. A economia de meios que condiciona a arquitetura popular traduz-se, portanto, numa arquitetura despojada relacionada com o "carácter da nossa gente (...) – qualquer coisa difícil de definir com rigor, mas que assim mesmo teve poder bastante para domesticar os desvairos plásticos do *Barroco* e torna-los, entre nós, humildes na sua exuberância."[24]

De seguida, são identificados os principais espaços que constituem a tipologia em causa e que definem o funcionamento destes edifícios. Nesta análise, procura-se identificar as características tipológicas fundamentais que serão abordadas no projeto de reabilitação.

O desenho dos diferentes espaços está diretamente associado à função que desempenham na economia agrícola, ou seja, mais do que um simples abrigo, a habitação assume-se como

23. Ernesto Veiga de Oliveira, Fernando Galhano, "Arquitectura Tradicional Portuguesa", Lisboa: Dom Quixote, 2003, p. 27.

24. AA. VV., "Arquitectura Popular em Portugal", Lisboa: Ordem dos Arquitectos, 2004, vol. 1, p. XX. Para uma investigação mais aprofundada sobre o contraponto entre a arquitetura do Barroco e uma arquitetura modesta, que, a partir do início do século XVI, está na base da criação do "estilo chão" português, ver George Kubler, "A Arquitectura Portuguesa Chã: Entre as Especiarias e os Diamantes (1521-1706)".



Imagem 11 - IAPP, “Construção em estado muito arruinado, Amares, 1955”.

uma máquina de lavoura. Como tal, a cada parte da casa corresponde uma razão funcional diretamente relacionada com o apoio à prática agrícola, mesmo em espaços presumivelmente destinados ao lazer, como as varandas[25], sendo estas essenciais para a secagem do milho.

Normalmente, a casa localiza-se à face do caminho definido pelos muros[26] que separam as diferentes propriedades do espaço público. Através destes muros, realiza-se o acesso ao quinteiro, um espaço exterior, de receção, a partir do qual se realiza a comunicação com a habitação e as suas dependências. As ramadas surgem frequentemente a cobrir o quinteiro, ou encostadas à habitação, garantindo um sombreamento eficaz, particularmente importante nos meses mais quentes.

Da mesma forma que os diferentes pisos são independentes, por desempenharem diferentes funções, também o desenho e a dimensão dos vãos correspondentes a cada um dos pisos é reflexo da função que o espaço interior desempenha. Sendo assim, enquanto os vãos do piso superior têm uma escala humanizada, os vãos do piso da loja são ajustados à sua função: o portão quadrangular que dá acesso direto à rua é dimensionado para a passagem das carroças de bois, e os postigos, por sua vez, são de dimensões reduzidas, por servirem o único propósito de ventilar o espaço.

O telhado é normalmente de quatro ou duas águas, surgindo também o de três águas, associado a soluções especiais relacionadas com a localização da cozinha e chaminé. As coberturas tradicionais em colmo ou palha são tendencialmente abandonadas, subsistindo apenas nos casos mais pobres ou antigos, e são substituídas pela cobertura em telha, num primeiro momento por telha caleira e posteriormente por telha marselha.[27]

A cozinha é considerada "o compartimento essencial da casa, o local onde decorre toda a vida de relação de família (...). A sua peça fundamental é a lareira, símbolo da casa, ou seja, o lugar onde se faz o fogo e se prepara a comida."[28] Tradicionalmente, as chaminés não seriam

25. "A grande varanda, aberta, larga e corrida, de pedra ou de madeira, que existe em inúmeros casos, situa-se nesta área ao longo de uma das fachadas mais compridas, recoberta pela aba do telhado da casa que desse lado desce muito abaixo, pousada em prumos de madeira ou colunas." Ernesto Veiga de Oliveira, Fernando Galhano, "Arquitectura Tradicional Portuguesa", Lisboa: Dom Quixote, 2003, p. 35.

26. Estes muros, assim como os muros de parcelamento do território agrícola, são também parte integrante e elementos importantes na definição da paisagem rural do Norte do país.

27. Ibidem, p. 33.

28. Ibidem, p. 42.



Imagem 12 - IAPP, “Casa, Vieira do Minho, 1955”.

muito comuns, pelo que o fumo libertado pela lareira seria evacuado através da telha-vã[29]. No entanto, desde os anos 50, passa a ser recorrente a existência de uma chaminé, de grandes dimensões, que ocupa parte da parede do edifício – esta situação verifica-se quando a cozinha está incorporada no bloco da casa, cujo telhado tem então três águas (situação especial referida no parágrafo anterior).[30]

Estas chaminés elevadas, caiadas de branco, normalizam-se na zona litoral minhota. Na mesma região, junto ao rio, verifica-se também uma versão alternativa, mais recente, de uma chaminé rematada por um pequeno tejadilho de duas águas, cobrindo as frestas por onde se extrai o fumo, impedindo assim a entrada de água da chuva.[31]

"A sala é, em toda a parte, uma dependência de natureza fundamentalmente cerimonial, relacionada com certas solenidades, (...); ela situa-se por isso geralmente logo à entrada da casa, e é a divisão onde a preocupação decorativa e os elementos de luxo assumem maior vulto."[32] Por vezes, estes compartimentos têm tetos de masseira, e frisos ou cornijas trabalhadas; outras vezes, os tetos são simplesmente estucados ou forrados a madeira, como acontece nos quartos.

Aparte os compartimentos dos quartos, da sala e da cozinha, o piso superior é, por vezes, complementado por uma latrina. Esta não chega a ser parte integrante do corpo da casa, encontrando-se geralmente adossada às paredes exteriores, sendo acessível a partir da varanda.

Por fim, observa-se a existência de elementos decorativos pontuais no alçado que, apesar de discretos, contrastam com a superfície homogénea da pedra.[33]

29. Tipo de telhado sem forro. As telhas ficam a descoberto pelo interior, facilitando a ventilação.

30. Ernesto Veiga de Oliveira, Fernando Galhano, "Arquitectura Tradicional Portuguesa", Lisboa: Dom Quixote, 2003, p. 34.

31. Ibidem, p. 35.

32. Ibidem, p. 40.

33. "...por toda a parte se pode ver a riqueza discreta de um ou outro motivo decorativo de um neoclassicismo rústico cuja sobriedade rude vai a par com uma beleza de linha que realça a nobreza severa da pedra: alizares de portas e janelas, por vezes com guarnições floreadas, frisos de cornijas e beirais, cunhais e entablamentos apainelados, cachorros de varanda, quando não mesmo mísulas, nichos, cruzes, inscrições com datas, legendas, medalhões ou símbolos diversos, em peças lavradas que ressaltam ou se destacam sobre a lisura das paredes." Ibidem, p. 32.



Imagem 13 - IAPP, “Casa, Ponte da Barca, 1955”.

> "Nem sempre e em todos os casos se encontra traduzido à letra este somatório de características. Há que admitir que a diversidade do meio, das pessoas e até dos tempos leva a resultados únicos, posto que filiados em sistemas comuns."[34]

Para além dos casos particulares e situações excecionais que são variações à regra, importa considerar que a tipologia aqui apresentada está sempre sujeita ao fator temporal, e às mudanças que ele comporta[35]. Sendo assim, o modelo tradicional descrito neste capítulo na sua forma mais pura, hoje em dia já não é tão fácil de identificar. A difusão de novos fatores externos que surgem com a evolução da sociedade, e atuam por toda a parte sobre os edificados rurais, exercem neles a sua influência, dinamizando-os, moldando-os, alterando-os. No subcapítulo seguinte, procura-se entender os fenómenos introduzidos com a industrialização, e de que forma transformaram o património popular português.

34. AA. VV., "Arquitectura Popular em Portugal", Lisboa: Ordem dos Arquitectos, 2004, vol. 1, p. 39.

35. "É porém evidente que a casa não é um elemento estático; como todos os elementos culturais, ela é sujeita a evolução e transformação, seja pela acção de novos factores exteriores, influências e difusões, seja-o mesmo pela acção de uma dinâmica interna, reflexos de mutações gerais, invenções pessoais ou de grupo, etc. Mesmo nestas formas tradicionais, ela constitui o produto de uma evolução lenta a partir de certas formas primordiais remotas, de que aliás perduraram muitos elementos. De facto, ao longo dos tempos foram surgindo modificações de maior ou menor vulto, que se enxertaram nas formas primitivas, e que traduzem seja uma melhoria ou economia da construção, o seu melhor ajustamento às circunstâncias, a progressiva ascensão social e técnica, geral e individual, a evolução da cidade e também a satisfação de sentimentos estéticos." Ernesto Veiga de Oliveira, Fernando Galhano, "Arquitectura Tradicional Portuguesa", Lisboa: Dom Quixote, 2003, p. 367.



Imagem 14 - Álvaro Domingues, “A mais Excellente Orta que no Mundo se Posa Achar”.

2.3 PAISAGEM EM TRANSFORMAÇÃO

As obras analisadas no subcapítulo anterior foram fundamentais para a definição de uma tipologia habitacional representativa da arquitetura popular do Noroeste peninsular antes das grandes transformações territoriais que acompanharam o processo de industrialização. No entanto, a circunstância real do edifício pré-existente a intervir, objeto de estudo desta dissertação, afasta-se de uma representação exata desta tipologia. Estando sujeito às mutações inerentes à data da sua construção (anos 50[36]), e submetido à inevitável ação do tempo e a intervenções ocasionais, o modelo tradicional que sustenta a construção foi adulterado, acompanhando os progressos técnicos da época. Para melhor entender a condição atual da habitação que será objeto de um projeto de reabilitação, procura-se entender os reflexos das dinâmicas transformadoras do período da modernização ocorrido no país na imagem da arquitetura tradicional portuguesa dos meios rurais.

Partindo do exposto, constata-se que, na segunda metade do século XX, a emergência de novas lógicas de ocupação, distribuição e organização territorial derivadas dos avanços tecnológicos e da modernização pós-revolução industrial, resultaram na progressiva transformação e adulteração da paisagem do território nacional, caracterizada, acima de tudo, pela quebra da relação do homem com o meio natural:

> "Hoje, os lugares são nós de uma rede complexa de movimentos onde os indivíduos e os grupos se fixam de modos instáveis. Tudo diferente da antiga associação entre comunidade e lugar, onde a geografia das relações sociais tinha como limite

36. "Até aos anos 50, os quadros da vida rural mantinham a velha atmosfera tradicional e pouco haviam evoluído. A partir, porém, do momento em que, nos anos 60, se inicia com incremento crescente o movimento de emigração em massa das populações rurais de todo o país para as nações altamente industrializadas ou outras onde escasseia a mão-de-obra não especializada, que é paga com salários vultosos, tudo muda subitamente e irreversivelmente." Ernesto Veiga de Oliveira, Fernando Galhano, "Arquitectura Tradicional Portuguesa", Lisboa: Dom Quixote, 2003, p. 368.



Imagem 15 - Álvaro Domingues, “Rural”.



Imagem 16 - Álvaro Domingues, “Desruralização”. “Desruralização é um conceito que se usa nas Ciências Sociais para denominar o processo de mutação socio económica e territorial resultante da perda de importância da atividade agrícola (agroflorestal e criação de gado) e das culturas e *modos de vida* rurais tradicionais das sociedades camponesas. O recuo demográfico, o despovoamento e o abandono do solo agrícola são alguns dos factos mais insistentemente referidos sobre o assunto. Outras vezes, ouve-se apenas o lamento pela perda de velhas tradições, costumes, ofícios e outras manifestações da cultura imaterial.” Álvaro Domingues, “Vida no Campo”, Porto: Dafne, 2011, p. 69.

pertinente os próprios limites e a própria geografia do lugar: a estabilidade de um era a garantia da estabilidade do outro."[37]

A industrialização foi o processo catalisador das diversas mutações socioeconómicas, políticas, demográficas e culturais que tiveram repercussões a nível nacional, influenciando definitivamente a organização da sociedade e dos espaços rurais. No quadro arquitetónico, este conjunto de fenómenos reproduziu-se essencialmente ora no abandono das áreas rurais, ora na mutação *in situ* destes meios (conversão do campo/rural em cidade/urbano) ou na sua absorção pela cidade em crescimento.

Por um lado, na procura de melhores condições de vida, os habitantes dos meios rurais deslocaram-se para núcleos urbanos, aliciados por novas oportunidades de emprego. Este movimento migratório das populações locais, denominado êxodo rural, teve como consequência o abandono dos campos e das práticas agrícolas. Um dos fatores que contribuiu decisivamente para a aceleração deste processo foi a criação de extensas redes viárias de comunicação, que, associadas à generalização do uso do automóvel, garantiram a mobilidade entre os polos urbanos e os rurais, outrora isolados.

Por outro lado, a pressão do crescimento urbanístico forçado pela explosão demográfica, principalmente nas periferias urbanas e nos terrenos rurais, teve como consequência o alastramento do tecido urbano, que rapidamente se ampliou e absorveu os territórios circundantes – "Quando o abandono dos campos e da agricultura não significa abandono das gentes, a ruralidade transforma-se por dentro ou é absorvida pelo que se dá o nome de urbanização."[38]

As profundas transformações na paisagem descaracterizaram a identidade do Portugal Rural, agora desarticulado das suas raízes arquitetónicas. O crescimento desmesurado[39] e a dispersão territorial convergiram na dificuldade da definição dos limites da condição urbana e contribuíram, por fim, para a indefinição da dicotomia cidade/campo ou urbano/rural.

37. Álvaro Domingues, "Vida no Campo", Porto: Dafne, 2011, p. 248.

38. Ibidem, p. 38.

39. "Este crescimento era inevitavelmente desordenado porque não estudado e tendencialmente destruidor de valores culturais e espaciais importantes." Miguel Tomé, "Património e Restauro em Portugal (1920 – 1995)", Porto: FAUP, 2002, p. 157.



Imagem 17 - Casa de emigrante retornado da Suiça, Touguinhó.

O processo de urbanização aliado ao abandono dos campos, motivado também por decisões políticas[40], determinou o fim da agricultura como atividade económica dominante. Verificou-se assim uma transição do paradigma da arquitetura popular em contexto rural, pelo abandono da atividade que está na génese da sua formação (produção agrícola) – "perdido o nexo entre a agricultura e a ruralidade, o mundo rural transformou-se".[41]

> "No que se refere à casa rural, essa mutação dá-se em primeiro lugar quanto aos materiais tradicionais locais, que são substituídos por outros de carácter industrial, e muitas vezes pré-fabricados; e em seguida e consequentemente, ela atinge as formas, planta e proporções das casas, organização e apetrechamento do seu espaço interior – que tendem a uniformizar-se por toda a parte – e princípios arquitectónicos, determinados e ajustados a novas concepções e modos de viver. E esta mutação dá-se em relação não só à forma e estilo das casas, mas também à sua quantidade e densidade: em todas as zonas rurais, a construção prolifera, o número de casas aumenta (sublinhando o crescimento demográfico e o predomínio progressivo da família nuclear restrita), a dispersão acentua-se."[42]

É importante não esquecer o papel dos emigrantes retornados no processo de transição de uma cultura popular local para outra cada vez mais universal. Ao caso particular da *casa do brasileiro*, junta-se o *francês*, o *suíço*, entre outros, que trazem consigo os regionalismos de culturas estrangeiras, reforçando ainda mais a mistura de estilos. Estas habitações assumem-se como símbolo da ascensão social do emigrante que volta à aldeia natal, e afirma desta forma o seu renovado estatuto económico. À primeira casa deste género, rapidamente sucedem outras – o desejo de ostentação de vizinhos enriquecidos leva à apropriação destes modelos, copiando-os ou tentando até superá-los – e assim, uma após a outra, multiplicam-se e propagam-se pelas aldeias de todo o país.[43]

A generalização do uso de materiais produzidos industrialmente, e, consequentemente, da alteração dos processos construtivos que eles impõem, desfigura decisivamente a identidade

40. A entrada na UE implicou a fixação de quotas de produção agrícola em Portugal, o que também contribuiu, em parte, para o abandono dos campos e da prática agrícola.

41. Álvaro Domingues, "Vida no Campo", Porto: Dafne, 2011, p. 121.

42. Ernesto Veiga de Oliveira, Fernando Galhano, "Arquitectura Tradicional Portuguesa", Lisboa: Dom Quixote, 2003, p. 368.

43. Ibidem, p. 369.



Imagem 18 - Álvaro Domingues, “A mais Excellente Orta que no Mundo se Posa Achar”.



Imagem 19 - Álvaro Domingues, “A mais Excellente Orta que no Mundo se Posa Achar”.

cultural de uma arquitetura popular relacionada com o meio onde se insere. À espontaneidade contrapõe-se a uniformidade da construção, independente da geografia e da cultura local – a arquitetura popular vê-se assim destituída do seu carácter regional, "até aí relacionado com a fisionomia dos materiais naturais de cada província, os gostos e as técnicas dos seus artífices."[44]

> "Ora, esse carácter é que acabou. A casa dessacralizou-se completamente, e é agora meramente um valor económico. O movimento da industrialização não se traduziu apenas no aparecimento de novos materiais de construção, determinando formas de casas desligadas da secular tradição local: ele acarretou sobretudo uma mutação profunda nos conceitos, padrões culturais e estruturas da sociedade rural; e essa mutação trazia consigo a morte do velho mundo patriarcal e da crença categórica no trabalho da terra, de que a casa era a imagem viva."[45]

Como já foi apontado anteriormente, é perante a consciência do desaparecimento, neste caso, do mundo rural tal como era, que se acelera o processo da sua valorização[46]. Face ao estado de ruína ou de elevada degradação das casas que foram abandonadas, ou às alterações efetuadas em construções pré-existentes, são lançadas as primeiras medidas de controlo e salvaguarda territorial.

Com a consciencialização da perda iminente destes modelos tradicionais, num período posterior às grandes transformações que marcaram a sociedade, certos conjuntos de edifícios rurais passam também a integrar, lado a lado com os monumentos históricos e religiosos, o conceito de património. Neste momento, a par das cartas e convenções internacionais (com destaque para a Carta de Veneza de 1964), surgem as primeiras políticas conservadoras e normalizam-se os processos de recuperação deste edificado menor.

É, contudo, importante compreender que a preservação que se pretende não pode também ser vista no sentido de recuperar a condição original destes edifícios. Na procura de relações com o passado e de qualidades patrimoniais, é preciso saber aceitar as circunstâncias reais nas quais o projeto de reabilitação atua, no tempo presente, para possibilitar a sua adaptação

44. Ernesto Veiga de Oliveira, Fernando Galhano, "Arquitectura Tradicional Portuguesa", Lisboa: Dom Quixote, 2003, p. 371.

45. Ibidem, p. 373.

46. "A consciência do valor de paisagem enquanto património desenvolveu-se em simultâneo com a sua destruição." Miguel Tomé, "Património e Restauro em Portugal (1920 – 1995)", Porto: FAUP, 2002, p. 157.



Imagem 20 - Álvaro Domingues, “Vernacular”.

a novos modos de habitar e novos usos. Entende-se a vontade de recuperar integralmente a identidade estável dos lugares do passado[47] antes das grandes transformações aqui descritas, mas a verdade é que "o lugar já pouco garante em termos de estabilidade e tipicismo cultural. (...) não há lugares para sempre, com identidades imutáveis. O grau de estabilidade de um lugar só pode ser garantido pelo grau de estabilidade de uma sociedade e do que nela permanece."[48]

Conclui-se, desta forma, que o projeto tem de lidar necessariamente com estas circunstâncias, aliás, com todas elas: desde a base fundadora da habitação rural, os elementos físicos e as características permanentes da identidade da arquitetura popular que interessa salvaguardar e transportar para o presente; ao contexto atual, no qual a narrativa histórica aparece descontínua, dinâmica, disforme.

O objeto final da reabilitação, um edifício construído segundo os parâmetros da arquitetura contemporânea, não poderá deixar de considerar e de integrar, mais ou menos, os diferentes momentos que ditaram as sucessivas transformações que são o reflexo de várias épocas. Do nosso ponto de vista, a capacidade da arquitetura está em proporcionar a convivência pacífica dos diferentes tempos que constituem a pré-existência, conciliando o tempo atual com o seu passado histórico de forma a valorizar a sua relação com o território ao longo do tempo e a sua lógica evolutiva.

47. "... é mais fácil construir uma identidade num passado que foi estável do que na instabilidade do presente." Álvaro Domingues, "Vida no Campo", Porto: Dafne, 2011, p. 247.

48. Ibidem, p. 246.

3. ENQUADRAMENTO

3.1 CONTEXTUALIZAÇÃO GEOGRÁFICA E LOCALIZAÇÃO

O objeto de estudo e de intervenção desta dissertação situa-se na localidade da extinta freguesia de São Salvador de Touguinhó que, agregada com a freguesia de Touguinha, desde 2013, no âmbito de uma reforma administrativa nacional, passa a integrar uma nova freguesia, denominada União das Freguesias de Touguinha e Touguinhó.

Touguinhó pertence ao concelho de Vila do Conde[1], sendo este delimitado pelo concelho da Póvoa de Varzim, a Norte, pelos concelhos da Maia e Matosinhos, a Sul, e pelos concelhos da Trofa e Vila Nova de Famalicão, a Este, sendo este último pertencente ao distrito de Braga e estando os restantes, por sua vez, integrados no distrito do Porto.

A freguesia de Touguinhó é contemporânea das freguesias vizinhas de Tougues e Touguinha[2] (séc. XI), como se pode depreender da etimologia. Delimitada pelo rio Este, um afluente do Ave, Touguinhó sempre terá sido "freguesia ubérrima e, por isso mesmo, se diz que os abades das freguesias de Touguinha e Tougues, suspirando pelos dízimos e pé de altar, exclamavam: Em Tougues estou, Touguinha vejo, Em Touguinhó me desejo."[3]

Relativamente ao património edificado, mais do que as construções singulares, tais como a Igreja Paroquial, a Casa Senhorial "Galante", a ponte românica ou a Quinta da Espinheira,

1. Touguinhó terá feito parte do concelho de Barcelos até à divisão administrativa de 1836.

2. No entanto, "As referências documentais apesar de escassas mostram que no século XI [1034] o nome usado na documentação existente não é Touguinhó, mas "Pigeiros", que aparece a designar o local da Igreja de S. Salvador e ainda toda a "villa" rústica." Apenas "Nas Inquirições de D. Afonso II, de 1220, Touguinhó aparece designado como "Touguinoo"." Mónica Sousa, "Manutenção da identidade histórica e património cultural no contexto de uma nova "geografia das freguesias"", in *Revista e-vilacondense* n. 3, Abr. 2003, p. 74. Na verdade, crê-se que a presença humana nesta região remonta à Idade do Ferro: A presença de vestígios arqueológicos no Alto do Mirante – topo das escarpas que ladeiam o rio Este – fundamentam as pesquisas de um conjunto de arqueólogos que sugerem a existência de um castro, mais tarde ocupado pela cultura celta; Outros investigadores colocam também a possibilidade de um assentamento romano, documentado pelos vestígios de materiais de construção junto à Igreja Paroquial de Touguinhó. Ibidem, p. 77.

3. Isabel Silva [et al.], "Dicionário enciclopédico das freguesias", Matosinhos: Minhaterra, 1997, vol. 1, p. 366.



Imagem 1 - Azenha, Rua Beira Rio, Touguinhó.

no contexto da dissertação, pretende-se destacar o valor patrimonial do edificado menor de Touguinhó, melhor representado pelas azenhas[4] que definem as margens do rio Este – algumas encontram-se atualmente abandonadas e em ruína, mas outras estão a ser reabilitadas e convertidas em habitações. Mesmo após as transformações na imagem rural de Touguinhó decorrentes do processo de industrialização, nomeadamente com a introdução de novas construções que se multiplicam ano após ano, a persistência destas azenhas e a tendência para a sua preservação e recuperação deixa transparecer uma consciencialização comunitária do reconhecimento do valor destes elementos enquanto parte importante do património popular de Touguinhó.

"Desde tempos imemoriais as principais atividades desta freguesia consistiram na moagem e no trabalho da terra."[5] Verifica-se assim que, apesar de inserida na região litoral do Noroeste de Portugal, e da sua relação de proximidade com Vila do Conde e Póvoa de Varzim, geralmente associadas à sua cultura piscatória, a povoação de Touguinhó, apenas a 5km da costa banhada pelo Oceano Atlântico, é definida por um carácter assumidamente rural e intimamente ligado à agricultura.

De facto, apesar da sua ligação ao mar, não deve ser desvalorizada a cultura agrícola desta região, não só nos vastos terrenos das zonas mais interiores, como também no litoral, nos campos de masseira de Aguçadoura e Averomar – "Os campos de masseira são campos escavados na areia no litoral do concelho da Póvoa de Varzim. Estes prodígios de uma agricultura quase hidropónica foram inovações trazidas, dizem, pelos monges beneditinos de Tibães e são exemplos acabados de uma simbiose entre o mar e a agricultura: a lavoura do mar e da terra."[6]

4. A partir do século XVIII, os moleiros que trabalhavam nas azenhas representam uma importante potência económica – a farinha era indispensável para a confeção do pão, bem essencial para a comunidade.

5. Mónica Sousa, "Manutenção da identidade histórica e património cultural no contexto de uma nova "geografia das freguesias"", in *Revista e-vilacondense* n. 3, Abr. 2003, p. 86.

6. Álvaro Domingues, "Vida no Campo", Porto: Dafne, 2011, p. 102.



Imagem 2 - Touguinhó no mapa.



Imagem 3 - Touguinhó, “freguesia ubérrima”.



Imagem 4 - Objeto de estudo, planta de localização, ortofotomapa, escala 1.2000.



Imagem 5 - Rua do Castelo, vista para Oeste.



Imagem 6 - Rua do Castelo, vista para Este.



Imagem 7 - Ortofotomapas, 2000-2015.

Numa aproximação ao objeto de estudo, o acesso à habitação faz-se pela Rua do Castelo. A propriedade estende-se a Sul pelas vastas matas de pinheiros e eucaliptos, prolongando-se até às acentuadas escarpas delimitadas pela Rua Beira Rio[7]. A Rua do Castelo estabelece uma ligação entre a cota baixa, a Este – Rua Beira Rio – e a cota alta, a Oeste, cruzando-se com a Rua do Mirante[8] e ligando-se posteriormente à Rua Central[9].

A Rua do Castelo apresenta hoje em dia um carácter urbanizado. O passeio pedonal pavimentado, complementado pontualmente por lugares de estacionamento, e a presença de algum equipamento urbano, designadamente ecopontos e contentores do lixo, reforçam a atmosfera urbana que as moradias geminadas construídas recentemente em lotes regulares introduzem neste local. A recente construção de um loteamento no terreno do lado oposto da rua face à habitação foi responsável pela desflorestação de uma densa área florestal, o que contribuiu em muito para a adulteração da paisagem envolvente, outrora predominantemente natural (ver imagem 7).

Apesar do exposto, ainda se sente a presença da vegetação circundante, mais expressiva nalgumas áreas por construir, mas também nas copas altas dos pinheiros e eucaliptos que se erguem por trás das construções e que se vislumbram ao percorrer a rua.

O carácter atual contrasta com o que se pode adivinhar que seria a antiga paisagem natural, que ainda subsiste nos terrenos posteriores às habitações[10] que se estendem até às escarpas do Mirante, assim como na grande mancha florestal que se avista na outra margem do Rio Este. Essa seria a paisagem envolvente original do local onde a propriedade se implantou – bosque atlântico, atravessado apenas por um caminho que estabelecia a comunicação entre o rio e a povoação assente na cota alta.

7. "... estrada milenar limitada pelas escarpas do Mirante e pelo serpentear do rio." Mónica Sousa, "Manutenção da identidade histórica e património cultural no contexto de uma nova "geografia das freguesias"", in *Revista e-vilacondense* n. 3, Abr. 2003, p. 88. As escarpas aqui referenciadas são muito íngremes, e como tal, intransponíveis, sendo impossível o acesso à propriedade a partir da Rua Beira Rio.

8. A Rua do Mirante define o Alto do Mirante, onde terá existido um castro – o próprio topónimo Rua do "Castelo" parece remeter para a existência de um povoado fortificado naquele local.

9. A Rua Central encaminha-se para o centro de Touguinhó (marcado pela Junta de Freguesia e pela Avenida da Igreja), em direção a Norte, e desce até atravessar o rio na ponte d' Este, em direção a Sul.

10. Esta faixa de terreno está classificada como Reserva Ecológica Nacional. É considerada uma área de salvaguarda, de enquadramento paisagístico e de preservação das condições naturais e ambientais, pelo que a construção nestes terrenos se encontra condicionada.

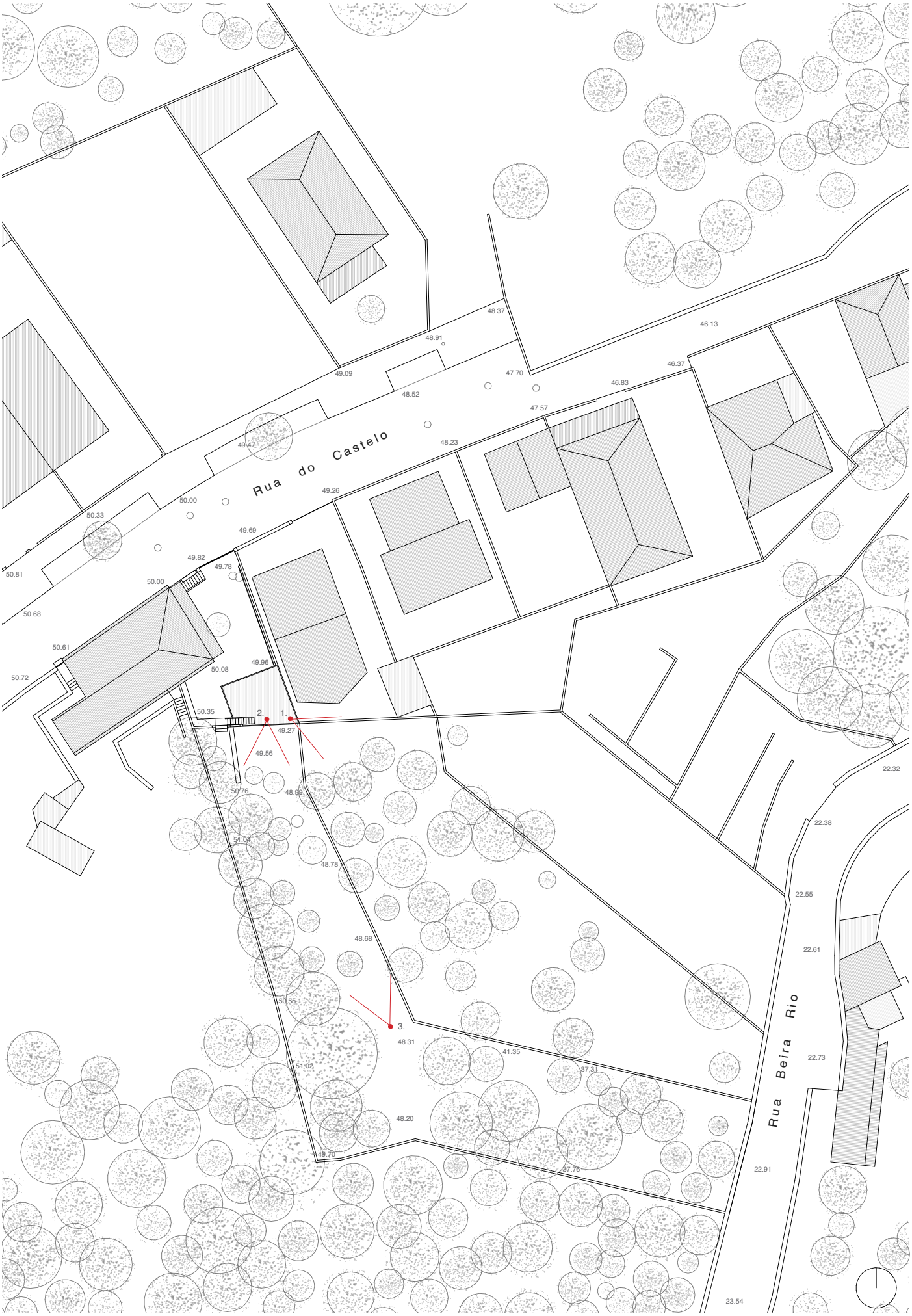


Imagem 8 - Levantamento, Planta de Implantação, escala 1.500.



Imagem 9 - Vista 1. A paisagem.



Imagem 10 - Vista 2. Os terrenos florestais.



Imagem 11 - Vista 3. Os terrenos florestais.



Imagem 12 - Rua Beira Rio, Touguinhó.

Para a compreensão da construção e progressiva transformação da Rua do Castelo, importa referir que, na primeira metade do século XX, José Lopes Ferreira[11], um empreiteiro local, terá sido responsável por dar início ao processo de urbanização do caminho referido. Terá desenhado, projetado e construído três habitações, mais ou menos isoladas, no alinhamento do caminho que se viria a tornar a Rua do Castelo. A última a ser construída – terminada por volta de 1950 – seria a casa para a sua família, objeto de estudo da presente dissertação.

A circunstância que enquadra a construção da casa condicionou o seu desenho. Para efetivamente poder construir a casa, terá pedido cinco contos ao pároco da freguesia, que os cedeu sob a condição de se construir uma outra habitação adossada à sua, onde pretendia alojar uma família que controlasse, vigiasse e tratasse os terrenos da bouça adjacente, propriedade da Igreja[12]. O acordo foi cumprido, e ambas as habitações foram construídas sob a mesma cobertura.

Nesta primeira aproximação, foi possível identificar as origens rurais de Touguinhó, e uma cultura e modo de vida local profundamente relacionada com a produção agrícola. No entanto, a partir da descrição da envolvente próxima do objeto de estudo, foi também possível entender que, atualmente, o "espírito do lugar"[13] resulta de uma circunstância em transformação e encerra valores distintos. Reflexo das grandes transformações do século XX, cujas causas, sintomas e consequências são já conhecidos, veremos que é esta condição híbrida, este carácter indefinido, entre o rural e o urbano, que define tanto o objeto de estudo desta dissertação, como a envolvente na qual se insere.

11. José Ferreira, apesar de não ter tido qualquer tipo de formação superior, assumia o papel de empreiteiro, desenhador e mesmo construtor. Foi o autor dos projetos destas habitações, assim como o responsável pela empreitada, tendo também auxiliado na própria construção. Especializou-se em trabalhos com gesso, vasos e floreiras, pelos quais era reconhecido e bastante requisitado.

12. Mais precisamente, da Junta Fabriqueira, a instituição a que pertencem todos os bens e direitos destinados à conservação, reparação e manutenção duma igreja, e ao exercício do culto nela.

13. "O genius loci (na origem romana a ideia/crença nos espíritos do lugar) é a expressão dessa síntese onde coincidem a terra, a língua, a tradição, a identidade, a espontaneidade, a raiz, a alma de um povo, em suma, os camponeses." Álvaro Domingues, "Vida no Campo", Porto: Dafne, 2011, p. 255.



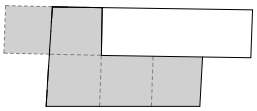


Imagem 13 - Origem (c. 1950).



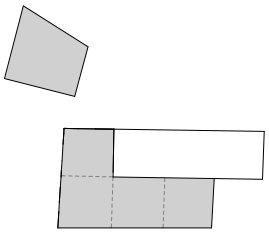


Imagem 14 - Evolução (c. 1995).



Imagem 15 - Estado atual.

3.2 CARACTERIZAÇÃO: ORIGEM, EVOLUÇÃO E ESTADO ATUAL

Neste subcapítulo, procedemos a uma descrição rigorosa da configuração atual da habitação e da sua evolução ao longo do tempo. Confronta-se a génese tradicional, o modelo popular do Norte, em contexto rural, que está na base da construção, com a circunstância real, a partir da qual será possível identificar os alinhamentos tradicionais, assim como os desalinhamentos, sejam estes originais ou resultantes das transformações ocorridas posteriormente.

A casa, objeto de estudo da presente dissertação é uma construção de piso térreo e andar, que parece ter sido desenvolvida em planta segundo uma lógica modular, definida por quatro módulos aproximadamente quadrados de cerca de quatro metros de lado. Podemos considerar que estes módulos se organizam em L, sendo que o lado maior corresponde aos três módulos voltados a Norte, em contacto com a Rua do Castelo, e o outro módulo, por sua vez, encontra-se orientado a Sul. Como já foi referido, foi simultaneamente construída uma outra habitação adossada a esta, que completa o esquema modular com outros três módulos alinhados a Sul que definem os limites do conjunto edificado sob a mesma cobertura de três águas em telha marselha.

Os pisos são independentes, reforçando a separação dos usos respetivos. Como tal, o piso térreo é associado ao local de trabalho, enquanto o primeiro piso se assume como o espaço doméstico, a "casa". A comunicação entre os dois pisos é efetuada por uma escada exterior encostada à fachada Este, cujo patamar de chegada se desenvolve numa varanda alpendrada, originalmente rematada por uma latrina.

No piso térreo, o compartimento amplo que compreende os três módulos a Norte terá sido uma loja/mercearia com acesso direto a partir da Rua do Castelo. Neste piso, existe ainda um compartimento definido pelo módulo a Sul, aberto para o exterior, que seria uma divisão de carácter multifuncional, um espaço de arrumos que aparenta ter sofrido adaptações a diferentes necessidades (ver imagem 32, p. 89). Originalmente, terá existido também um terceiro compartimento neste nível, destacado dos limites da cobertura. Tratava-se de mais um



Imagem 16 - Alçado Norte.



Imagem 17 - Entrada.

módulo que se prolongava no alinhamento da fachada Sul, onde seria o quarto de costura, com cobertura plana, criando um grande terraço no piso superior, coberto por uma ramada.[14]

No primeiro piso, o corredor para o qual se entra estabelece a comunicação entre um compartimento que terá sido a cozinha, orientada a Sul para os terrenos da propriedade, e a sala de estar e os restantes dois quartos, orientados a Norte, para a Rua do Castelo (ver imagem 34, p. 90).

> "A arquitectura popular é uma arquitectura em permanente transformação, nunca concluída, sendo comum encontrar-se na mesma casa as marcas das suas várias fases de evolução e crescimento, revelando diferentes necessidades funcionais, diferentes habilidades construtivas e diferentes materiais, de acordo com os recursos disponíveis em cada momento."[15]

A configuração atual da habitação é, de facto, consequência de sucessivas intervenções que a foram transformando. Importa, neste contexto, não só aprofundar as alterações já apontadas como destacar as restantes, pela significativa transformação que foi operada.

As alterações mais notórias serão, sem dúvida, a demolição do módulo anexado ao conjunto edificado, correspondente ao quarto de costura, e a construção de um segundo volume isolado, que se destaca ainda mais pelo recurso a novos materiais e técnicas construtivas. O novo edifício térreo, complementado, todavia, por uma cave e cobertura acessível, foi inicialmente projetado para ser uma garagem. Porém, foram instalados uma cozinha e um quarto de banho que terão levado a uma revisão do programa da habitação – demoliu-se a latrina existente assim como o forno a lenha (e respetiva chaminé) que definia o compartimento da cozinha.

Aparte estas transformações derivadas da construção do novo volume, foram realizadas outras intervenções tanto dentro como fora da habitação, que determinam a circunstância atual. No primeiro andar, terão existido originalmente três quartos (um quarto para o casal e outros dois partilhados pelos nove filhos) – a supressão de um quarto possibilitou a expansão da sala de estar através da remoção da parede de tabique que separava estas divisões; ainda

14. "A continuidade dos telhados, estendendo-se em baixa pendente, vêm rematar os tectos de folhagem das ramadas circundantes, abraçam o conjunto e dão-lhe um ar aninhado, imerso na paisagem." AA. VV., "Arquitectura Popular em Portugal", Lisboa: Ordem dos Arquitectos, 2004, vol. 1, p. 38.

15. Manuel C. Teixeira, "Arquitecturas do granito: Arquitectura popular", Arcos de Valdevez: Município, 2014, p. 67.



Imagem 18 - Alçado Sul. Relação com habitação vizinha adossada.



Imagem 19 - Acesso aos terrenos a Sul.



Imagem 20 - Compartimento aberto para o exterior.



Imagem 21 - Alçado Este, entradas.



Imagem 22 - Anexo (garagem). Relação com vizinho.



Imagem 23 - Corredor exterior. Vestígios da latrina.

no interior da habitação, também o sistema construtivo tradicional[16] terá sido parcialmente descaracterizado na sequência das reparações efetuadas – o teto do piso superior, assim como a laje do compartimento da cozinha, foram integralmente refeitos com recurso a um novo sistema construtivo[17]. No exterior, foram redefinidos os limites da propriedade – parte do terreno, juntamente com o poço, foi anexada ao lote vizinho; por fim, o alto muro de pedra que separava o interior do lote do espaço público, pontuado apenas pela porta de entrada, foi parcialmente demolido, quebrando assim a barreira visual de outrora, dando lugar a um portão de madeira (mais tarde substituído por um portão de ferro) que expõe o domínio privado da casa.

As paredes portantes de granito seriam originalmente revestidas a cal branca, aplicada sobre a pedra capeada. Aquando da maior parte das intervenções atrás descritas, ocorridas por volta de 1995, as floreiras e as padieiras das janelas do primeiro piso voltadas para a rua foram pintadas de azul, assim como um embasamento no piso térreo que serviria para "esconder" as manchas de humidade. Numa fase posterior, removeu-se o acabamento e revelou-se o aparelho e a textura da pedra subjacente, alterando profundamente a imagem da habitação primitiva.

É, finalmente, possível, identificar as divergências do caso de estudo face ao modelo tradicional analisado. Primeiramente, destaca-se a alteração de usos. Como foi apontado anteriormente, um dos fatores mais impactantes para a mudança de paradigma da arquitetura popular portuguesa foi, precisamente, o abandono da atividade que está na origem da sua definição, a produção agrícola. Pois, este edifício revela-se um caso exemplar dessa circunstância. O amplo compartimento do piso térreo, normalmente associado à loja dos animais, adega, lagar, tulhas, etc., sempre terá sido uma mercearia e nunca terá tido uma outra função. A mercearia estaria ao encargo dos filhos e vendia todo o tipo de produtos (vinho, azeite, arroz, massa, fruta, vegetais, etc.), mas todos os produtos seriam importados – ou seja, nada seria proveniente da exploração agrícola dos terrenos como se poderia prever.[18]

16. Vigas de madeira de eucalipto encastradas nas paredes portantes de granito, onde o soalho de pinho é diretamente apoiado.

17. Sistema de laje aligeirada em vigotas pré-fabricadas de betão com abobadilha cerâmica industrial.

18. Apesar dos vastos terrenos, nunca terá havido lavoura agrícola, existiriam apenas algumas árvores de fruto e uma pequena horta para consumo próprio. "Em matéria de produção agrícola, a agricultura familiar de pequena escala continua a ser um fenómeno de resistência em Portugal. A horta é o seu exemplo mais expressivo e comum, multiplicando-se numa grande variedade de contextos geográficos, populares e eruditos." Álvaro Domingues, "Vida no Campo", Porto: Dafne, 2011, p. 104.



Imagem 24 - Estado atual do antigo compartimento da mercearia.



Imagem 25 - Estado atual do antigo compartimento da cozinha. Vista para os terrenos a Sul.



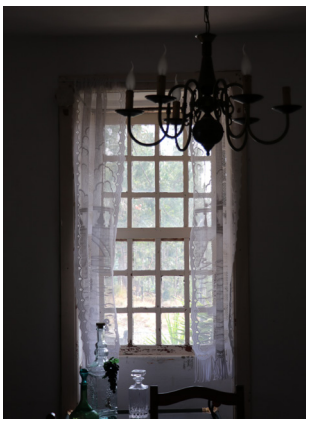


Imagem 26 - Vista da sala. Janela de guilhotina.

Esta transição de um espaço tradicionalmente associado a uma cultura agrícola para um espaço destinado à venda de bens, que se faz sentir em primeiro lugar na essência rural da habitação, tem repercussões diretas no próprio edifício, num sentido mais físico, nomeadamente, na divergência do desenho de dois vãos deste compartimento face ao modelo[19]. Curiosamente, o mesmo compartimento é também marcado por um portão quadrangular e um pequeno postigo, estes sim, característicos da tipologia habitacional popular. Mesmo perante a mudança do programa e a consequente introdução de um novo tipo de vãos neste compartimento, ainda se verifica a permanência dos vãos associados à função que está na origem da definição do próprio espaço – função esta que deixa de existir – o que comprova, acima de tudo, a influência do modelo tradicional na construção da habitação.

Ainda relativamente a alterações do programa, também a transferência da cozinha para o novo edifício adultera o funcionamento e a própria imagem da construção, principalmente pela demolição da chaminé, elemento representativo da arquitetura popular da região.

Para além das variações à regra derivadas dos novos usos, destaca-se ainda a substituição de materiais de construção locais, por outros pré-fabricados, de carácter industrial. De facto, a habitação foi construída num período de transição de uma cultura popular local e métodos construtivos assentes em saberes antigos passados de geração em geração, para uma cultura universal aliciada pelas novas oportunidades da técnica e engenharia e pelos novos materiais[20]. A generalização do uso de novos materiais influenciou a construção desde o início – as escadas foram construídas em betão em vez de pedra – mas fez-se sentir, principalmente, nas intervenções posteriores.

19. Estes dois vãos apresentam uma escala humana e dimensões semelhantes aos vãos do piso superior, desviando-se do tipo de vãos normalmente presentes nos compartimentos do piso térreo. Como já foi apontado no capítulo 2. Arquitetura Popular em Portugal, o piso da loja é geralmente pontuado por um portão para as carroças e postigos que servem de ventilação, vãos ajustados à função que o espaço interior desempenha, que se distinguem dos vãos do piso superior onde estão os espaços da habitação, esses sim, "humanizados". Até a estereotomia das pedras que definem estes dois vãos difere da dos restantes, que seguem o método construtivo tradicional, usando grandes pedras para o peitoril e padieira que superem a largura do vão. Apesar de isto poder sugerir que possam ter sido realizados posteriormente, tudo indica para que, na verdade, sejam originais.

20. "A maneira de as atender [as necessidades consoante as quais são erguidas as moradias] e exprimir arquitectonicamente processa-se, como tantas outras manifestações populares, entre a obediência a regras atávicas, cujo sentido passou há muito ao domínio dos actos reflexos, e a apropriação de novas formas impostas pela contínua evolução dos povos." AA. VV., "Arquitectura Popular em Portugal", Lisboa: Ordem dos Arquitectos, 2004, vol. 1, p. 37.



Imagem 27 - Piso de pedra | piso de cimento.



Imagem 28 - Viga de madeira | viga de betão.



Imagem 29 - Pormenor das carpintarias existentes.



Imagem 30 - Mistura de materiais/sistemas construtivos.



Imagem 31 - Vestígios do antigo forno a lenha.

Nas demolições e reparações efetuadas, são então introduzidos novos materiais e os processos construtivos que eles impõem. Assim se misturam os pisos em soalho de madeira de pinho com a abobadilha cerâmica industrial assente em vigotas de betão pré-fabricadas. Assim se misturam as paredes de granito e de tabique com as de tijolo. Assim se destabiliza a identidade de uma arquitetura popular intimamente ligada com o meio natural onde se insere.

Por fim, enquadramos o objeto de estudo entre a persistência do modelo rural e as influências de um renovado modelo de sociedade (urbana e industrial), que se exprime num "ar (...) encalhado entre um mundo onde veio e outro, incerto, que não se sabe qual seja. Está descaracterizado, como se diz. (...) A um tempo feito em muros de granito, sucede outro tempo feito em blocos de cimento: novos muros, novos caminhos, novas portas, novos acessos e obra para continuar."[21]

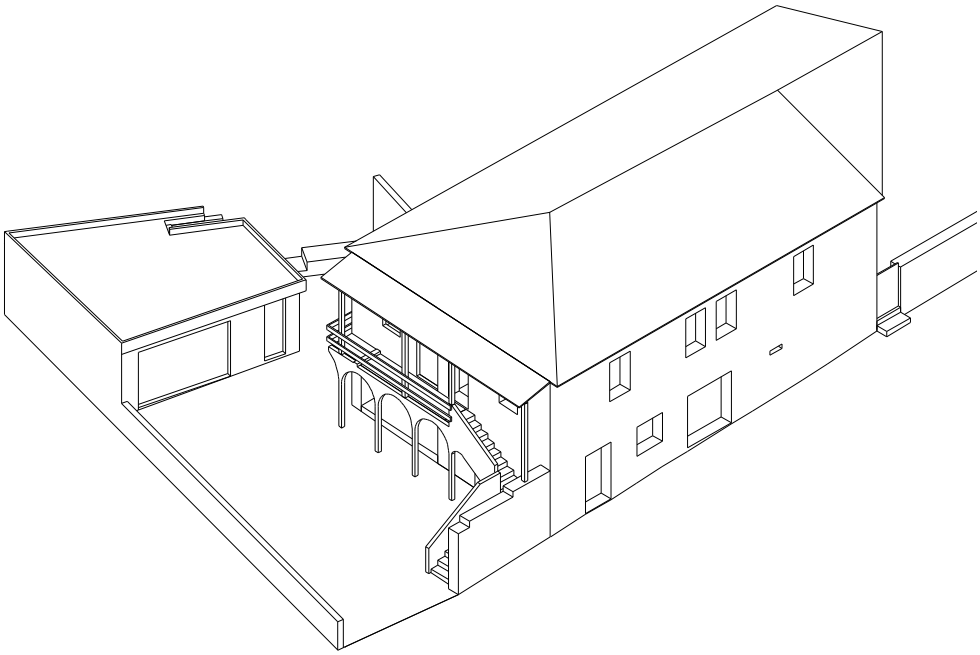
No entanto, apesar das sucessivas intervenções que ditam a condição atual criarem um desvio face ao modelo tradicional, descaracterizando-o, é importante ter presente que foi o referido conjunto das transformações acima descritas, ainda que pouco conscientes e pouco cuidadas, que garantiu a manutenção do edifício.

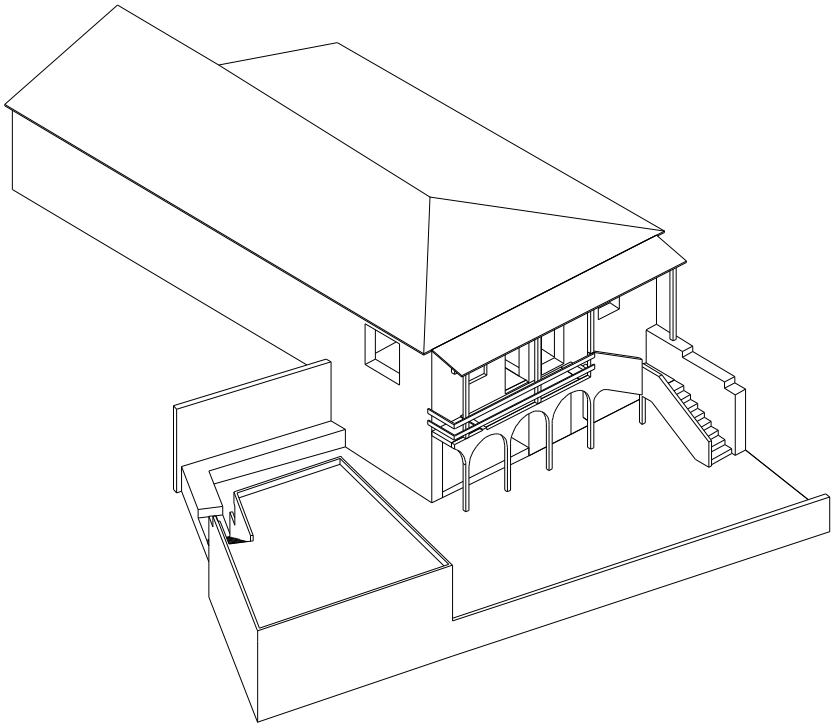
Na verdade, a habitação nunca esteve abandonada. As constantes atualizações devem-se, principalmente, às necessidades e vontades dos elementos da família que foram ocupando a casa, hoje em dia habitada pela senhora Maria[22] – tal como acontece na casa geminada, onde atualmente ainda reside uma descendente da família de caseiros que o padre ali alojou.

Em jeito de conclusão, interessa acrescentar que apesar do valor patrimonial que possa ser identificado a partir do modelo arquitetónico tradicional, na descrição efetuada, ao delinear as aproximações e os afastamentos do objeto de estudo face a este modelo, não se pretende sugerir, nem uma preservação integral dos elementos representativos desta tipologia, ou até uma recuperação dos elementos perdidos, nem uma desvalorização e exclusão automática de tudo o que não se enquadra neste modelo, e a sua consequente demolição. Nesta primeira fase, o objetivo da investigação resume-se a um reconhecimento integral e imparcial dos elementos que definem a pré-existência.

21. Álvaro Domingues, "Vida no Campo", Porto: Dafne, 2011, p. 214.

22. Maria da Conceição Curval Ferreira, filha de José Ferreira, responsável pela construção do edifício, terá vivido grande parte da sua vida nesta casa, pelo que o seu testemunho foi imprescindível para o apuramento da história da casa.





Legenda:
1. Antigo compartimento da mercearia
2. Arrumos exteriores
3. Garagem/cozinha
4. Quarto de banho



Imagem 32 - Levantamento, Planta Piso 0, escala 1.200.

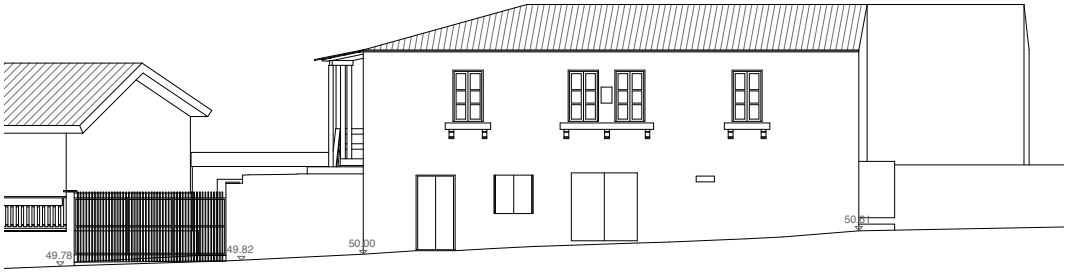


Imagem 33 - Levantamento, Alçado Norte, escala 1.200.

Legenda:
1. Antigo compartimento da cozinha
2. Sala
3. Quarto

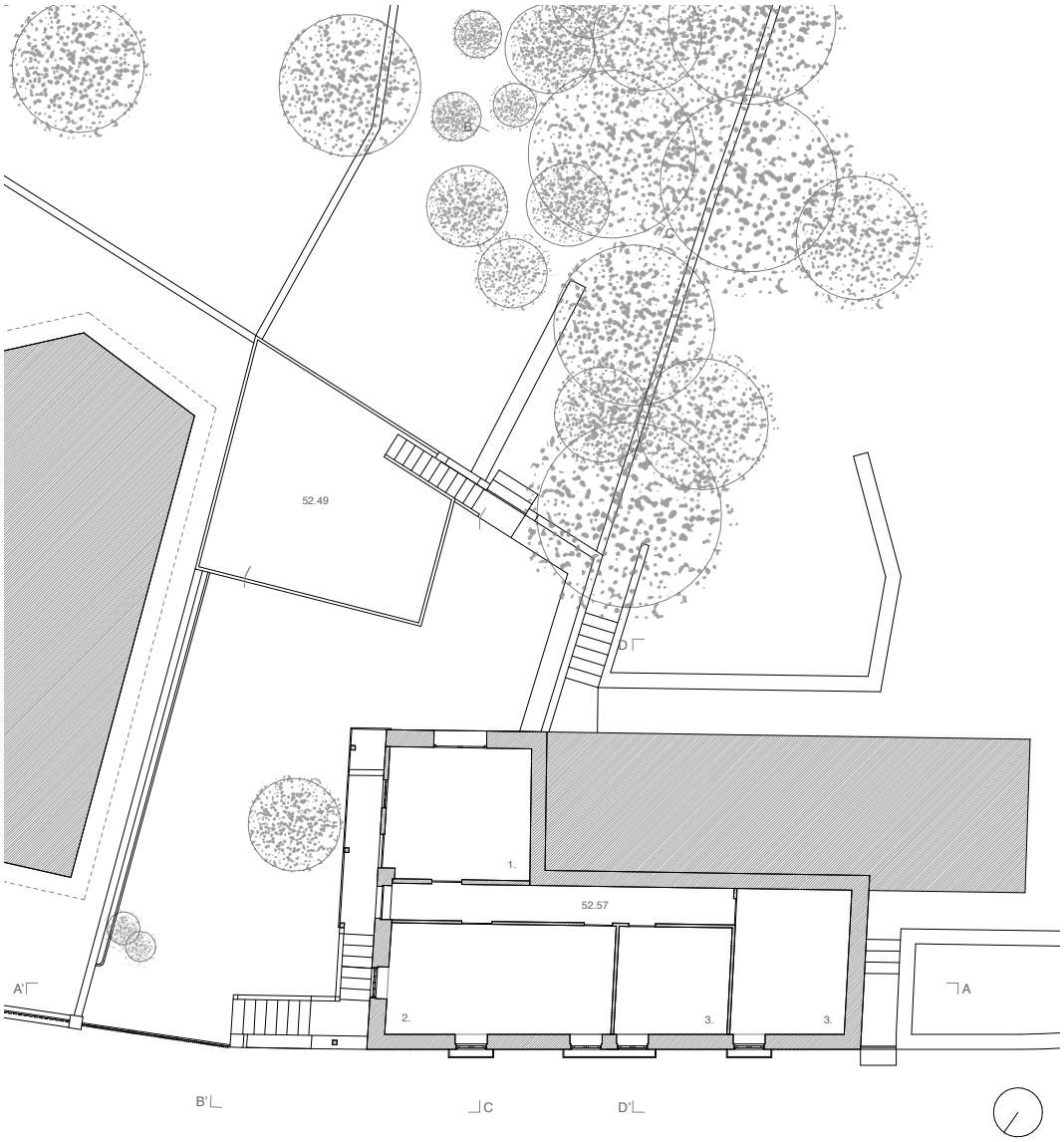


Imagem 34 - Levantamento, Planta Piso 1, escala 1.200.

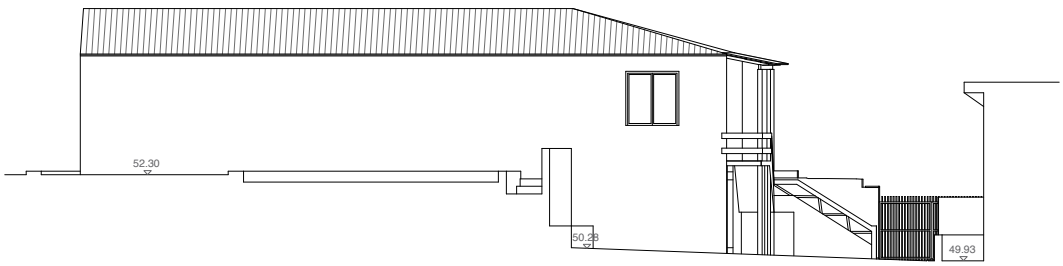


Imagem 35 - Levantamento, Alçado Sul, escala 1.200.

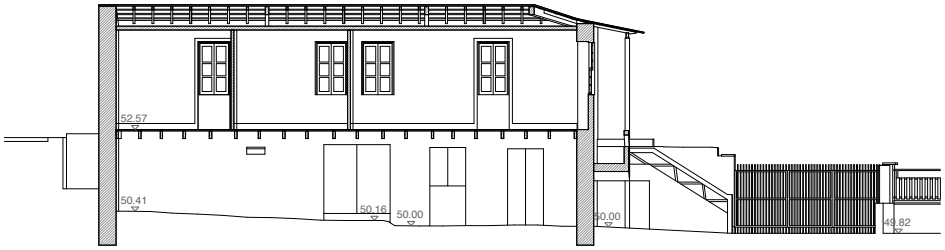


Imagem 36 - Levantamento, Corte AA', escala 1.200.

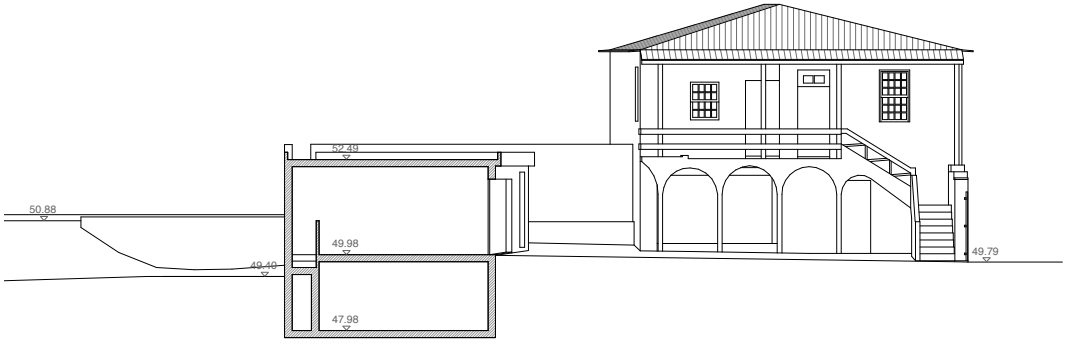


Imagem 37 - Levantamento, Corte BB', escala 1.200.

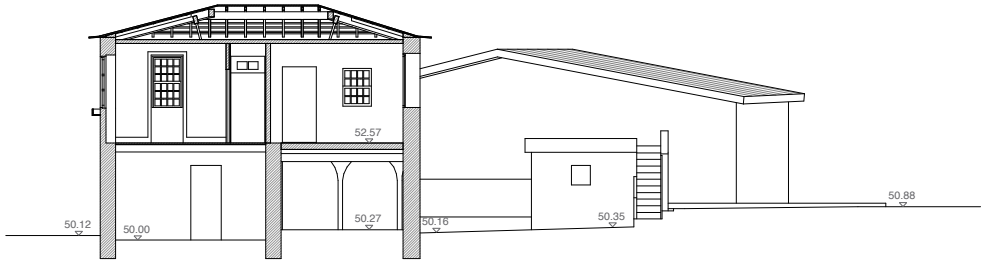


Imagem 38 - Levantamento, Corte CC', escala 1.200.

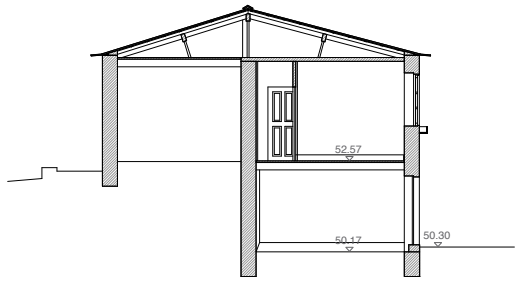


Imagem 39 - Levantamento, Corte DD', escala 1.200.

0 2



Imagem 40 - Sistema construtivo tradicional em vigotas de madeira.



Imagem 41 - Marcas dos ataques de insetos xilófagos.

3.3 DIAGNÓSTICO

Para completar o estudo do objeto, resta apenas uma análise mais técnica, da qual resulta um diagnóstico que identifique as patologias existentes e determine as soluções a aplicar. Nesta análise, procura-se examinar o estado de conservação do edifício existente, de modo a assegurar uma solução de intervenção eficaz e ajustada face à situação existente e ao sentido de transformação desejado. Naturalmente, não se dispôs dos meios e recursos especializados necessários para garantir o rigor técnico da avaliação, que se limitou por sua vez a uma inspeção visual e levantamento fotográfico no qual foram registadas as principais anomalias que parecem afetar a pré-existência. Relativamente às propostas de atuação sobre as patologias identificadas, as considerações técnicas apresentadas sustentam-se em informações obtidas na consulta de bases bibliográficas, nomeadamente, o "Guião de apoio à reabilitação de edifícios habitacionais" e o "Manual de apoio ao projecto de reabilitação de edifícios antigos".

Neste processo, é fundamental perceber a relação de causa-efeito das anomalias observadas. Ou seja, mais do que simplesmente eliminar o efeito, pretende-se evitar que este volte a manifestar-se. Sendo assim, num primeiro momento, procura-se identificar a causa que dá origem à anomalia; de seguida, procura-se identificar hipóteses de resolução que atuem sobre a respetiva causa, para, por fim, executar uma solução de intervenção que elimine de forma definitiva e eficaz a anomalia.

De forma geral, é possível afirmar que não se verificam anomalias estruturais graves que ponham em risco a estrutura do edificado. As paredes portantes de alvenaria de pedra não têm sinais de fissuras e apresentam um bom estado de conservação, no entanto, indicam-se alguns cuidados para a manutenção da estrutura horizontal em vigotas de madeira no compartimento correspondente à antiga mercearia. Apesar de não estar em causa, ou, pelo menos, em risco iminente, a sua resistência estrutural, nem se verificar uma flecha acentuada nestes elementos, observam-se indícios de ataques de insetos xilófagos. Como tal, foi chamado um carpinteiro que, após um teste in situ, revelou que apenas a parte inferior do vigamento



Imagem 42 - Manchas de humidade. Humidade ascencional.

se encontra ligeiramente afetada, sendo que a parte superior que recebe a carga estrutural, correspondente ao cerne da madeira, se encontra em bom estado. Toda a estrutura do piso foi testada tendo-se concluído que apenas uma viga, a única de madeira de pinho, terá de ser substituída por se encontrar mais danificada. Para as restantes, de madeira de eucalipto, será apenas necessário realizar, numa primeira fase, um tratamento desparasitante[23], e posteriormente, um tratamento preventivo, pela aplicação de um impregnante para a proteção da madeira (proteção anti-fungo e anti-caruncho e, simultaneamente, proteção contra o fogo). Os elementos de madeira da estrutura da cobertura também parecem apresentar um bom estado de conservação e resistência estrutural.

No que respeita a anomalias não estruturais, destaca-se a existência de humidades ascensionais que se observam, principalmente, no contacto da fachada Norte com a rua, em toda a sua extensão[24]. Na verdade, terão sido as manchas de humidade que existiriam na superfície pintada das paredes que terão levado à decisão de remover o acabamento. Verifica-se então que, nem com a pintura de um embasamento, nem ao remover completamente o revestimento, se resolveu o problema das humidades ascensionais.

De facto, esta patologia não pode ser simplesmente escondida, nem se deve tão só ao acabamento. Acontece que a humidade existente no solo, que contacta diretamente com a parede ou fundação, ascende por capilaridade devido à porosidade do material que constitui a parede. Nas zonas mais próximas da superfície, a humidade evapora-se e os sais que estão dissolvidos na água cristalizam-se, o que se manifesta sob a forma de manchas nas zonas inferiores da parede. A razão destas condensações deve-se, então, ao contacto direto entre o terreno e a estrutura. Logo, para impedir este contacto, a solução passa pela execução de uma drenagem perimetral e pela correta impermeabilização da superfície enterrada do paramento exterior das paredes e fundações, através da colocação de telas asfálticas associadas a uma membrana drenante. Por último, efetuam-se os procedimentos necessários[25] para reparar as áreas afetadas.

23. A ser realizado preferencialmente nos meses de verão, por indicação do carpinteiro, por corresponder à época de acasalamento destes insetos, na qual abandonam a toca, facilitando assim o processo.

24. Também na região superior das floreiras e do remate da cobertura se verificam manchas de humidade. A resolução do problema nestes pontos passa pela remoção das próprias floreiras e pela introdução de um sistema de recolha de águas pluviais para a cobertura.

25. Começa por se fazer uma lavagem esterilizante (com uma solução a 10% de hipoclorito de sódio), e, posteriormente, uma lavagem com água simples. Depois de garantir a secagem adequada, aplica-se um produto fungicida. Cerca de três dias após a sua aplicação, extrai-se o produto por escovagem. Por fim, aplica-se o acabamento previsto.



Imagem 43 - Parte inferior das escadas de betão.



Imagem 44 - Fissura nas escadas de betão.



Imagem 45 - Corrosão da armadura de ferro.





Imagem 46 - Fissuras nas paredes de tabique.

Em grande parte dos edifícios antigos cujas paredes de alvenaria assentam em solos duros e resistentes, a fundação consiste no prolongamento da estrutura vertical das paredes. Apesar de não se verificarem fissuras que possam indicar a fragilidade das fundações, desconhece-se a sua profundidade. Caso as fundações não sejam muito fundas, durante a fase de obra, corre-se o risco de comprometer a estabilidade da estrutura. Como tal, durante o processo de execução do dreno e nas escavações que terão de ser efetuadas para refazer o pavimento do piso térreo, dependendo da profundidade das fundações que só então poderá ser verificada, decidir-se-á se será necessário, ou não, reforçá-las.[26]

Neste estudo diagnóstico, para além de se identificar a existência de um conjunto de patologias, anteciparam-se hipóteses de procedimentos técnicos de intervenção para a reabilitação de elementos que, tanto por questões económicas como por se considerar que denotam algum tipo de valor, se pretendem manter e integrar no projeto. Excluiu-se assim as hipóteses de tratamento das patologias de elementos para os quais se prevê a sua demolição, quer pelo seu elevado estado de degradação, quer por questões conceptuais relacionadas com o próprio projeto de reabilitação, que serão aprofundadas no capítulo seguinte. Entre estas anomalias refira-se, por exemplo, as fissuras nas paredes divisórias de tabique, ou o destacamento da camada de recobrimento nas escadas de betão, e, consequentemente, a exposição da armadura de ferro às condições atmosféricas, cuja corrosão acaba por comprometer todo o sistema.

26. Se for necessário, existem métodos e técnicas de intervenção em fundações existentes, de forma a serem reforçadas, e, assim, reaproveitadas, desde um reforço superficial por injeção, confinada entre cofragens ou não, a uma ampliação superficial faseada, entre outras.

4. INTERVENÇÃO

Reabilitação[1] é o termo geralmente indicado para descrever a operação de *construir no construído*. No entanto, considera-se o termo *intervenção* – largamente repetido nesta dissertação – preferencial, por se tratar de um conceito ainda mais abrangente, que compreende numa só palavra os diversos tipos de atuação sobre a pré-existência, desde uma ação mais contida de conservação e restauro a ações profundamente transformadoras de demolição, reconstrução e ampliação. Ignasi de Solà-Morales compara esta expressão ao conceito de *interpretação*[2], alertando para a subjetividade pessoal única de cada autor, e para a importância das suas próprias crenças e vontades, que também definem a circunstância de cada caso, de cada projeto.

"Restaurar, recuperar ou reutilizar é sempre, para Távora, a busca de uma síntese que recolha o fluir do tempo e possa acolher serenamente o futuro. (...) Neste aparente paradoxo se constrói o conceito para cada projecto, sendo que este será, sempre, decorrente de exaustiva análise formal e histórica de cada objecto arquitectónico. É evidentemente uma leitura pessoal porque tem implícita uma vontade artística de formalizar uma transformação. É essa subjectividade que marca a diferença entre a posição do arquitecto e a do positivo cientista.

1. "Reabilitação – o termo reabilitação designa toda a série de acções empreendidas tendo em vista a recuperação e a beneficiação de um edifício, tornando-o apto para o seu uso actual. O seu objectivo fundamental consiste em resolver as anomalias construtivas, ambientais e funcionais, acumuladas ao longo dos anos, procurando ao mesmo tempo uma modernização e uma beneficiação geral do imóvel sobre o qual incide – actualizando as suas instalações, equipamentos e a organização dos espaços existentes -, melhorando o seu desempenho funcional e tornando esses edifícios aptos para o seu completo e actualizado reuso." José Aguiar, "Guião de apoio à reabilitação de edifícios habitacionais", Lisboa: L.N.E.C., 2005, vol. 1, p. A.I – 2.

2. "Na verdade, todo o problema de intervenção é sempre um problema de interpretação de uma obra de arquitetura já existente, uma vez que as possíveis formas de intervenção que se colocam são sempre formas de interpretar o novo discurso que o edifício pode produzir. (...) A diversidade terminológica que os problemas da intervenção costumam apresentar prova que a intervenção significa, portanto, interpretação, e que estas interpretações podem ser diversas." Ignasi de Solà-Morales, "Intervenciones", Barcelona: Gustavo Gili, 2006, p. 15.



Imagem 1 - SAMI-arquitectos, Casa E/C, ilha do Pico, Açores. Intervir na ruína.





Imagem 2 - Duas peles.



Imagem 3 - Vista interior da sala.

É na escolha entre uma infinidade de soluções que se constrói a obra de autor a que Távora nunca renuncia."[3]

Num primeiro momento, retoma-se a questão "como intervir em edificado existente?" lançada no capítulo 1. Património, numa aproximação e adequação à circunstância, que não se vincula estritamente às orientações e princípios definidos nas cartas e convenções internacionais. A fim de gerar um estudo comparativo, são apresentados alguns temas e posturas metodológicas correntes associadas a referências num contexto análogo ao objeto de estudo (habitação rural).

Naturalmente, a intervenção varia consoante o caso sobre o qual se atua. Cada uma das atitudes projetuais, representada pelo respetivo exemplo, só pode ser implicada por interpretações críticas assentes num conhecimento exaustivo do objeto a intervencionar, e não deve nunca ser considerada *a priori* no processo de projeto.[4]

Em edifícios em ruína, é comum a nova intervenção envolver a ruína ou ser envolvida por esta, separando as duas "peles", os dois tempos, principalmente, presume-se, pela grande dificuldade ou até impossibilidade de restabelecer uma condição próxima daquela que seria a condição funcional do edifício existente. Neste caso, mais do que o valor material a incorporar no novo edifício, a ruína assume um valor cenográfico enquanto imagem rememorativa de outros tempos (ver imagens 1-3).

Em edifícios em melhor estado de conservação, para além das características físicas próprias de cada caso, a intervenção parece também depender das circunstâncias programáticas exigidas. Por um lado, em edifícios em que não se pretende uma ampliação parece generalizar-se uma estratégia de recuperação do conjunto. Não obstante as transformações necessárias (principalmente no interior) para adequar a antiga estrutura às novas condições de conforto e restabelecer o seu uso, parece procurar-se uma leitura de conjunto através do restauro (ou até reconstrução seguindo os modelos tradicionais) dos elementos existentes, preservando e apropriando uma linguagem arquitetónica maioritariamente relacionada com o

3. Alexandre Alves Costa, "Cumplicidades", in *JA, Jornal dos Arquitectos* n. 213, Lisboa: Ordem dos Arquitectos, Nov./Dez. 2003, p. 42.

4. "Ao arquitecto de hoje só "um critério de experiência" é lícito; um critério que não recuse dado algum do real que, esse sim, existe, nunca como matéria a sujeitar a soluções apriorísticas, mas sempre decorrentes de interpretações e desígnios pessoais." Alexandre Alves Costa, "O património entre a aposta arriscada e a confidência nascida da intimidade", in *JA, Jornal dos Arquitectos* n. 213, Lisboa: Ordem dos Arquitectos, Nov./Dez. 2003, p. 13.



Imagem 4 - André Tavares, Casa de Campo na Aldeia da Felgueira. Recuperar o conjunto.



Imagem 5 - Integridade construtiva.







Imagem 6 - Vista da cozinha.

Imagem 7 - Vista da sala de jantar.

Imagem 8 - Vista da sala de estar.

tempo da pré-existência (ver imagens 4-8).

Por outro lado, em edifícios que exigem ampliações ou ações mais transformadoras, é comum criar uma rutura entre os dois tempos e promover o contraste entre o novo e o antigo. Mesmo que a ampliação decorra dos métodos construtivos tradicionais por uma questão de coerência e compatibilidade dos sistemas estruturais dentro do mesmo conjunto, verifica-se, muitas vezes, a opção de distinguir a nova construção. A necessidade de construção de um acrescento de maiores dimensões que condensa o programa e as restantes exigências que a pré-existência por si só não consegue comportar, implica uma escala de intervenção difícil de relacionar com o edifício existente que se pretende recuperar e preservar, o que parece justificar-se na necessidade de separar os dois momentos, com a introdução de uma nova linguagem arquitetónica que se afasta da imagem do edifício do passado (ver imagens 9-12).

> "Do ponto de vista de critérios de intervenção, as intervenções mais recentes obedeceram a uma filosofia minimalista no que respeita ao espaço "em ruína" ou por revelar, suscitando porém, e em contraste, uma atitude projectual "forte" nos edifícios de apoio."[5]

As considerações genéricas[6] acima descritas delimitam dois caminhos gerais de intervenção, que compreendem, entre eles, uma grande diversidade metodológica. Um que se resume a operações de restauro, assegurando a conservação da pré-existência, numa tentativa de reabilitar o uso sem adulterar demasiado a unidade e a identidade do conjunto. E um outro, que também parte da intenção de recuperar e preservar o edifício antigo, mas cujas exigências da intervenção sujeitam a pré-existência a alterações mais profundas, que levam à separação e distinção entre os elementos antigos e os novos.

Entre a conservação e a nova construção, e todos os conceitos por estes intermediados (restauro, reconstrução, reabilitação, etc.), há, de facto, uma grande variedade de possibilidades

5. Paulo Pereira, "Intervenções arquitectónicas recentes no património edificado", in *JA, Jornal dos Arquitectos* n. 213, Lisboa: Ordem dos Arquitectos, Nov./Dez. 2003, p. 16.

6. As breves análises aqui enunciadas podem ser entendidas de forma algo limitadora e redutora das obras apresentadas. Certamente não se pode reduzir a complexidade da intervenção efetuada nestes edifícios a descrições tão simples e generalistas, pelo que é pertinente anotar que as considerações apontadas surgem apenas como enquadramentos gerais, com valor operativo para o discurso, e não como pressupostos metodológicos do processo de projeto dos autores respetivos.



Imagem 9 - Adalberto Dias, Casa em Penha Longa. Contraste novo/antigo.



Imagem 10 - A ampliação.



Imagem 11 - Interior da pré-existência recuperada.



Imagem 12 - “Um novo crescimento torna-se inevitável, e outro espaço renasce desta pré-existência, mantendo a sua nova forma – a de ruína, último estado de construção original. Uma nova célula e idêntica às anteriores adossa-se à ruina, seguindo a mesma métrica e movimento, o mesmo material e técnica, comprometendo o espaço da última eira a Poente e um terraço natural a Sul. A forma nasce de outras formas, o lugar nasce de outros lugares.” José Manuel Neves, “Adalberto Dias: arquitecturas”, Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2005, p. 112.

de intervenção[7]. No entanto, os diferentes significados destes conceitos, assim como de outros por eles introduzidos (autenticidade, intervenção mínima, reversibilidade das soluções, etc.), não são necessariamente exclusivos, e podem sobrepor-se numa mesma obra:

> "Paralelamente às operações comuns de adaptação de espaços domésticos aos desígnios do viver contemporâneo, existem outras mais complexas, quando se trata de tocar num edifício de valor patrimonial (que também pode ser uma habitação), propondo no mesmo projecto três momentos distintos – conservação, demolição e construção – no sentido de se recriarem e acrescentarem novos usos e funções."[8]

Referimo-nos então às situações particulares cujas circunstâncias específicas levam à conjugação de diferentes tipos de intervenção. Nestes casos ambíguos, não parece ser possível limitar a intervenção a uma única vertente metodológica que se assuma claramente como sendo a mais adequada para todo o conjunto – parte do edifício parece implicar uma intervenção minimalista de restauro e preservação do existente, enquanto para outra parte parece ser necessário realizar transformações mais profundas e/ou extensões de maiores dimensões que, à partida, introduzem uma nova linguagem. Apesar destas duas linhas de ação se misturarem num mesmo projeto, em vez de se assinalar a separação entre elas, pretende-se, por sua vez, assumir a unidade do conjunto (ver imagens 13-16).

Desta forma, ao "reorganizar criticamente a matéria pré-existente, através de uma arquitetura que se deixa contaminar pelo existente e que, ao introduzir o novo, afirma a sua consolidação"[9], não é facilmente percetível o que é antigo e o que é novo, porque são simultaneamente ambos. Como se verá, a circunstância do objeto de estudo enquadra-se nesta situação.

Ultrapassada a fase de reconhecimento do edifício a intervir, e efetuados os estudos prévios sobre o património e a tipologia habitacional rural do Noroeste peninsular, é finalmente possível identificar os valores da pré-existência que interessa preservar, e lançar as bases do projeto de reabilitação.

7. "Todas as hipóteses de intervenção se puseram desde o início: introduzir o novo no velho; não tocar no velho (ideia característica do romantismo); reconstruir o velho de acordo com a arqueologia e a história; recriar o velho." Alexandre Alves Costa, "O património entre a aposta arriscada e a confidência nascida da intimidade", in *JA, Jornal dos Arquitectos* n. 213, Lisboa: Ordem dos Arquitectos, Nov./Dez. 2003, p. 8.

8. José Manuel das Neves, "Editorial", in *Arquitectura Ibérica* n. 30, Casal de Cambra: Caleidoscópio, Fev. 2009, p. 5.

9. João Mendes Ribeiro, "Entrevista", in *Arqa* n. 82/83, Lisboa: Futurmagazine, Jul./Ago. 2010, p. 28.



Imagem 13 - Mezzo Atelier, Pink House, Ponta Delgada, Açores. Dissimulação novo/antigo.



Imagem 14 - Coexistência história/contemporaneidade.



Imagem 15 - Vista interior da sala.



Imagem 16 - Vista aérea.

No processo de adaptar a estrutura do passado aos padrões de vida contemporâneos, é inevitável passar, num primeiro momento, por um exercício de seleção do que realmente interessa preservar e do que possa ser rejeitado. Como foi referenciado desde o início da investigação, tão importante como os elementos físicos (as "pedras") são as condições imateriais da arquitetura popular portuguesa. Sem se pretender desvalorizar a importância da materialidade, sente-se a necessidade de ultrapassar esse romantismo, essa tentação inicial de tudo preservar, para melhor entender que outros valores significantes se devem preservar do ponto de vista da história e da identidade cultural.

Aborda-se, contudo, esta questão, com a serenidade decorrente do reconhecimento da dificuldade da tarefa:

> "É difícil reaprender o rural e sobre ele construir novas identidades. É difícil encontrar continuidades entre memórias mais ou menos ficcionadas do passado e o que lhes está a acontecer. É difícil entender a simultaneidade e a contradição dos acontecimentos e o modo como se sucedem. É difícil, sobretudo, controlar as emoções acerca do que acontece."[10]

Isto porque a paisagem rural sobre a qual se intervém deixou de existir, da mesma forma que os modos de vida que definiram a arquitetura popular também já não existem. É preciso acreditar que, mesmo com a necessária transformação do modelo rural e a sua adaptação aos novos modos de vida, é possível manter elos de ligação com o passado capazes de assegurar o sentido de continuidade cultural sem rejeitar a evolução da sociedade.

Manuel Teixeira, clarifica esta ideia afirmando que "É necessário definir as invariantes que, ainda que sob novas condições históricas e materiais, asseguram elos de continuidade com o passado. Tais invariantes passam pelas lógicas de localização e de implantação no terreno, pela verdade construtiva revelada na utilização dos materiais, pela adopção de soluções formais ajustadas ao clima, pelas proporções, pela austeridade formal, pela racionalidade das construções. Será a partir delas que se pode desenvolver uma nova arquitectura articulada com a nossa herança cultural."[11]

Evitando uma perspetiva saudosista, a influência do modelo tradicional sobre o projeto é então filtrada num exercício de abstração, que passa por uma avaliação daquilo que se con-

10. Álvaro Domingues, "Vida no Campo", Porto: Dafne, 2011, p. 317.

11. Manuel C. Teixeira, "Arquitecturas do granito: arquitectura popular", Arcos de Valdevez: Município, 2013, p. 123.

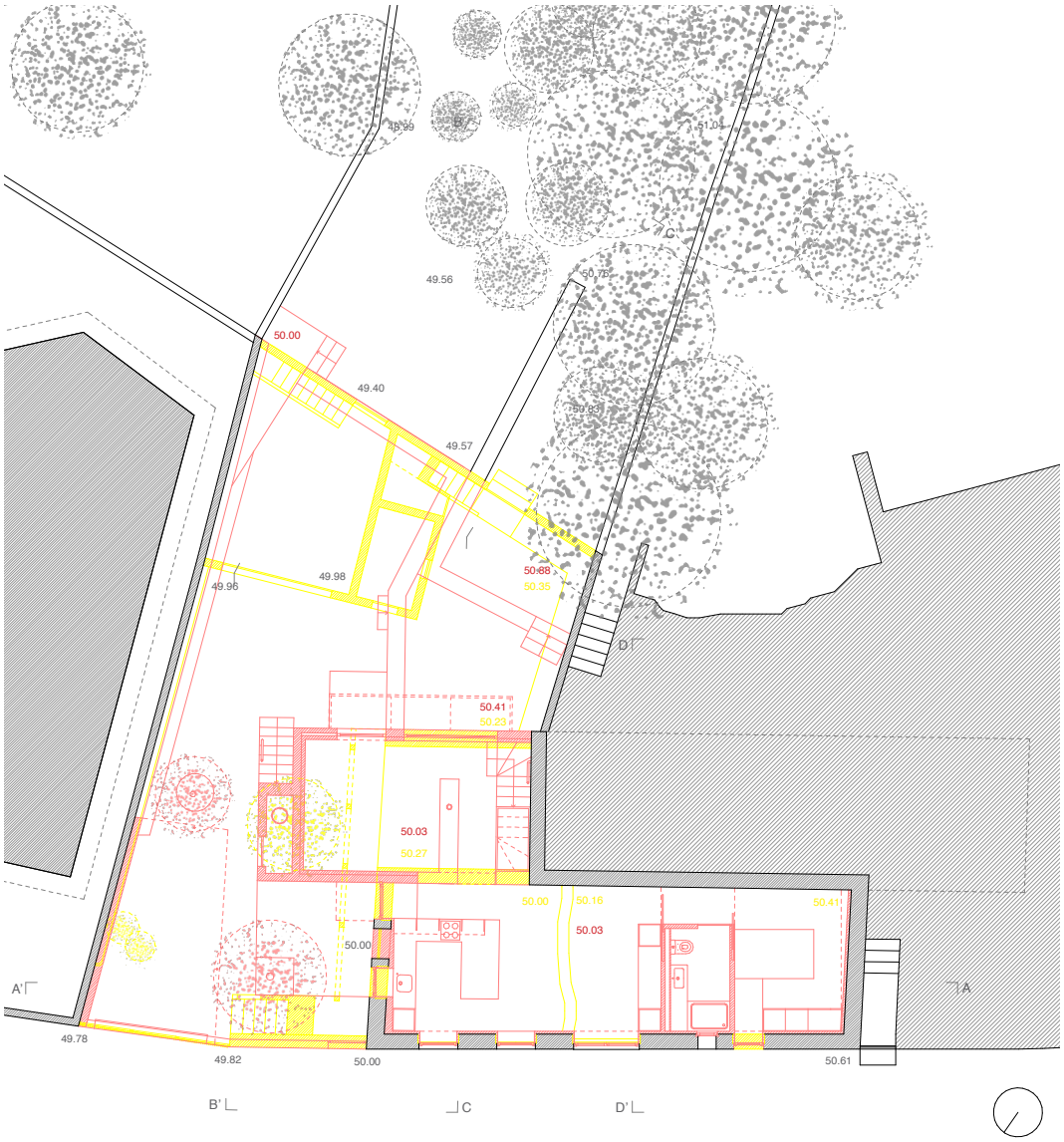


Imagem 17 - Vermelhos e amarelos, Planta Piso 0, escala 1.200.

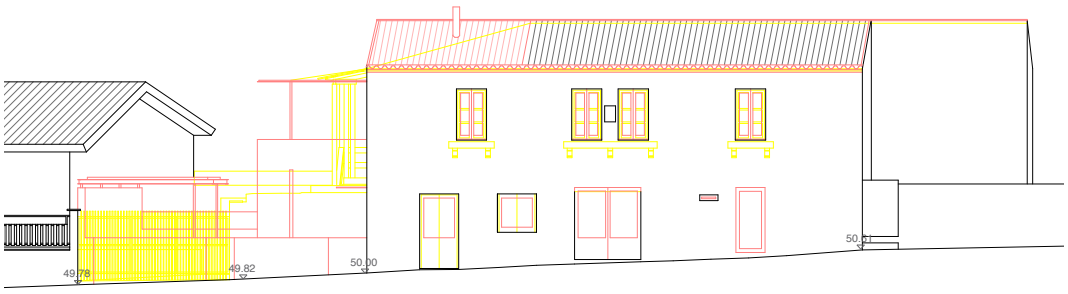


Imagem 18 - Vermelhos e amarelos, Alçado Norte, escala 1.200.

sidera ter valor patrimonial (quer seja material, simbólico ou tipológico). Sem renegar nunca a contemporaneidade da intervenção, restaura-se, demole-se e constrói-se de novo com a convicção de que é possível preservar a essência rural da habitação desde que se preservem também certas condições definidas pelas "invariantes" acima descritas.

Em geral, pretende-se uma arquitetura dinâmica, sem receio de introduzir a necessária mudança[12], que seja capaz de fazer uma síntese entre o passado e o presente e, por fim, *reinventar* a habitação rural[13]. A partir destas considerações, desenvolvem-se os conceitos a aplicar no projeto.

•

O processo de projeto parte da decisão de preservar os três módulos a Norte, em contacto com a Rua do Castelo, e da demolição e posterior reconstrução do módulo Sul, e a sua extensão para Este ao nível do piso térreo.

Para a parcela do edifício consolidado que se pretende preservar, estabeleceu-se uma intervenção de restauro dos elementos existentes. Assim, procura-se adaptar o novo programa (novo não na tipologia mas na configuração dos espaços) à pré-existência sem proceder a grandes alterações, tanto por questões económicas, como para não descaracterizar demasiado a identidade do lugar[14]. Assim se preservam tanto os elementos tradicionais originais (paredes portantes de granito e estrutura de madeira do piso sobrado), como os decorrentes de transformações posteriores, aos quais se reconhece utilidade e qualidade (estrutura da laje do teto do primeiro piso em vigotas de betão e abobadilha cerâmica). Quando necessário, estes elementos serão sujeitos a intervenções regeneradoras (descritas no capítulo 3.3 Diagnóstico) que assegurem a sua conservação.

12. "A nós interessava-nos aquela "coisa" do Camões: "tudo é feito de mudança". É muito essa questão da mudança o que a mim, pessoalmente, me interessa no património. A História e a cultura (práticas, ritos, etc.) que nos fundam e nos formam, através de uma dinâmica *tradicionalmente transformadora.*" Manuel Vicente, "Da Métrica dos Bicos", in *JA, Jornal dos Arquitectos* n. 213, Lisboa: Ordem dos Arquitectos, Nov./Dez. 2003, p. 107.

13. "Há uma dialéctica complicada, cujas sínteses a partir de determinadas coisas, resultam sempre noutras coisas que, embora sendo sempre as mesmas, são, sobretudo, *reinventadas.*" Ibidem.

14. "... a identidade do lugar depende sobretudo daquilo que permanece, se não houver cuidado em preservar qualidades singulares, vai-se construir um lugar impessoal, genérico." Mariana Pestana, "Entrevista", in *Arqa* n. 119, Lisboa: Futurmagazine, Jul. 2015, p. 29.

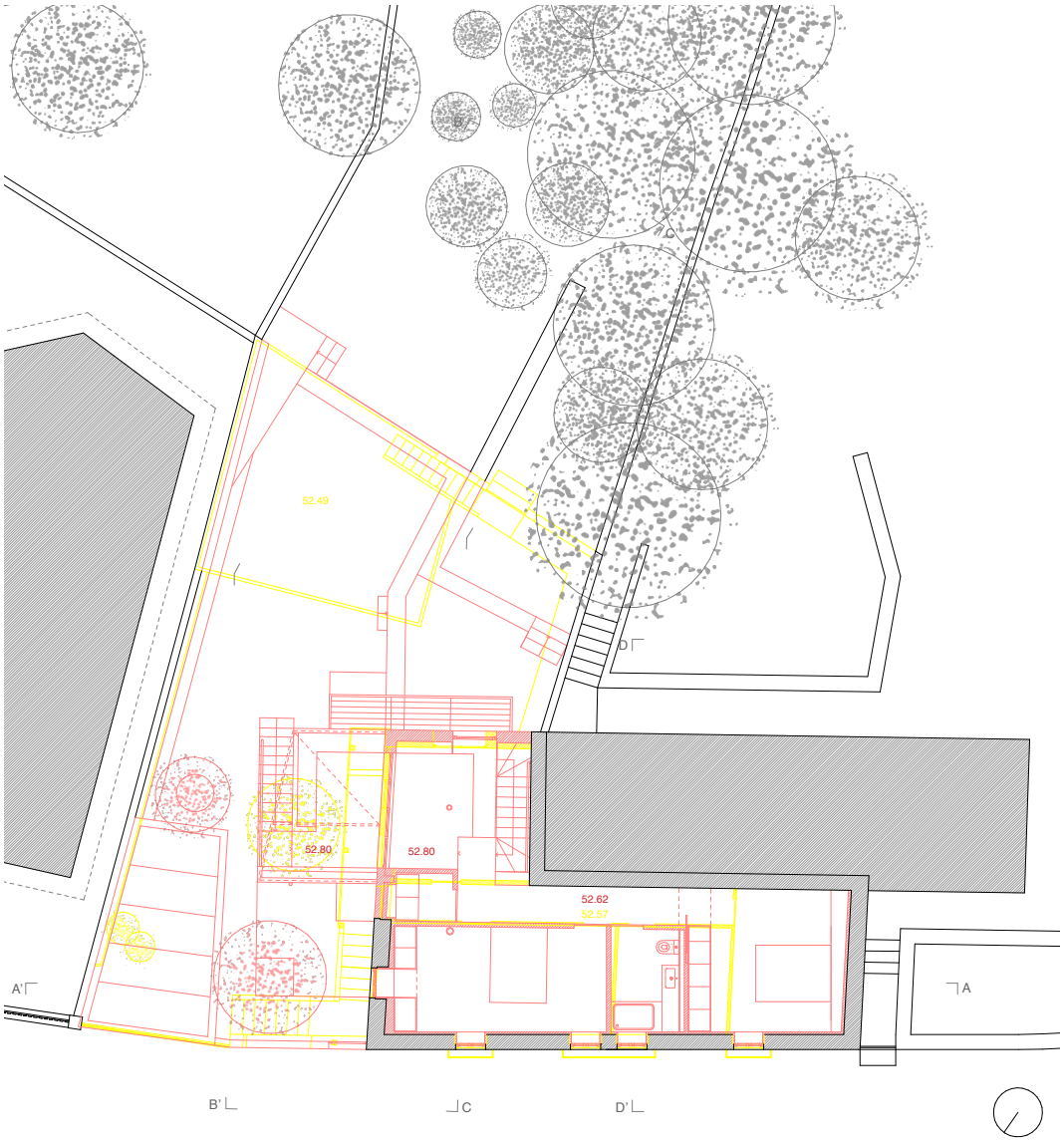


Imagem 19 - Vermelhos e amarelos, Planta Piso 1, escala 1.200.

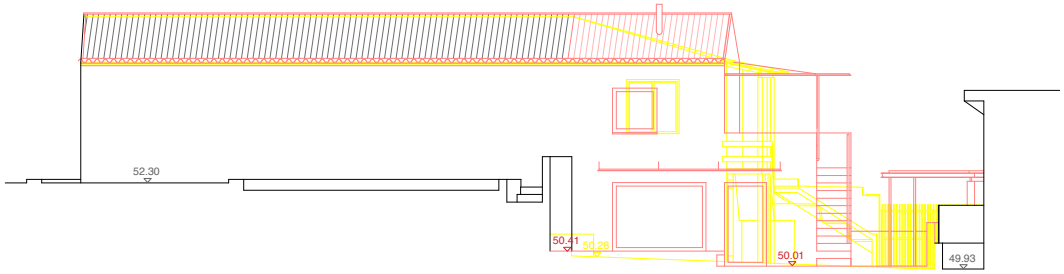


Imagem 20 - Vermelhos e amarelos, Alçado Sul, escala 1.200.

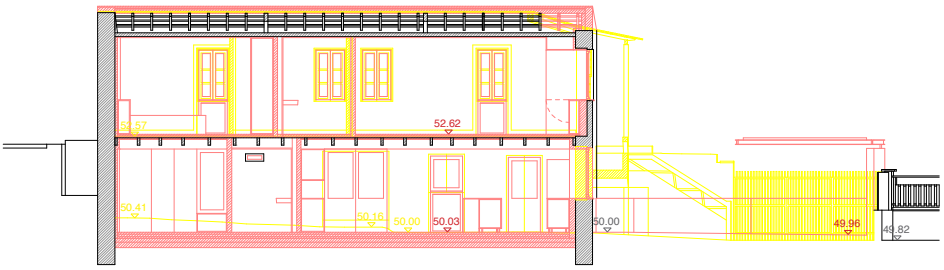


Imagem 21 - Vermelhos e amarelos, Corte AA', escala 1.200.

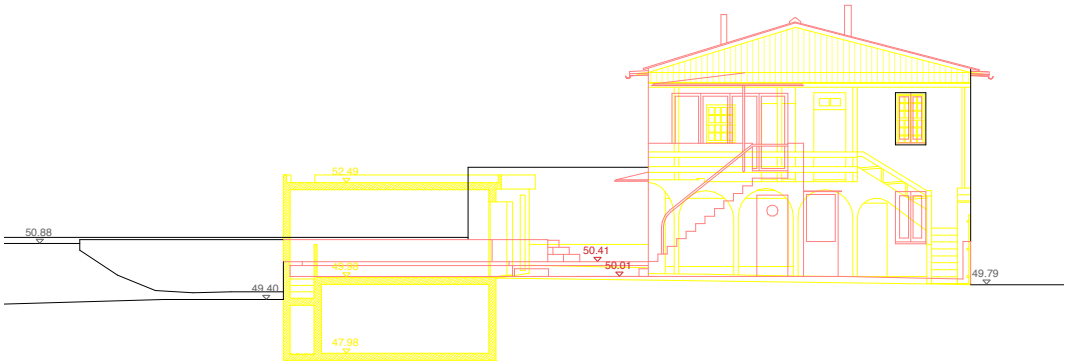


Imagem 22 - Vermelhos e amarelos, Corte BB', escala 1.200.

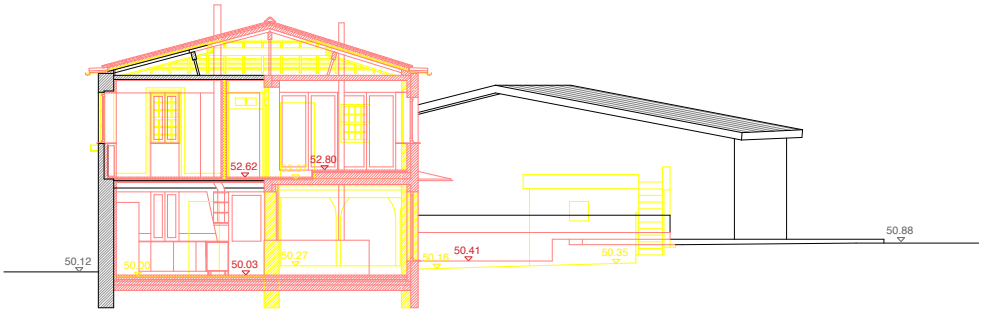


Imagem 23 - Vermelhos e amarelos, Corte CC', escala 1.200.

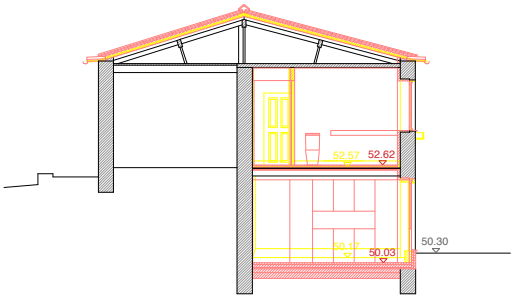


Imagem 24 - Vermelhos e amarelos, Corte DD', escala 1.200.

0 2

Não se tencionou, no entanto, ser demasiado literal neste processo. Sempre que se considerou pertinente encerrar um vão ou abrir um novo, por exemplo, para melhorar as condições de iluminação ou ventilação, ainda que interfira no desenho do alçado existente, não se hesitou em fazê-lo. Perante a complexidade inerente à criação de uma nova ordem, reconhece-se a impossibilidade da aplicação pura do modelo teórico.[15]

Para além dos elementos exteriores ao conjunto delimitado pela cobertura para os quais rapidamente se adivinhou a sua demolição – não só por resultarem de uma intervenção desqualificada e incoerente com as próprias necessidades e exigências do projeto, como pelo seu acelerado estado de degradação (escadas exteriores e varanda) ou até por estarem numa situação de ilegalidade face à legislação em vigor[16] (volume anexo) – verificou-se também a necessidade de propor demolições dentro do próprio conjunto edificado.

A decisão da demolição do módulo Sul deveu-se a um conjunto de fatores: desde o não reconhecimento de valor patrimonial, passando por questões económicas relacionadas com a hipótese de recuperação dos elementos existentes, a incompatibilidades com as exigências programáticas do próprio projeto.

De facto, os elementos originais que definem este módulo resumem-se a duas paredes de pedra[17]; as restantes faces que limitam o módulo ou são abertas ou encontram-se vedadas por paredes de tijolo. Por fim, constata-se uma incorrecta execução das lajes entretanto reconstruídas em intervenções posteriores[18]. A descaracterização a que a construção foi sendo sujeita, como consequência de um conjunto de transformações pouco qualificadas que aqui se verificam, aliadas à necessidade de, por força de uma nova mudança programática, introduzir novas alterações (abertura de vãos) e da ampliação decorrente do prolongamento do espaço interior, ditou, por fim, a demolição desta parcela do edifício.

15. “A atualização da pré-existência vai cruzar contradições no método projectual e obrigar à heterodoxia.” Alexandre Alves Costa, “Cumplicidades”, in *JA, Jornal dos Arquitectos* n. 213, Lisboa: Ordem dos Arquitectos, Nov./Dez. 2003, p. 42.

16. As construções anexas estão sujeitas a certas condicionantes específicas (estabelecidas no PDM de Vila do Conde), entre as quais, a proibição de integrarem caves ou coberturas praticáveis.

17. A parede correspondente ao limite Sul, cuja parte superior foi bastante adulterada; e a parede paralela a esta, que contacta com o módulo a Norte, que se eleva apenas ao nível do piso térreo.

18. O contacto entre a laje do teto do piso superior, a parede de granito e a cobertura não foi bem executado em alguns pontos, onde se observam falhas que permitem a entrada de água.

Seguiu-se a decisão de reconstruir este módulo. Fala-se em reconstrução porque, apesar de se construir de novo, segue-se a configuração formal existente com a intenção de manter o conjunto edificado dentro dos limites da cobertura (que também terá de ser parcialmente refeita). A ampliação deste módulo revela-se inevitável e prolonga-se ao nível do piso térreo. Num movimento que reproduz as proporções do conjunto, o novo módulo é criado seguindo a mesma métrica.

Apesar da nova construção introduzir uma solução espacial em continuidade com a pré-existência no que respeita à forma e proporção, assume-se a contemporaneidade da intervenção: não se considera, portanto, a hipótese de uma reconstrução mimética nem da reprodução integral dos antigos sistemas construtivos, ou uma apropriação do desenho e da métrica dos vãos existentes para as novas aberturas.

Não deixando nunca de se relacionar com a pré-existência, o recurso a novos materiais e técnicas construtivas na intervenção que se propõe acrescenta um novo tempo na vida do edifício, e com ele introduz novos significados e utilidades.

O novo sistema construtivo é definido por paredes portantes de betão que sustentam as lajes. Esta decisão parte não só de uma reinterpretação do sistema construtivo primitivo, mas também da necessidade de compatibilizar as características e comportamento mecânico dos novos materiais com os existentes, de forma a garantir que o novo sistema estrutural não altere o funcionamento da estrutura existente.

Por fim, os dois tipos de intervenção são dissolvidos pela uniformização do revestimento exterior numa superfície revestida por uma argamassa à base de cal branca[19] que cobre os diferentes materiais e unifica o conjunto[20].

Antes de proceder à descrição da solução final de projeto, importa descrever parte do processo que a ela terá levado.

19. A argamassa usada no revestimento exterior das paredes deve ser à base de cal, uma vez que as argamassas à base de cimento poderão intensificar uma eventual degradação dos elementos de alvenaria de granito, pela dissolução dos sais que ocorre devido à presença de água.

20. Apesar de se associar o aparelho de pedra à vista ao modelo rural, é igualmente comum este ser caiado de branco (o que se comprova no próprio objeto de estudo, uma vez que este terá sido o seu revestimento original). Assim, observamos que a decisão de esconder a textura da pedra (que parece inspirar uma maior "antiguidade"), embora num primeiro momento pareça assumir-se apenas como uma operação prática no sentido de aproximar o edifício existente à nova construção, na verdade, traduz-se num gesto simultaneamente tradicional e contemporâneo.

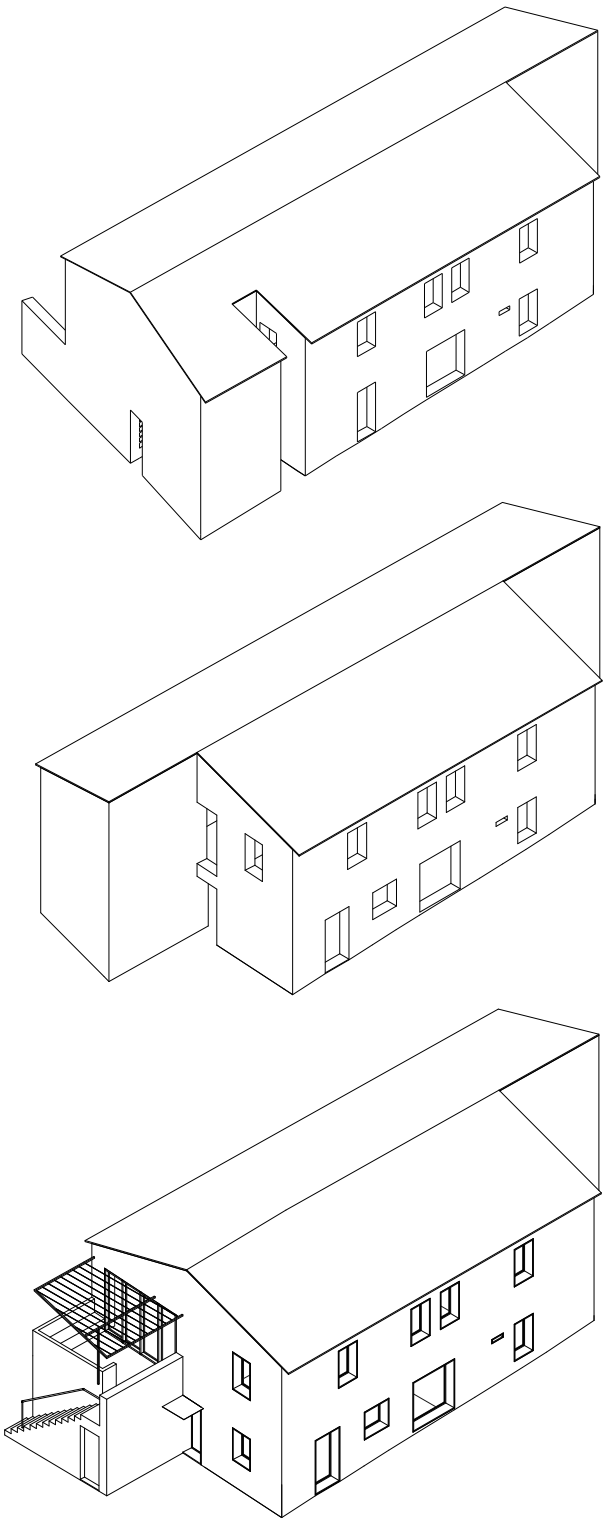




Imagem 25 - Depuração formal. Relação com o estado original da habitação.

Quando se compara a construção original à solução proposta, verificam-se, de facto, algumas semelhanças, principalmente do ponto de vista da solução formal (ampliação/volume original da sala de costura) e da pintura branca homogénea que se sobrepõe à textura da pedra. Contudo, o processo de projeto não é linear e a proposta que se apresenta não se traduziu numa resposta ao problema tão direta quanto isso.

Na verdade, inicialmente desenvolveu-se uma proposta na qual o volume da ampliação era bastante maior – prolongava-se em ambos os pisos até à face da rua, afastado da construção existente apenas o suficiente para criar um corredor de entrada – para a qual se considerou pertinente criar uma separação entre os dois tempos, confrontando a linguagem arquitetónica contemporânea com a textura da pedra, reforçando assim a rutura entre o passado e o presente com o contraste de superfícies.

Por sua vez, o processo de projeto foi marcado por uma sucessiva depuração formal e redução das áreas – não apenas por uma questão económica, mas também por uma questão de bom senso. Quando ao modelo tradicional definido pelas suas proporções modestas se aplicaram e consolidaram áreas bastante maiores, o modelo corrompeu-se, perdeu o seu equilíbrio. Não se pretende, com isto, ignorar que a conversão do edifício existente numa habitação contemporânea exige novas e melhoradas condições adequadas aos modos de vida atuais, simplesmente se defende a possibilidade de reformular a tipologia habitacional e, com uma nova organização espacial, adequar o edifício existente às condições desejadas sem ser necessário realizar grandes acrescentos que desfigurem a escala popular.

No desenvolvimento do projeto, procurou-se encontrar o equilíbrio entre dois vetores opostos. Por um lado, evita-se fazer a mais, combate-se a tendência de destacar a autoria da intervenção, que pode levar à perda da escala e da identidade do edifício existente. Por outro lado, evita-se fazer a menos, pois a alternativa minimalista de nada mudar não nos permitia responder eficazmente às exigências que se colocavam - a falta de mudança pode significar uma não perda, mas significa também um não ganho. O desejo de afirmar a autoria da intervenção é então contraposto a uma postura de invisibilidade, na qual a intervenção nova se dissipa no conjunto.

Curiosamente, a consecutiva depuração volumétrica que se ia impondo cada vez mais evidente no decurso do projeto, acabou por resultar numa solução formal muito próxima da configuração original da habitação (apesar de tipologicamente, ainda que subsista um princípio de modulação, a reformulação ser profunda).

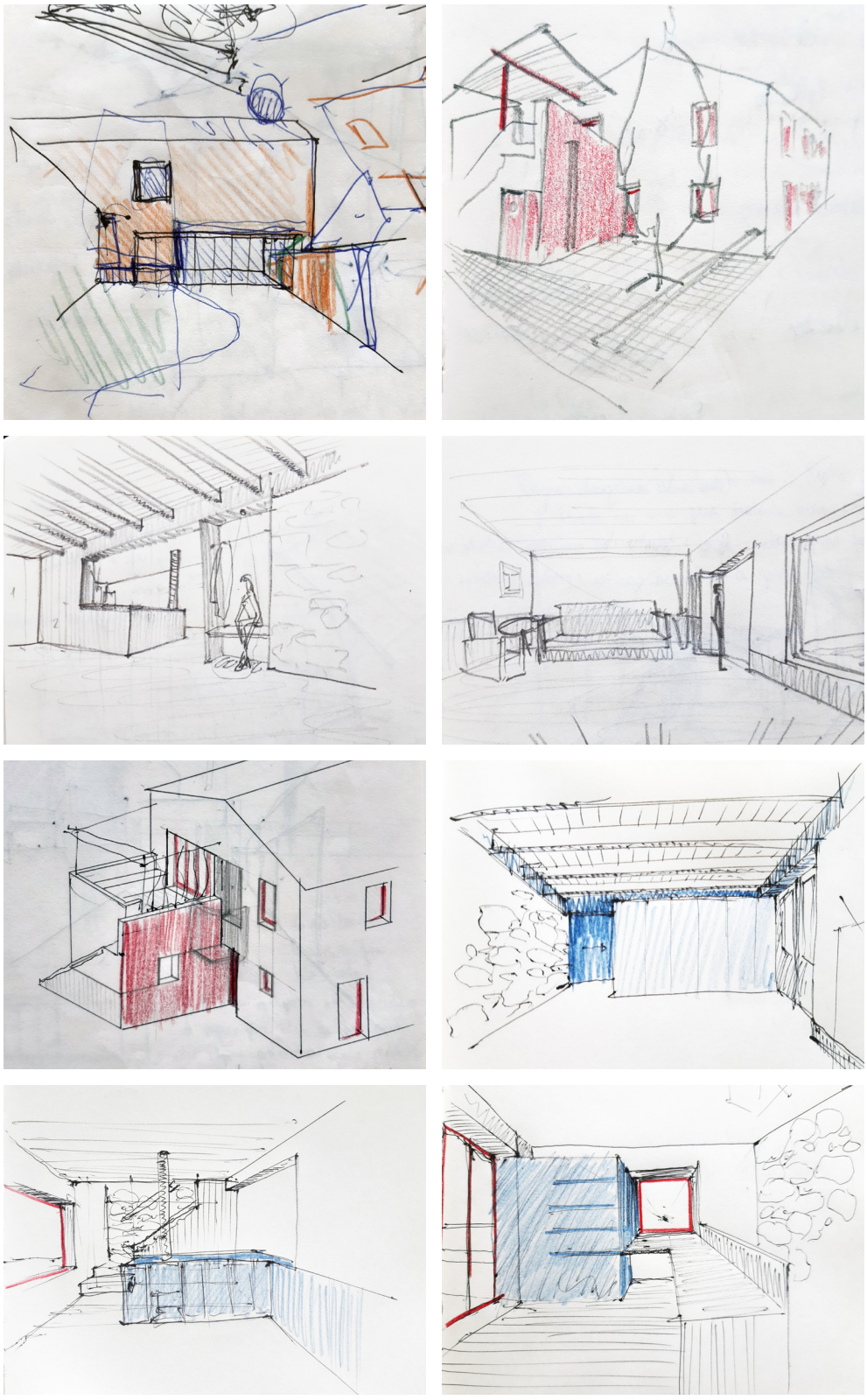


Imagem 26 - Esquissos do processo.

O que se pretende aqui evidenciar é que, apesar das semelhanças que se comprovam, em momento nenhum se pretendeu "refazer" ou "recriar" a condição primeira do edifício como princípio ordenador[21]. No entanto, por ter resultado de um processo evolutivo, é interessante observar o desenvolvimento quase autónomo do projeto para uma configuração próxima da original, como se se tratasse de um *organismo vivo com vontade própria*[22] a retornar ao seu estado ideal, o que melhor se enquadra naquele lugar.

Estabelecidos os conceitos estruturantes do projeto de reabilitação, passamos agora à descrição da intervenção proposta.

A tipologia é a mesma de sempre – habitação unifamiliar. Quanto ao programa, a exigência do cliente são três quartos, com a condicionante particular da colocação de um dos quartos no piso térreo. Mais do que o quarto, pretende-se uma adequação programática que garanta o funcionamento e habitabilidade total do edifício ao nível do rés-do-chão.[23]

Sendo assim, o piso térreo compreende a cozinha, as áreas de estar e jantar e é então complementado por um quarto em comunicação com uma instalação sanitária, também de serviço; o piso superior é composto pelos restantes dois quartos e respetiva instalação sanitária, um pequeno compartimento de lavandaria, e o espaço de escritório que se desenvolveu em articulação com um terraço (ver imagens 31 e 33, pp. 125-126).

Ao alto muro de granito e portão existente, sucedem um novo muro[24] e portões (de entrada e de garagem) que separam o espaço público do espaço de entrada na propriedade. Esta área exterior de receção, visível a partir da rua, é definida e enclausurada pelos volumes da habi-

21. Pelo contrário, desde o princípio considerou-se a metodologia de "repor" o original como algo a evitar, por se considerar que, enquanto atitude *a priori*, ignora as circunstâncias atuais sobre as quais se deve intervir.

22. "Daí que em toda a boa Arquitectura exista uma lógica dominante, uma profunda razão em todas as suas partes, uma íntima e constante força que unifique e prende entre si todas as formas, fazendo de cada edifício um corpo vivo, um organismo com alma e linguagem próprias." Fernando Távora, "O Problema da Casa Portuguesa", Lisboa: Manuel João Leal, 1947, p. 8.

23. Antecipando a ocupação prolongada da habitação e prevendo dificuldades de mobilidade (num primeiro momento, diretamente relacionadas com a idade já avançada da D. Maria, que continuará a habitar a sua casa), existe o cuidado e a atenção, por parte dos clientes, de criar um piso térreo acessível, que possa funcionar de forma independente do primeiro piso enquanto uma pequena habitação de um quarto, sem ser necessário incorporar condições de acessibilidade ao piso superior (plataforma elevatória ou elevador) que de outra forma seriam imprescindíveis.

24. O regulamento do PDM exige uma altura de muro consideravelmente mais baixa do que a existente, estipulando a altura máxima de 1,2m que permite a visibilidade total para o interior da propriedade.



Imagem 27 - Guilherme Machado Vaz, Casa do João, Porto. Referência para as estantes da cozinha.



Imagem 28 - Glenn Murcutt, Casa Fletcher-Page, New South Wales, Austrália. Referência para a lareira.

tação e pelo coberto do espaço dedicado a garagem que remata o limite Este da propriedade. A partir daqui, é possível contornar o volume da ampliação em direção ao pátio, mas quer a partir do coberto da garagem ou do portão de entrada o percurso parece encaminhar-se para a entrada da casa, resguardada por uma pala, no encontro entre os dois volumes.

Entra-se para aquele que seria o compartimento da mercearia. Este amplo compartimento passa a albergar um quarto, uma instalação sanitária, uma cozinha e o espaço de refeições. A divisão do programa é conseguida com a colocação estratégica do compartimento da instalação sanitária (em relação com o postigo existente), que separa o espaço do quarto do resto do programa[25]. No amplo espaço para o qual se entra, a zona de entrada é apenas insinuada pelo seu recolhimento, separada fisicamente da cozinha por umas estantes permeáveis que servem ambos os espaços. Sendo assim, a partir da entrada é definido o eixo de circulação que liga as diferentes funções deste piso, mas o corredor definido por este eixo é diluído na continuidade e permeabilidade do espaço, apenas interrompida pelo compartimento do quarto de banho. Na verdade, ao invés de uma organização muito compartimentada, privilegiou-se uma divisão flexível e versátil dos espaços da habitação em diferentes momentos do programa com recurso a elementos do mobiliário – na tentativa de lidar com as reduzidas áreas de que se dispõe, estes elementos divisórios servem também como objetos de apoio e complemento às ações que se desenvolvem nos diferentes espaços.

No ponto de contacto entre este compartimento e a nova construção, faz-se a transição para o espaço da sala de estar, aberta para o pátio. Assim se articula a área útil da cozinha com o espaço de estar, que acolhe a calma dos terrenos florestais que se estendem a Sul. É também aqui que se situam as escadas interiores, encostadas à parede de meação. A separação dentro do mesmo espaço entre o percurso de acesso às escadas e a zona estável da sala é mais uma vez efetuada com recurso ao mobiliário e, neste caso, à própria lareira[26].

No piso superior, o percurso das escadas insinua um novo eixo de circulação que atravessa o espaço de escritório e se prolonga pelo terraço exterior até ao patamar superior das escadas que fazem a ligação externa com o pátio. Pretende-se criar nesta zona uma continuidade interior-exterior pelo que se eleva a cota de piso do escritório de forma a igualar a cota do

25. Uma vez que esta instalação sanitária é também de serviço para todo o piso térreo, a colocação das portas foi pensada de tal forma que seja possível fechar apenas o quarto, ou fechar o acesso ao quarto de banho criando assim uma situação de suite.

26. A inclusão de uma lareira no projeto foi, também, uma exigência do cliente.



Imagem 29 - Ted'A, Can Picafort, Palma de Maiorca, Espanha. Referência para o alçado Sul.





Imagem 30 - Mezzo Atelier, Pink House, Ponta Delgada, Açores. Referência para a materialidade no interior.

terraço. Esta ligeira diferença traduz-se no desenho de um degrau que, de certa forma, define os limites do compartimento do escritório, separando-o do patamar de chegada inferior, que por sua vez direciona o percurso para o segundo eixo de circulação deste piso – o corredor de acesso aos dois quartos e à instalação sanitária que os separa. Considerou-se pertinente encerrar o vão correspondente à entrada principal atual por deixar de cumprir a função que o define e, neste ponto de remate do corredor, introduzir um compartimento para as máquinas de lavar e secar a roupa.

No terraço, pretende-se recuperar a ramada que aqui terá existido antes da demolição do módulo do quarto de costura. A apropriação deste e de outros elementos importantes na habitação rural, assim como a permanência dos que ainda subsistem (painel de azulejos com a imagem de S. José no alçado principal para a Rua do Castelo), permitem manter relações com o passado. No entanto, esta intervenção não se resume a uma simples reprodução cenográfica – não se pretende recuperar apenas a imagem, mas sobretudo o seu uso, mantendo a possibilidade de sombreamento deste espaço nos meses mais quentes.

De maneira a criar um sombreamento para o espaço da sala aberta para Sul, também se projetou um coberto em ramada que funciona como pala protetora que filtra os raios solares nos meses quentes de Verão, mas que nos dias frios e escuros de Inverno, com a queda da folhagem permite a entrada de luz.

Quanto à materialidade, à semelhança do que acontece no exterior, exploram-se soluções de diálogo e em continuidade, com as quais se procura uma integração da intervenção na unidade do conjunto. Procura-se assim uma linguagem arquitetónica capaz de introduzir uma narrativa simultaneamente contemporânea (na utilização de novos materiais e técnicas construtivas) e tradicional (na reinterpretação de antigos métodos construtivos).

Em substituição do piso irregular de pedra, é proposto um novo material para o pavimento do piso térreo (betonilha afagada) que procura, ainda assim, sugerir a dureza e a resistência característica deste piso de contacto direto com o exterior, associado a um grande desgaste. No piso superior, é necessária uma solução mais complexa. Como já foi referido, pretende-se manter a estrutura horizontal de madeira existente nos três módulos a restaurar, contudo, o pavimento de soalho de pinho terá de ser substituído por um novo. Neste processo, são acrescentadas novas camadas que melhoram a eficácia do sistema (principalmente a nível acústico). Para a nova construção, uma reinterpretação do sistema construtivo antigo não é viável pela dificuldade de compatibilizar a solução do piso interior com a cobertura praticável



Imagem 31 - Sala de estar.



Imagem 32 - Cozinha e sala de jantar.

exterior. Assim, é projetada uma laje maciça de betão para a estrutura destes dois módulos, sendo que no interior propõe-se a continuidade do pavimento de soalho, e para o exterior opta-se por um deck de madeira. Apesar dos diferentes sistemas construtivos, nos pavimentos do piso superior é conseguida a continuidade material que se pretende. Para a laje de teto do escritório, pretende-se reproduzir o sistema de vigotas de betão e abobadilha cerâmica existente na construção consolidada. Com a aplicação de uma camada de regularização em ambos os sistemas, alcança-se a desejada leitura de continuidade.

Mantém-se a cobertura tradicional em telha marselha, porém, ao refazer a parcela do módulo Sul, pretende-se converter o sistema de três águas num sistema de duas águas. No decurso das reparações, são executadas as alterações necessárias para a melhoria das condições de isolamento e impermeabilização de todo o sistema.

Para a compartimentação interior (em substituição das paredes divisórias de tabique) e para o revestimento interno das paredes que delimitam o conjunto, é proposto um sistema leve de paredes em gesso cartonado. A aplicação deste sistema nas paredes que contactam com o exterior incorpora o necessário isolamento térmico – a execução deste "forro" pelo interior, tanto para as paredes existentes em pedra como para as novas paredes de betão, deve-se a uma questão de coerência e equivalência do funcionamento energético dos diferentes sistemas no conjunto[27]. Apenas nas paredes de meação em pedra se mantém a textura existente à vista.

Relativamente aos alçados da parcela do edifício a manter, o vão da entrada principal é encerrado, a porta de entrada no espaço inferior é desviada e, como já foi referido, foram abertos novos vãos quando se considerou necessário (nomeadamente, para o quarto e para a cozinha). Em oposição à reprodução do desenho dos elementos existentes nesta parcela do edifício, na parte da intervenção correspondente à nova construção adotou-se uma maior liberdade no desenho das aberturas, ainda que relacionadas e alinhadas com as existentes. Assim, a largura e as proporções dos vãos dos compartimentos da sala de estar e do escritório distinguem-se dos estreitos vãos verticais que maioritariamente definem o edifício existente, assumindo a contemporaneidade da intervenção.

27. Devido à profundidade da espessura das paredes de pedra (40 a 45cm) prevê-se que uma espessura reduzida de isolamento (4cm) seja suficiente. Para as paredes de betão (20cm), já se considera necessário aumentar a espessura do isolamento (6/8cm) de forma a compensar a espessura mais reduzida destas paredes.

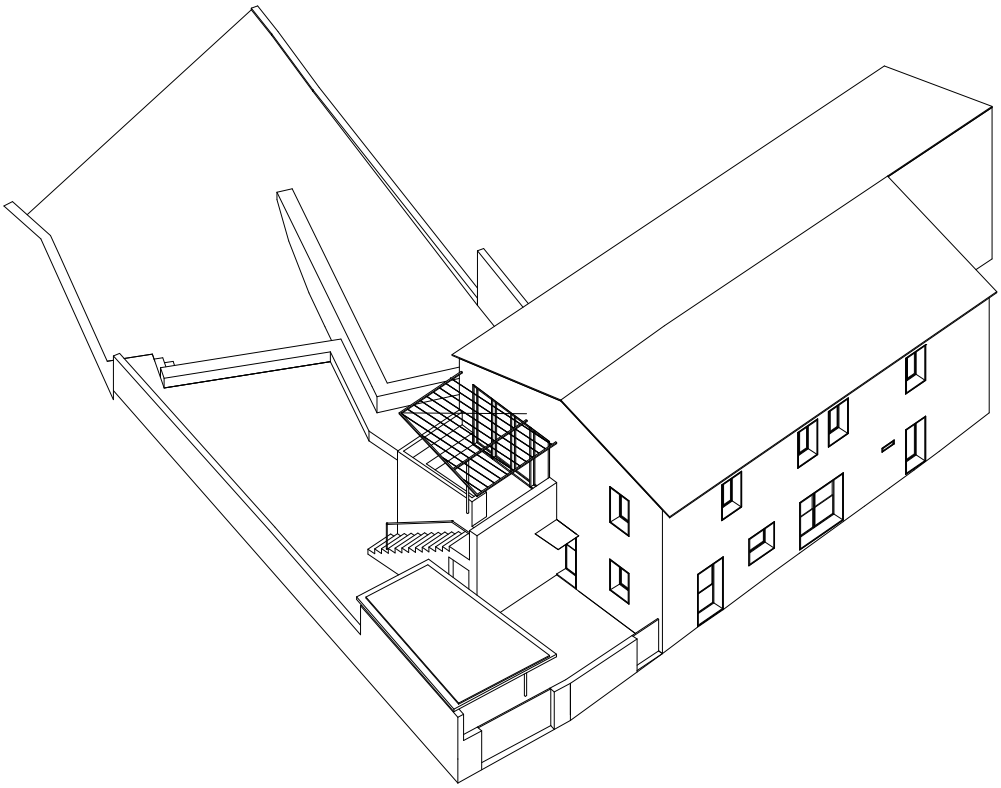


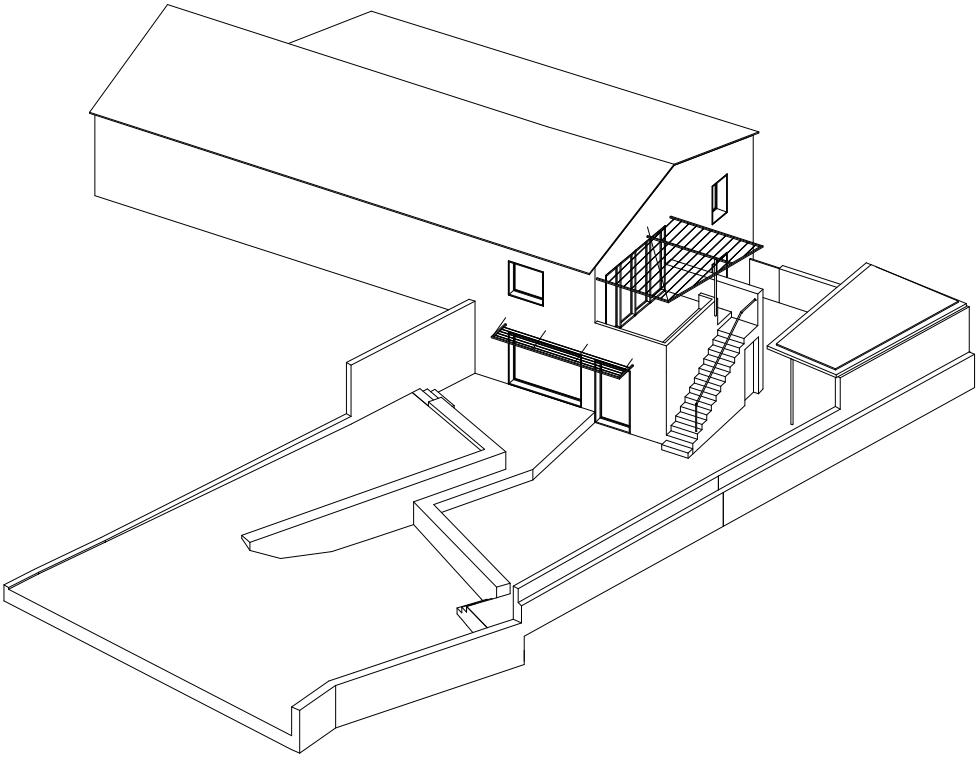
Imagem 33 - Escritório.



Imagem 34 - Quarto.

Quanto às próprias janelas e caixilharias, de forma a unificar a linguagem arquitetónica da intervenção são propostos novos elementos em todos os vãos. Serão, portanto, substituídos os elementos existentes, tanto os mais recentes como os originais. Assume-se uma nova expressão que resulta da abertura a um vasto campo de possibilidades e como resposta a novos padrões e exigências de conforto, ainda que se procure manter relações de proporção e relações cromáticas com os elementos do passado. Para as portas e janelas dos vãos da construção existente, na procura de relações com os elementos do passado, propõe-se um sistema conjunto de caixilharia que incorpore um sistema de portadas associadas às aberturas de vidro (este tipo de sistema é comum na arquitetura popular portuguesa, verificando-se, inclusive, nesta habitação, nos vãos do piso térreo do alçado Norte). Com estas portadas, mais do que a possibilidade de controlar a iluminação no interior, procura-se introduzir um filtro de segurança e de privacidade, principalmente nos vãos que contactam diretamente com a rua ao nível do piso térreo.





Legenda:
1. Coberto da garagem
2. Cozinha
3. Sala de jantar
4. Sala de estar
5. Quarto
6. Quarto de banho
7. Arrumos exteriores

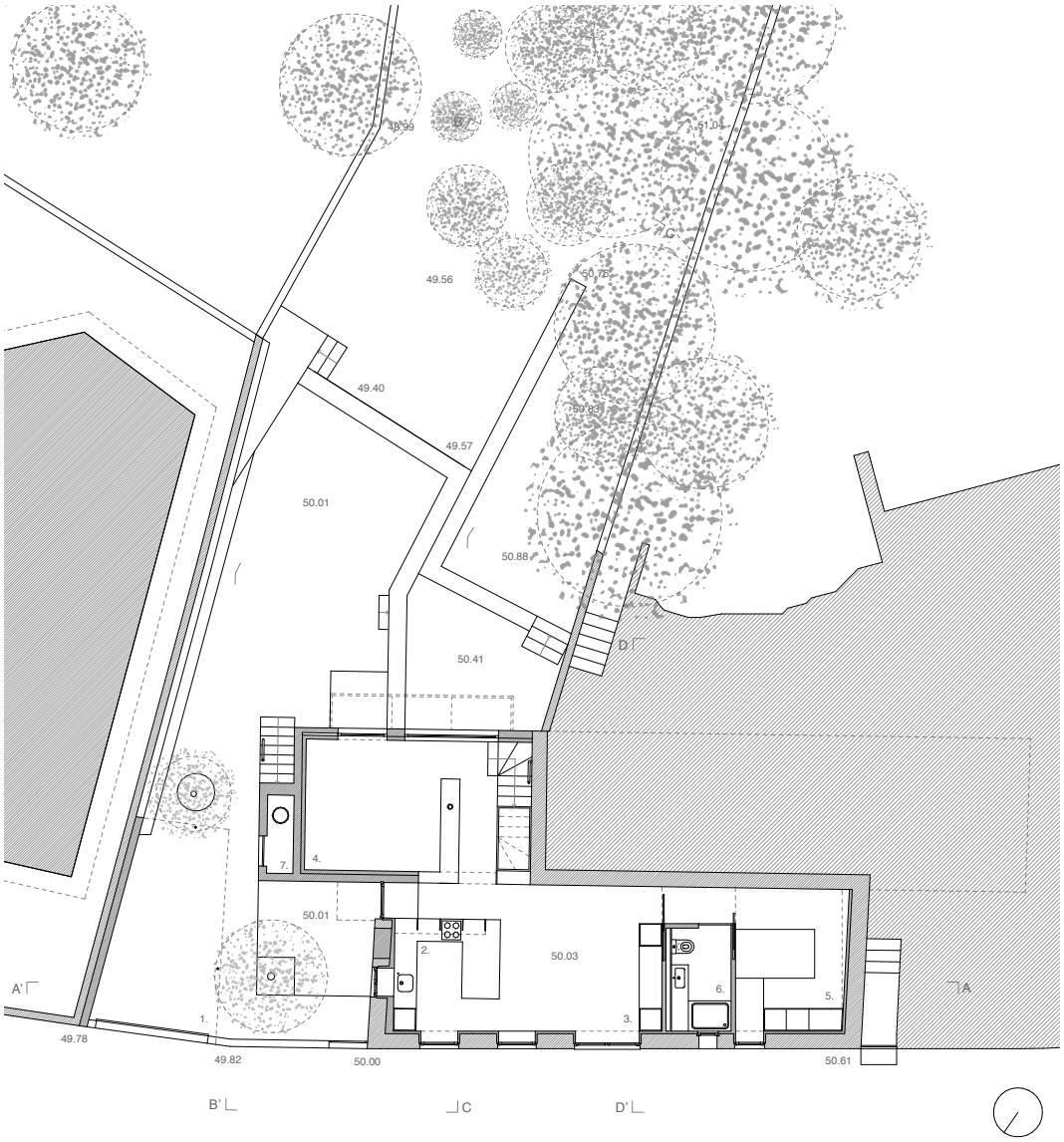


Imagem 35 - Proposta, Planta Piso 0, escala 1.200.

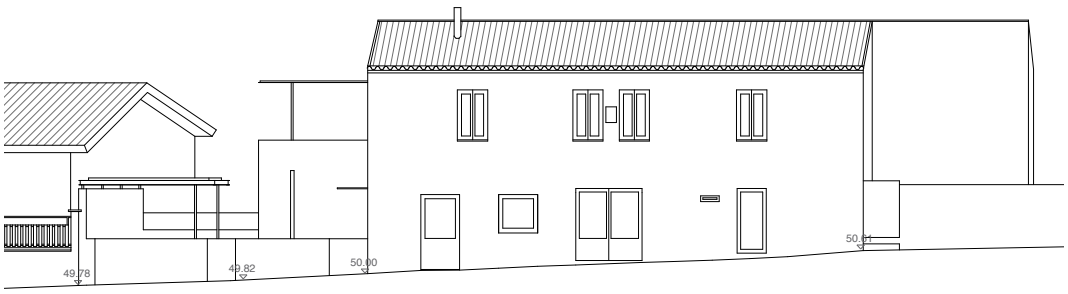


Imagem 36 - Proposta, Alçado Norte, escala 1.200.

Legenda:
1. Quarto
2. Escritório
3. Quarto de banho
4. Lavandaria
5. Terraço

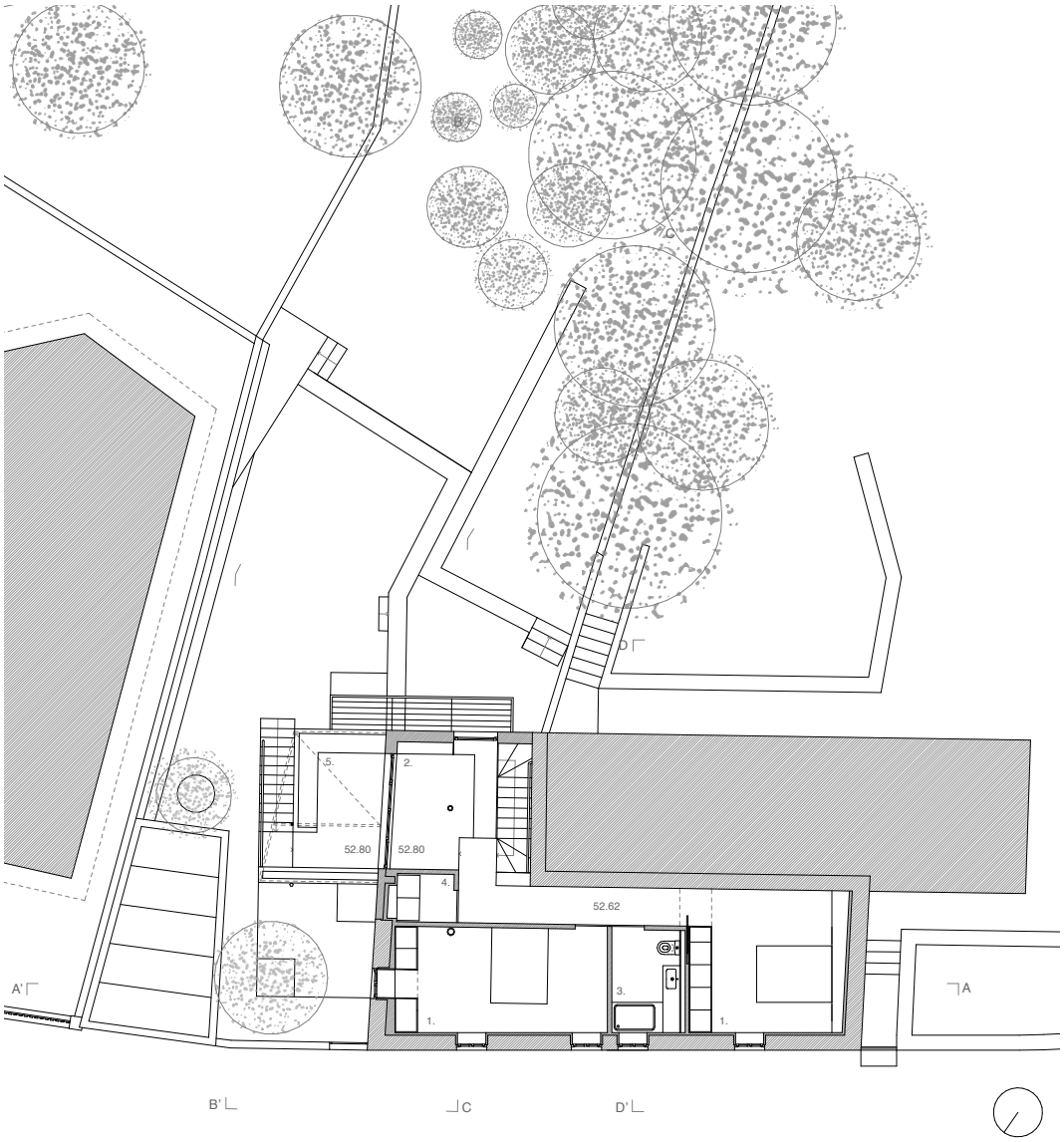


Imagem 37 - Proposta, Planta Piso 1, escala 1.200.

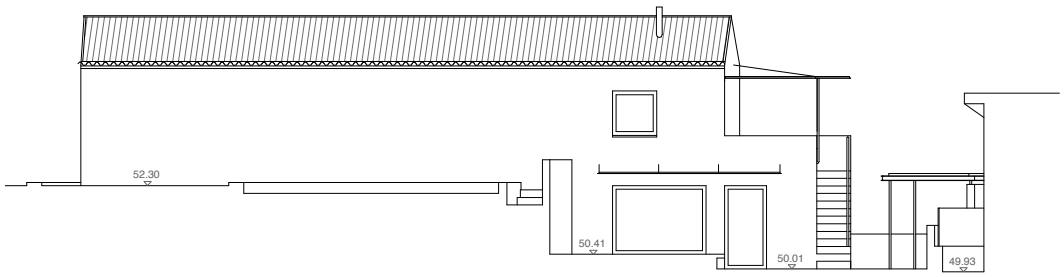


Imagem 38 - Proposta, Alçado Sul, escala 1.200.

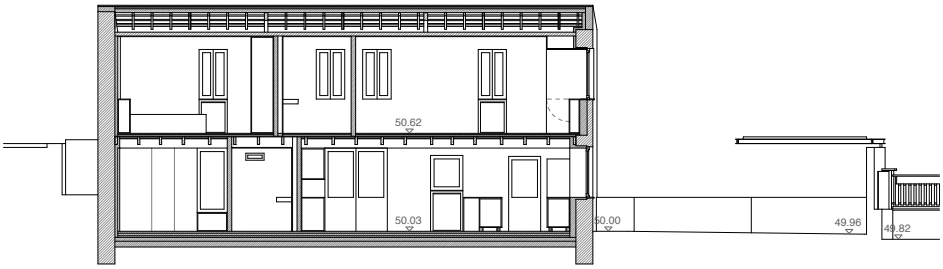


Imagem 39 - Proposta, Corte AA', escala 1.200.

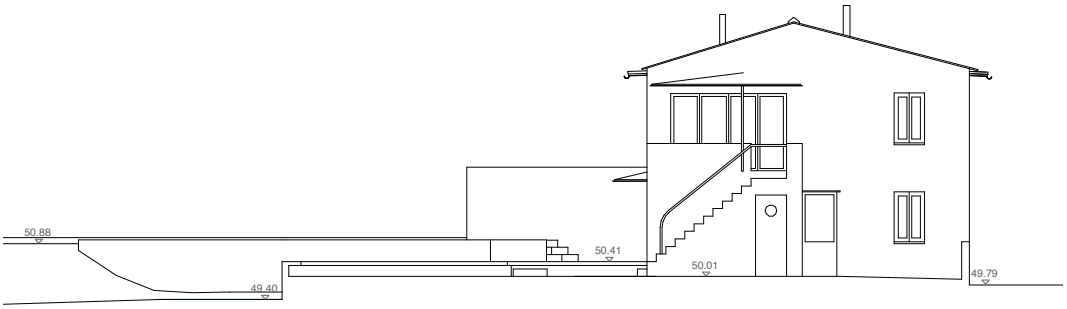


Imagem 40 - Proposta, Corte BB', escala 1.200.

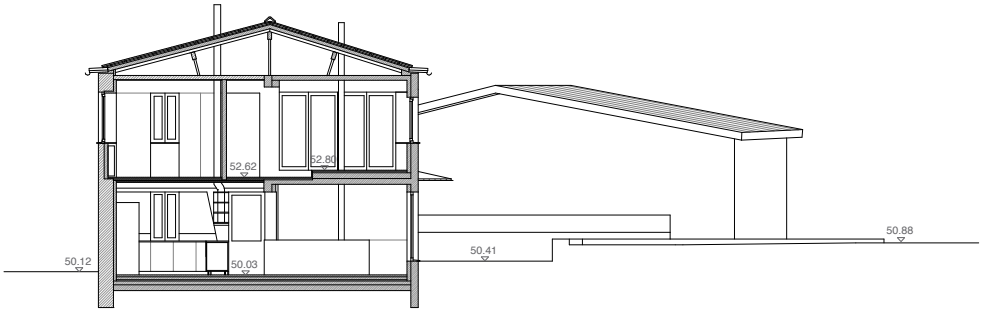


Imagem 41 - Proposta, Corte CC', escala 1.200.

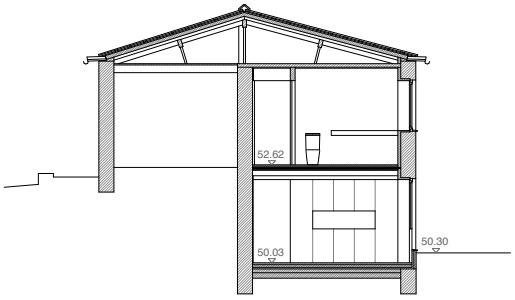


Imagem 42 - Proposta, Corte DD', escala 1.200.

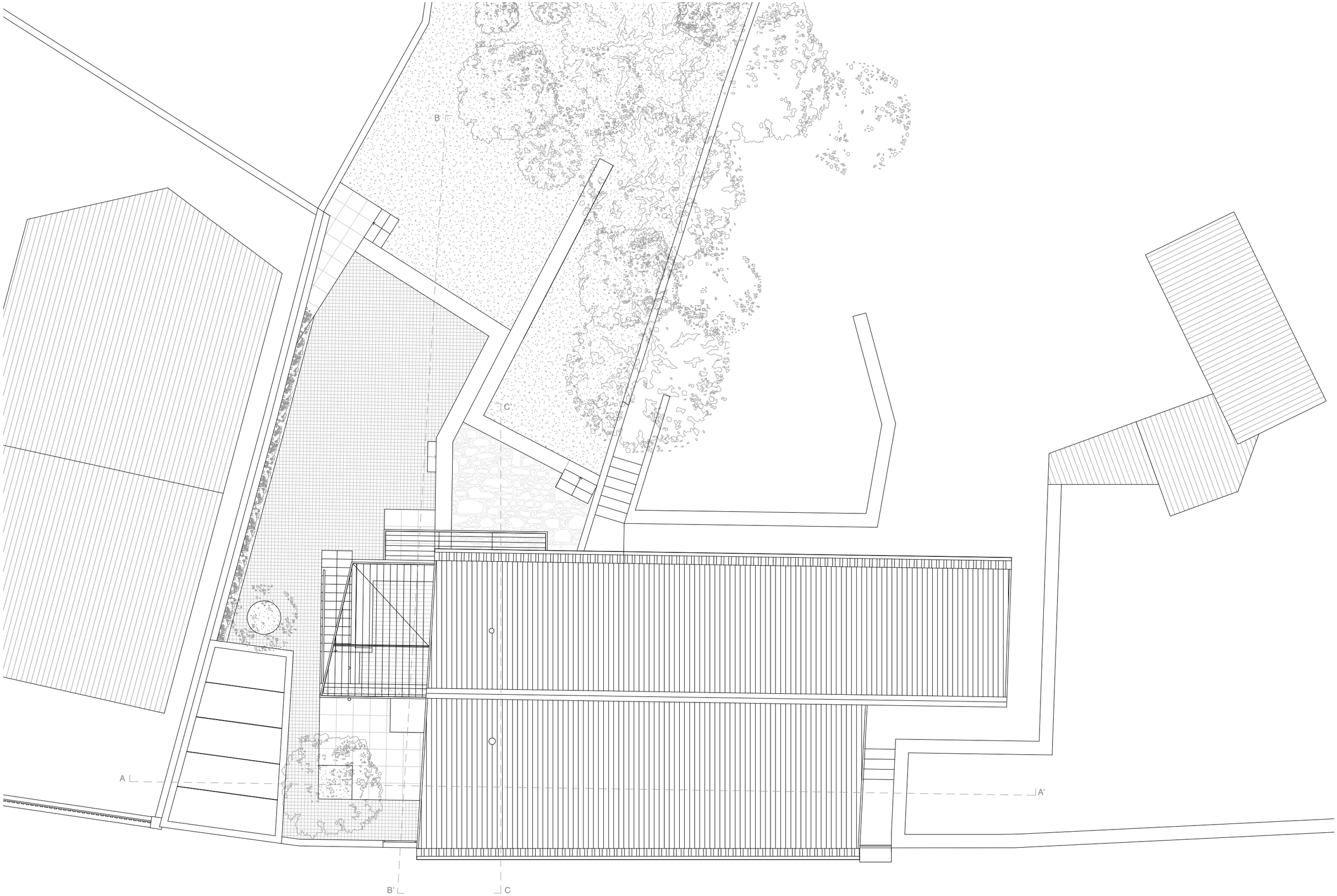
0 2

5. DESENHOS



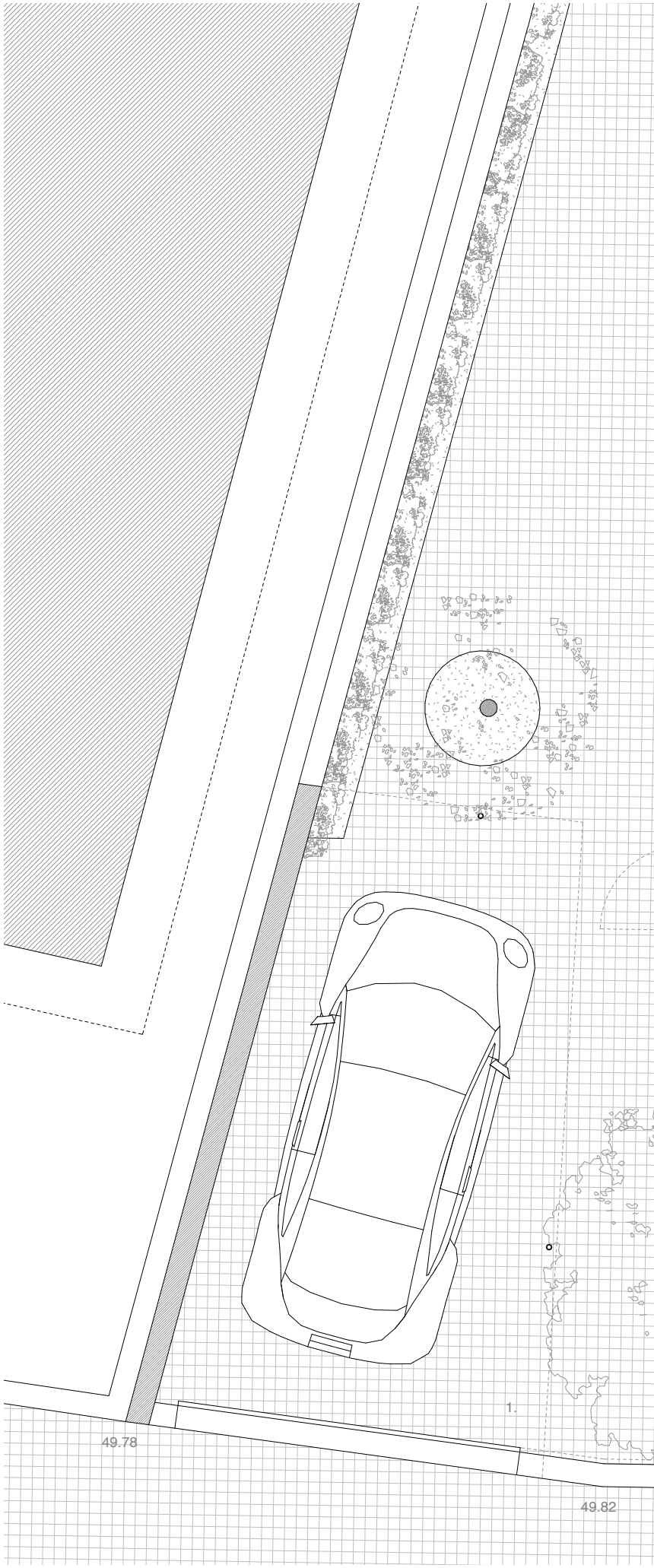


PLANTA DE COBERTURAS, ESCALA 1.100


B
C
A
A'
B'
C

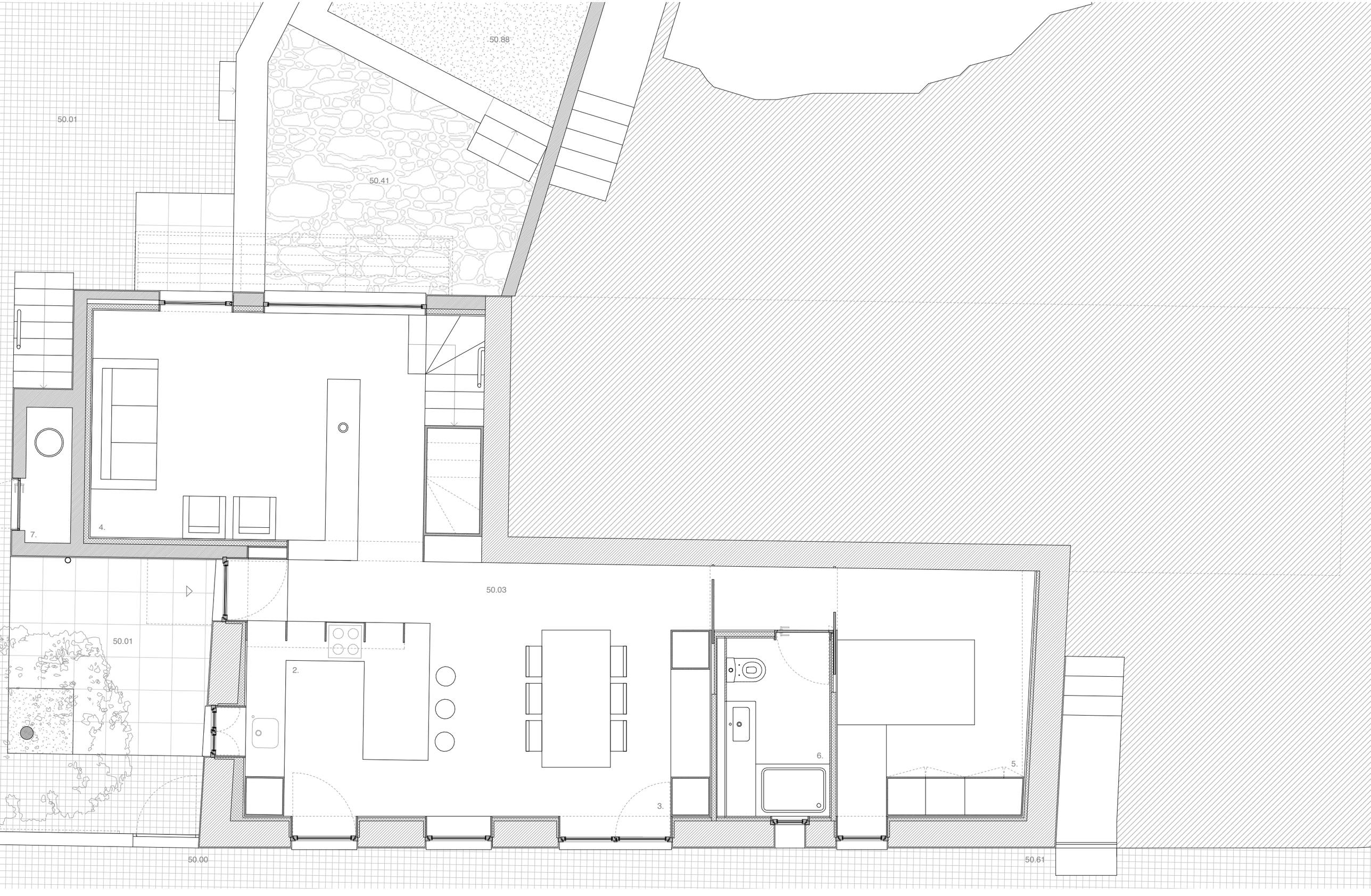
LEGENDA:

1. Coberto da garagem
2. Cozinha
3. Sala de jantar
4. Sala de estar
5. Quarto
6. Quarto de banho
7. Arrumos exteriores



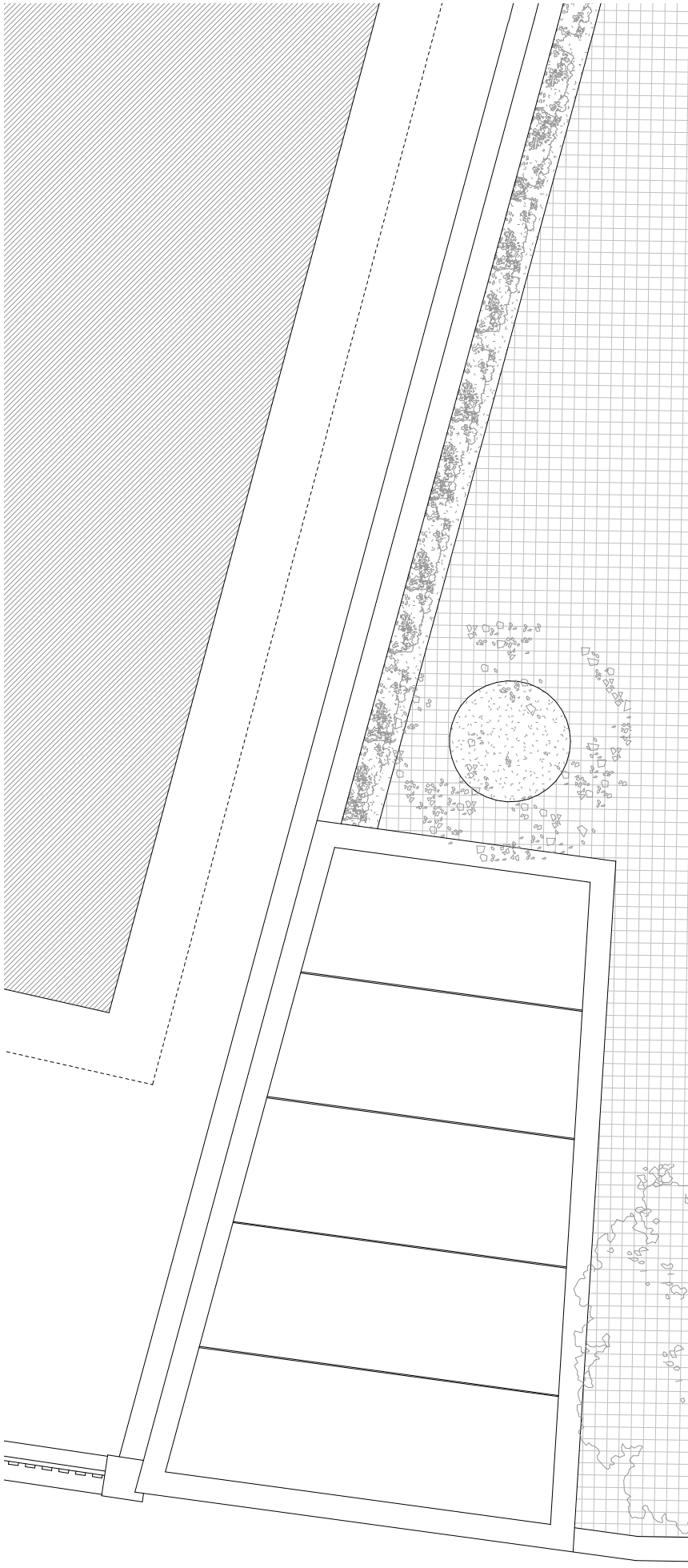
0 0.5 1

PLANTA PISO 0, ESCALA 1.50


50.88
50.01
50.41
7.
4.
50.03
50.01
2.
3.
6.
5.
50.00
50.61

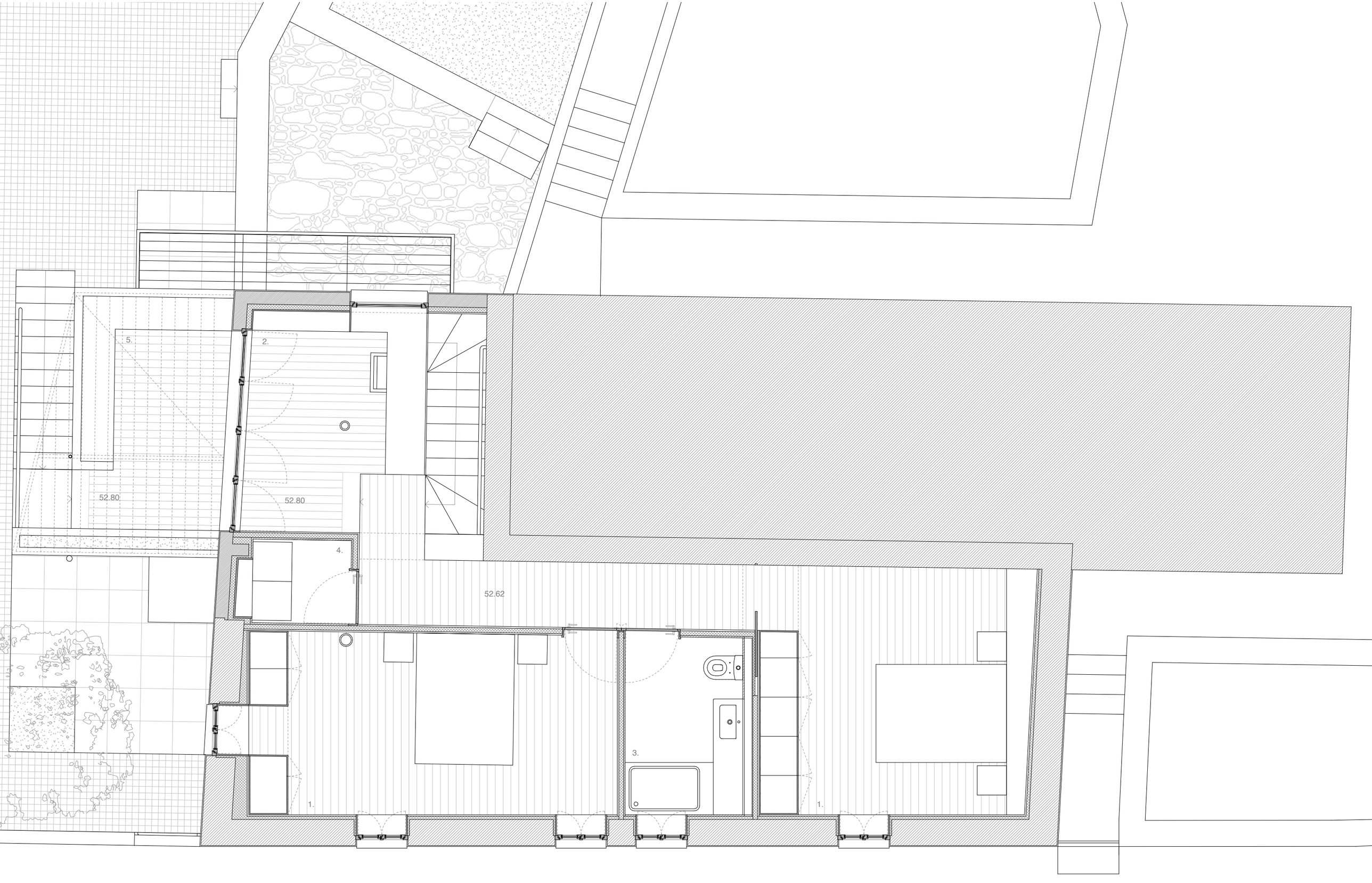
LEGENDA:

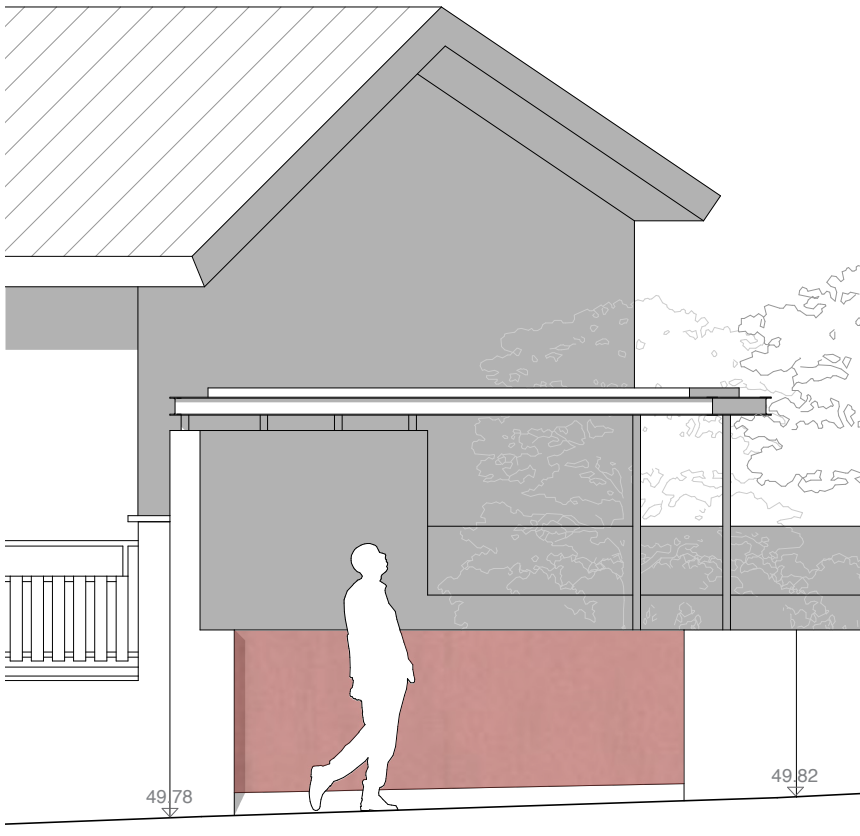
1. Quarto
2. Escritório
3. Quarto de banho
4. Lavandaria
5. Terraço



0 0.5 1

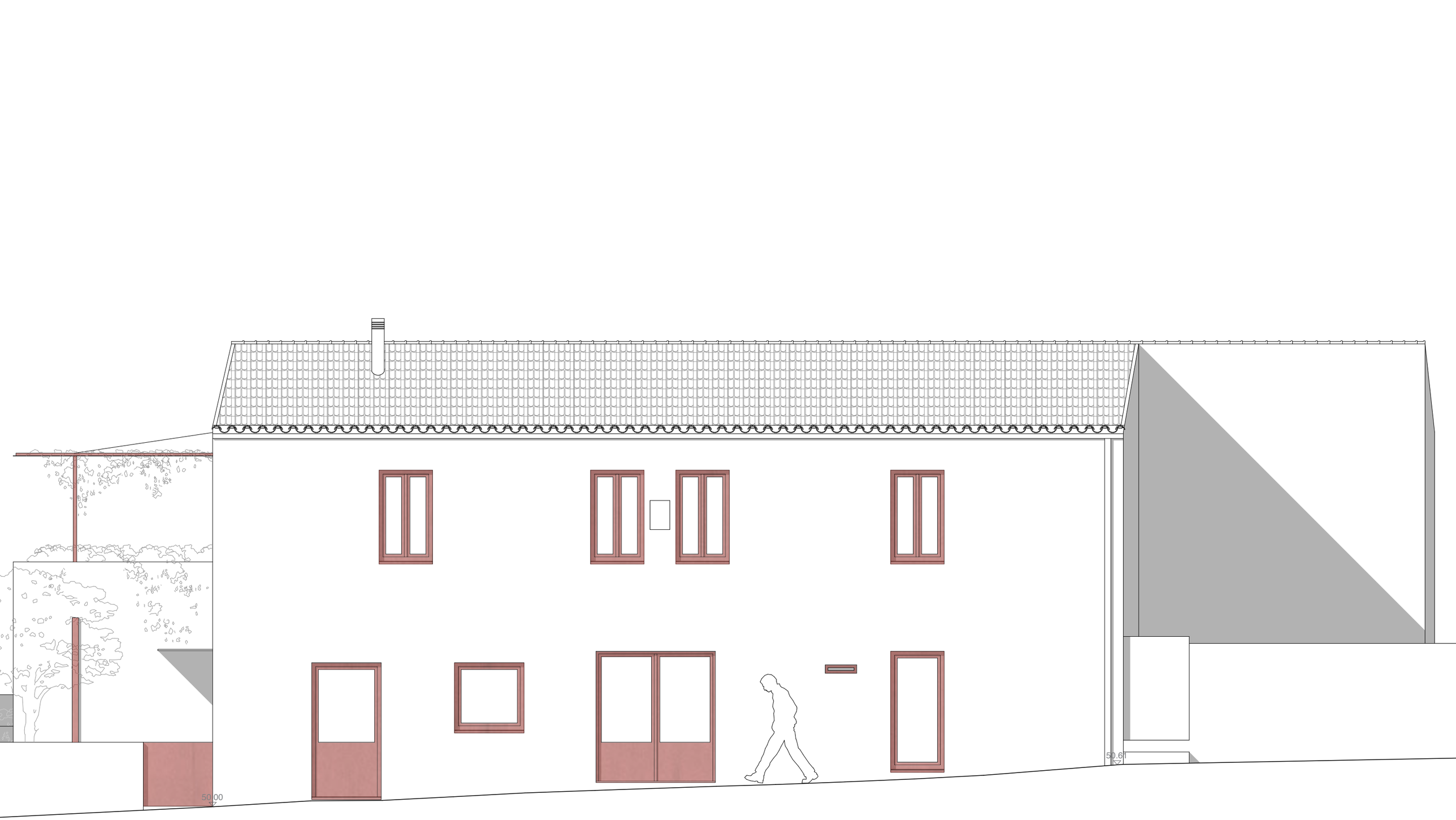
PLANTA PISO 1, ESCALA 1.50

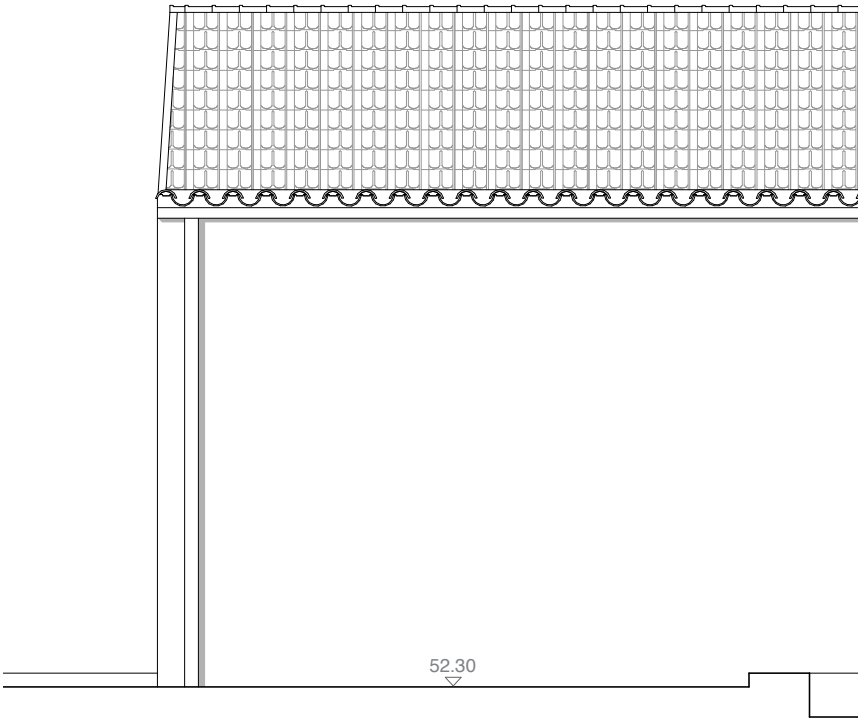

5.
2.
52.80
52.80
4.
52.62
3.
1.
1.



0 0.5 1

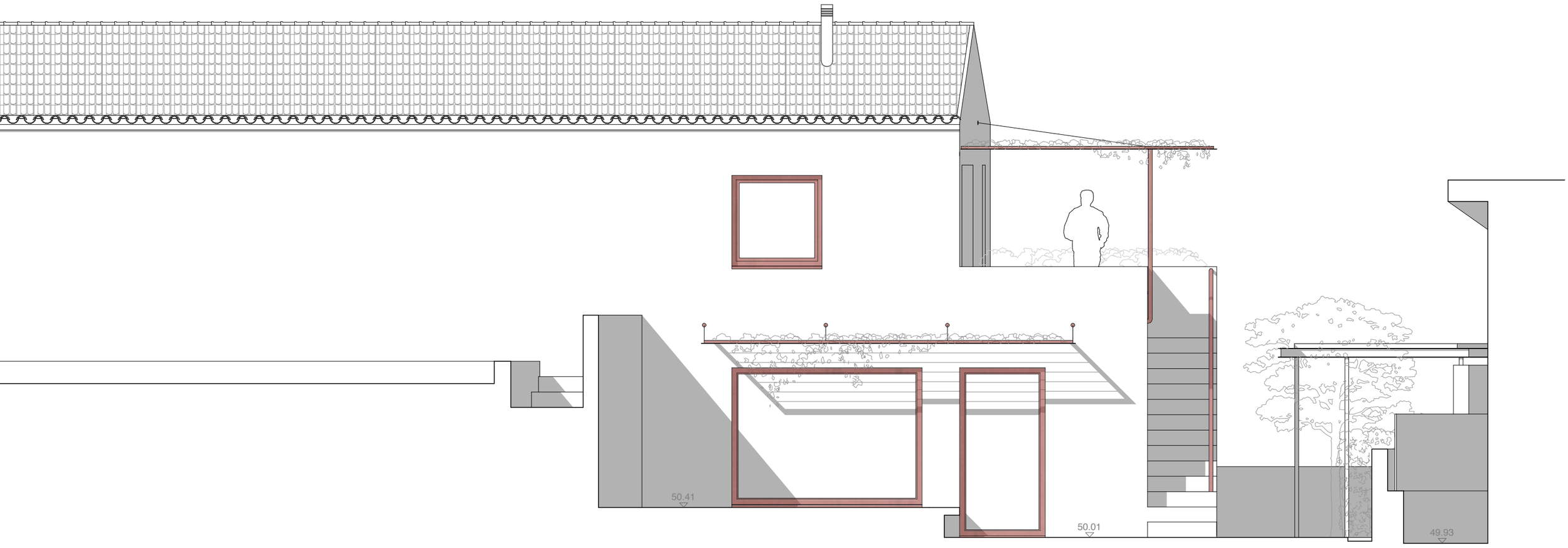
ALÇADO NORTE, ESCALA 1.50

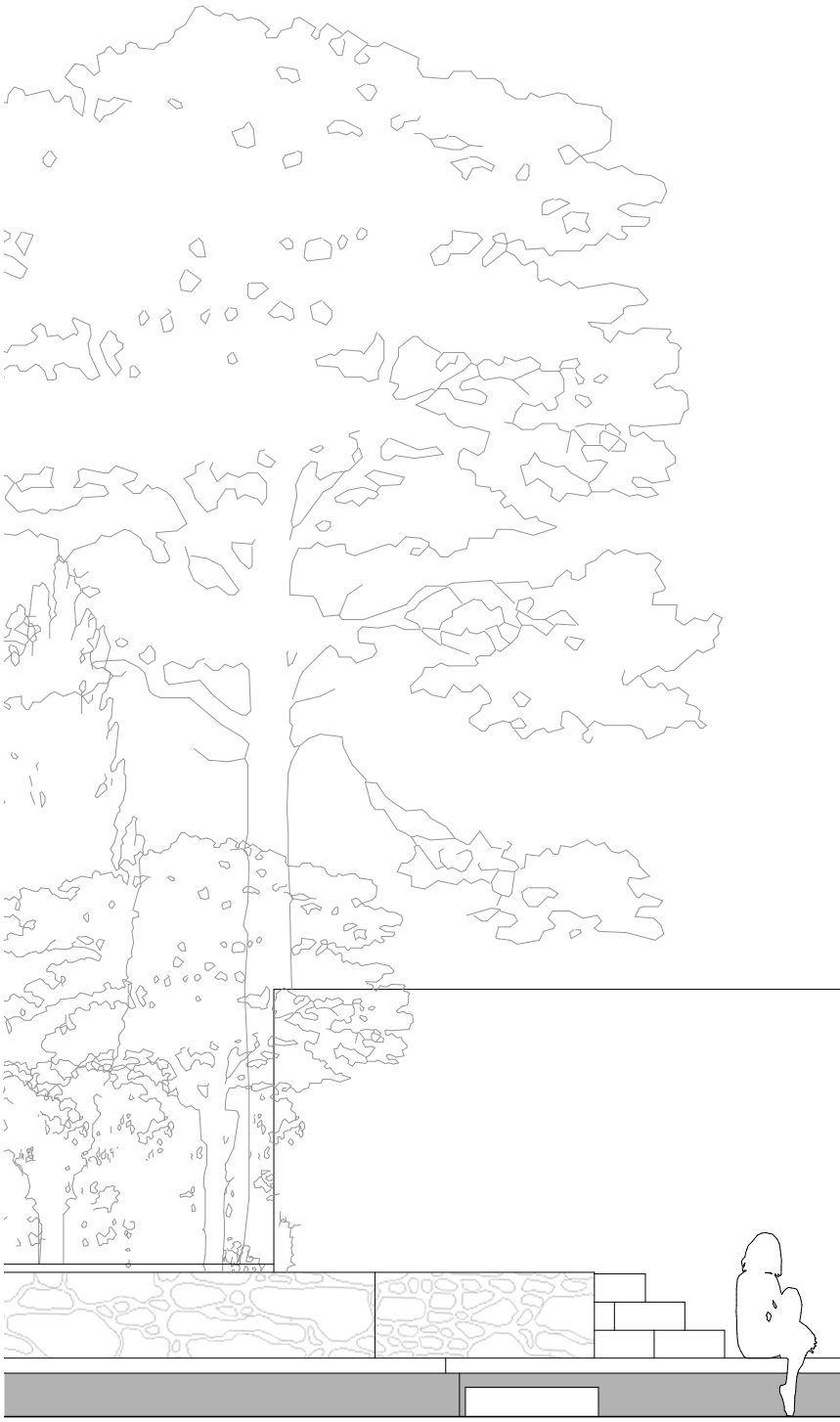

50.00
50.61



0 0.5 1

ALÇADO SUL, ESCALA 1.50

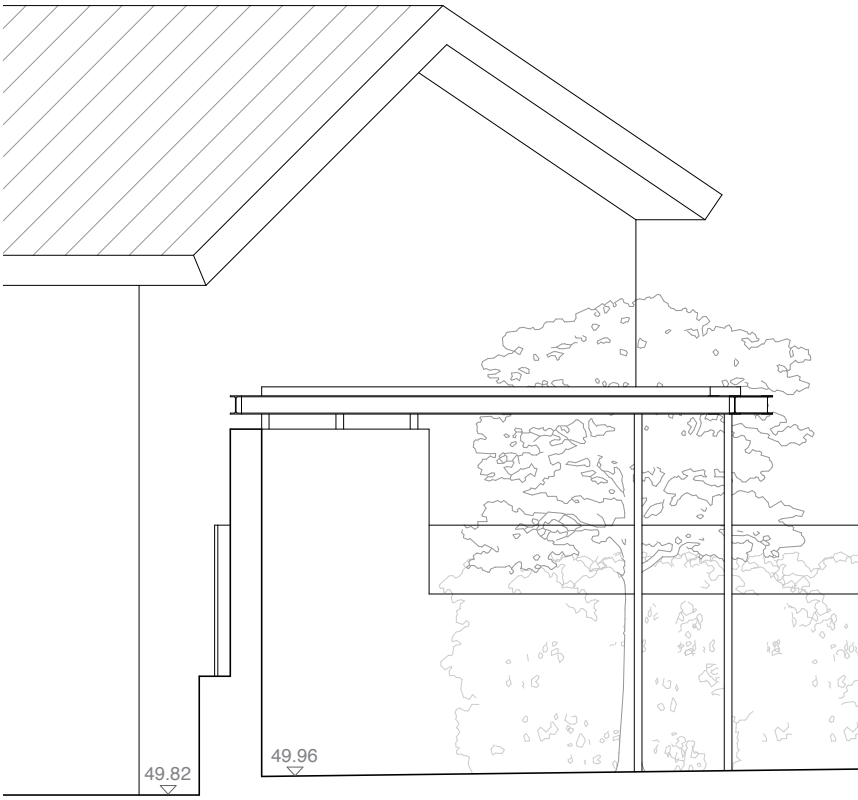

50.41
50.01
49.93



0 0.5 1

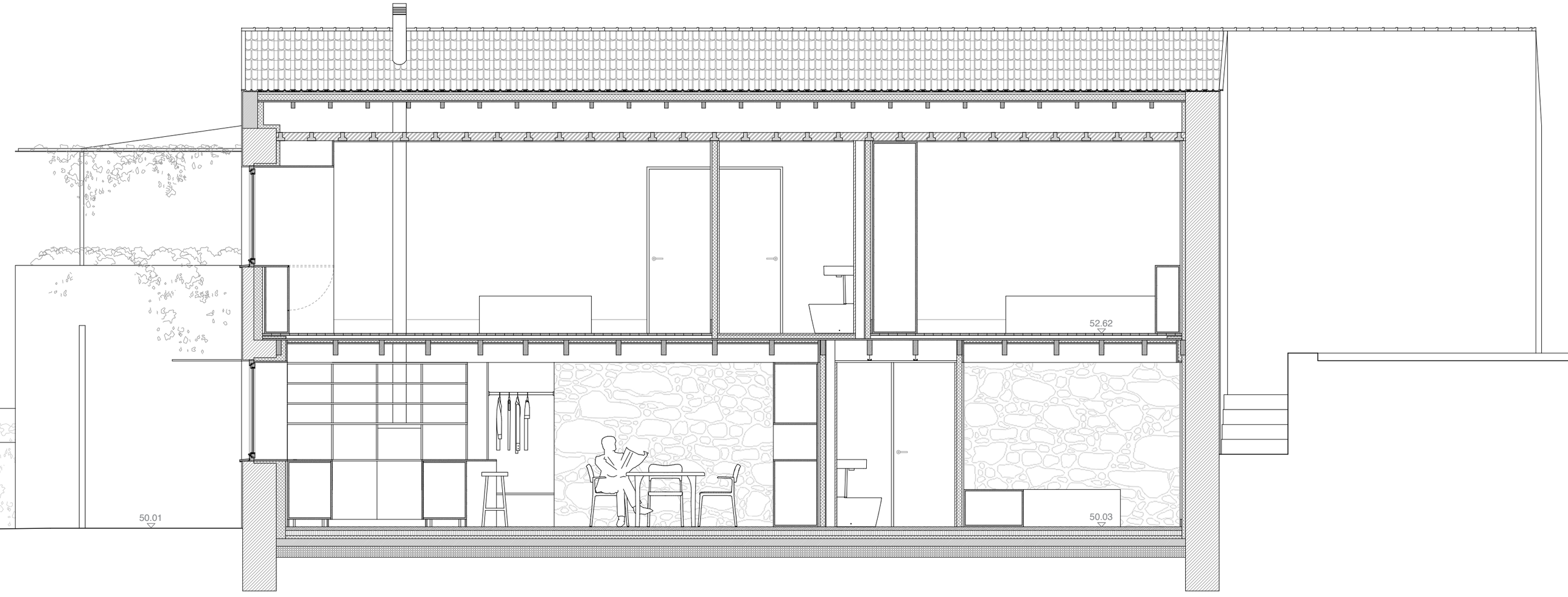
ALÇADO ESTE, ESCALA 1.50

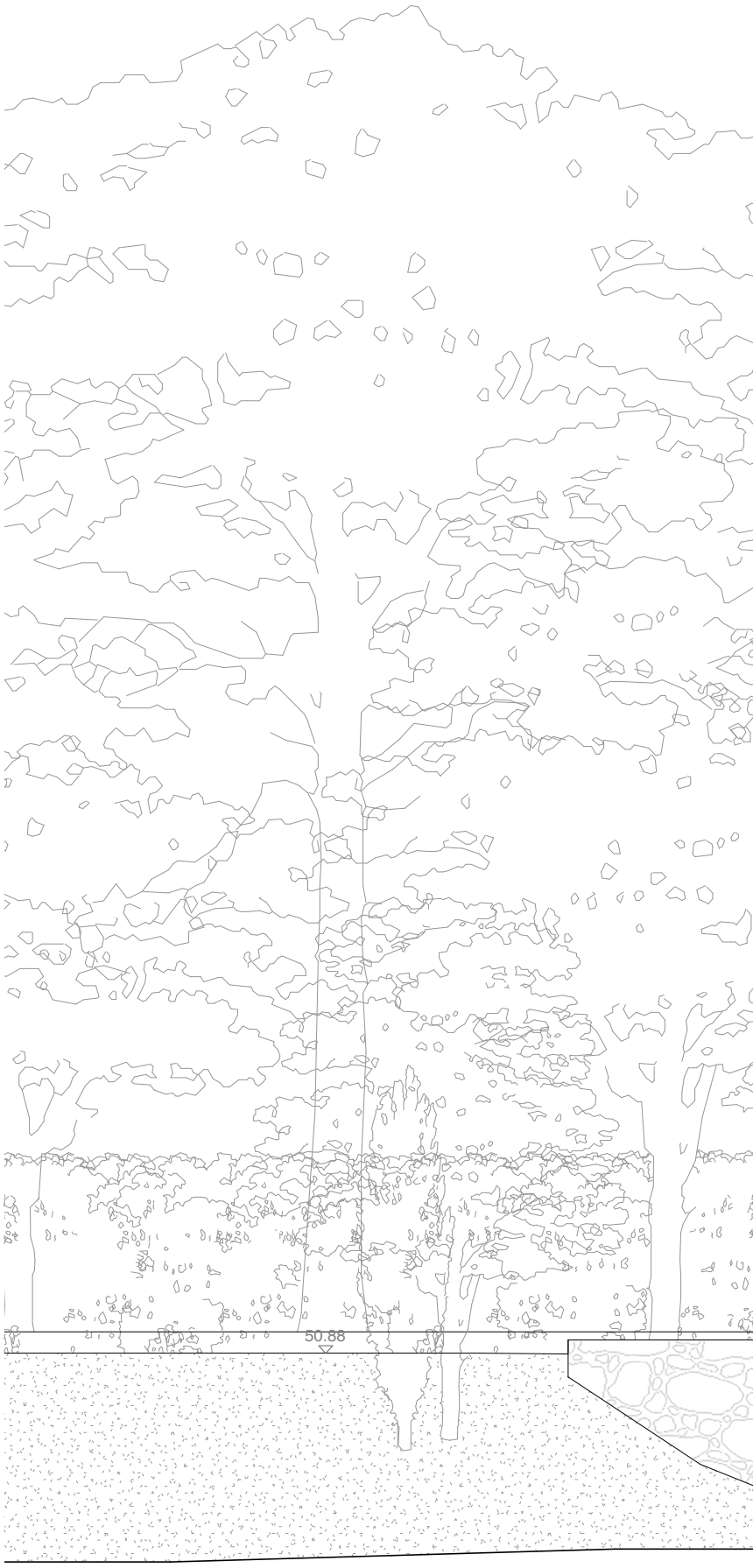

50.01
49.96
49.84



0 0.5 1

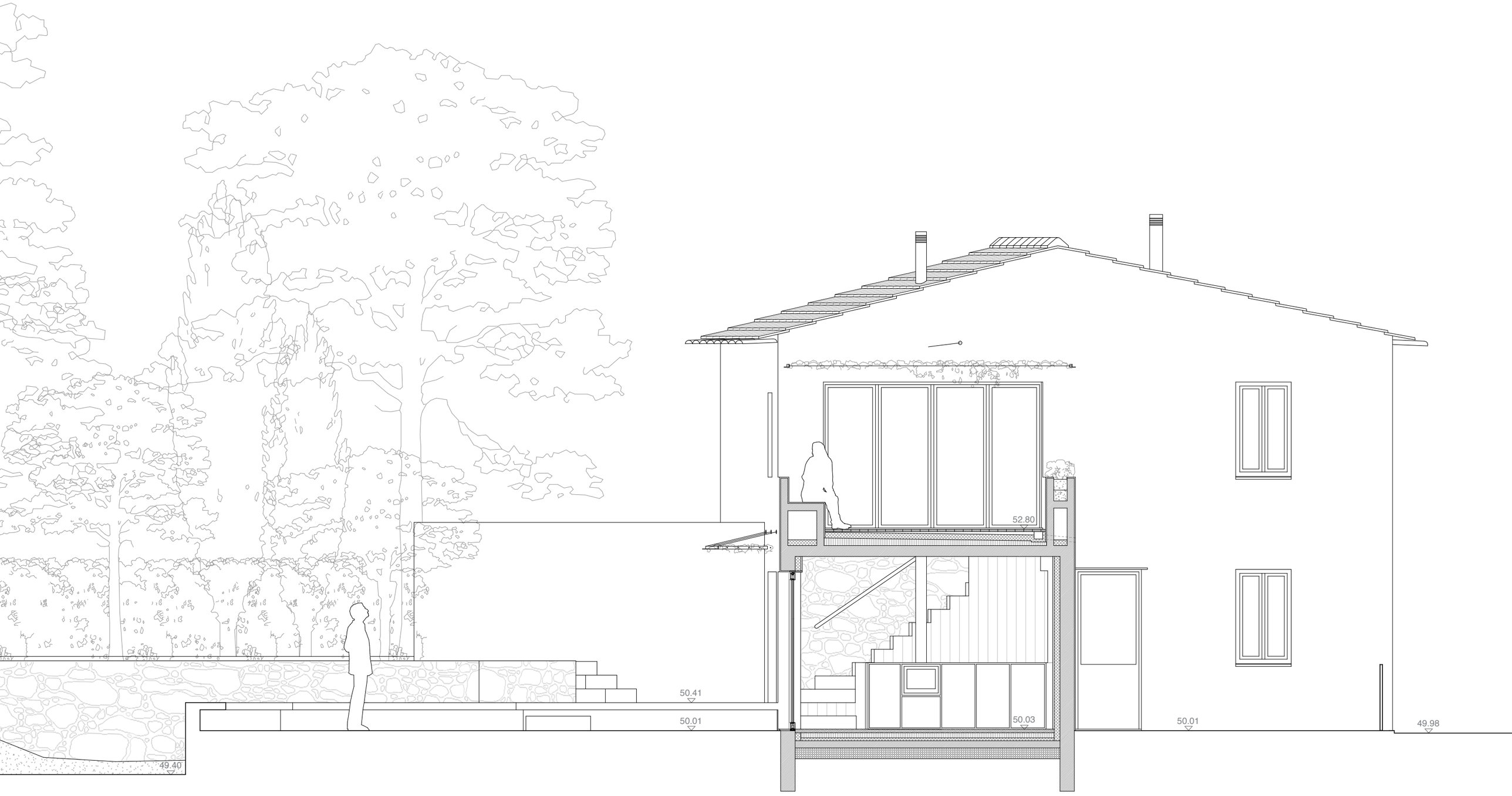
CORTE AA', ESCALA 1.50


52.62
50.01
50.03

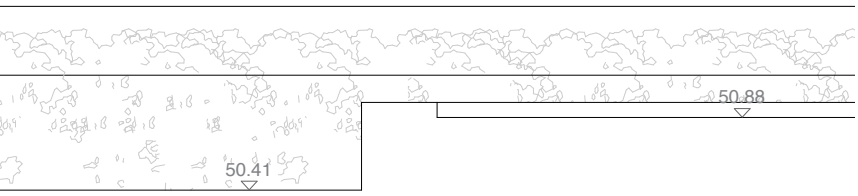


0 0.5 1

CORTE BB', ESCALA 1.50


52.80
50.41
50.01
50.03
50.01
49.98
49.40


52.80
52.62
50.10
50.03



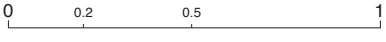
0 0.5 1

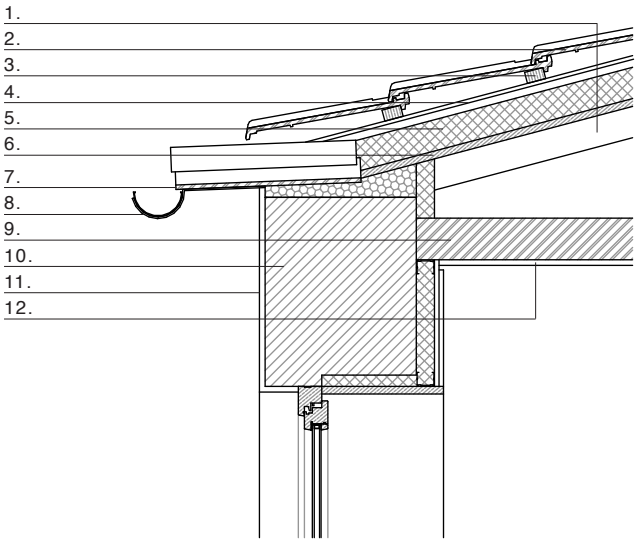
CORTE CC', ESCALA 1.50

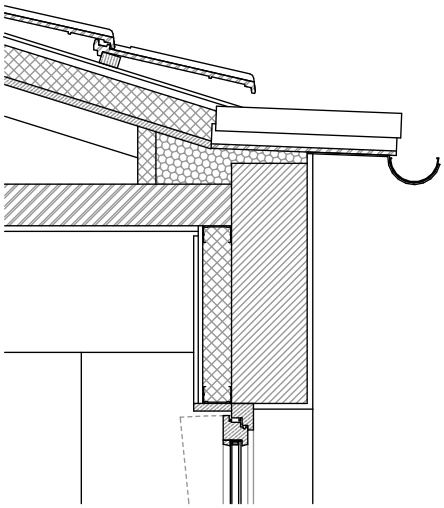
LEGENDA:

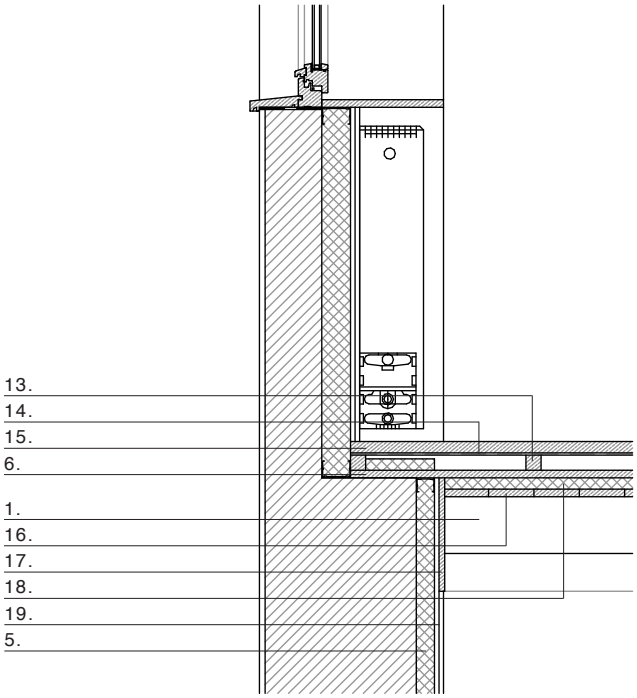
1. Estrutura de vigotas de madeira
2. Telha marselha
3. Ripado PVC
4. Subtelha Onduline
5. Isolamento térmico
6. Placa OSB
7. Telha de beiral
8. Caleira de zinco
9. Abobadilha cerâmica
10. Parede de granito
11. Argamassa de cal
12. Reboco interior
13. Ripado de madeira (estrutura do soalho)
14. Manta acústica
15. Soalho de madeira de pinho
16. Teto em ripado de madeira de pinho
17. Rodateto de madeira
18. Isolamento acústico
19. Placa dupla de gesso cartonado
20. Brita
21. Tela asfáltica
22. Massame de betão armado
23. Betão leve
24. Betonilha afagada
25. Cubo de granito
26. Rodapé de madeira
27. Camada de regularização
28. Estrutura de betão armado
29. Manta geotêxtil
30. Dreno
31. Solo
32. Cama de areia
33. Pavimento em pedras de granito
34. Tela drenante

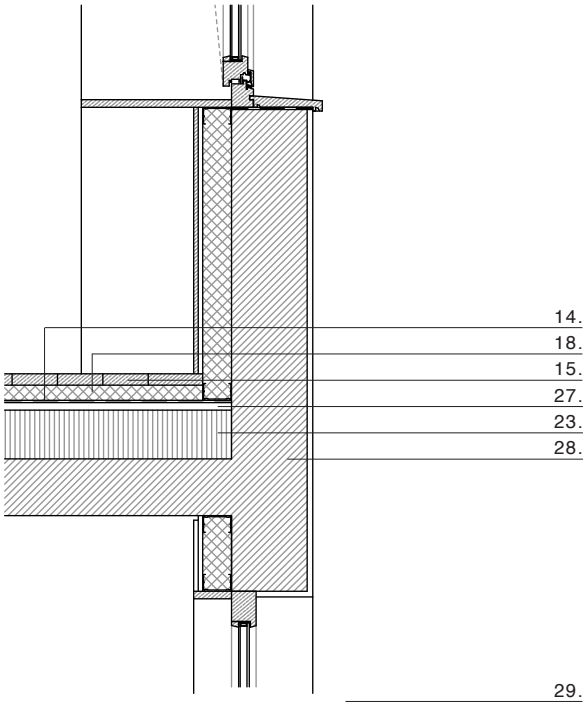
CORTE CONSTRUTIVO, ESCALA 1.20

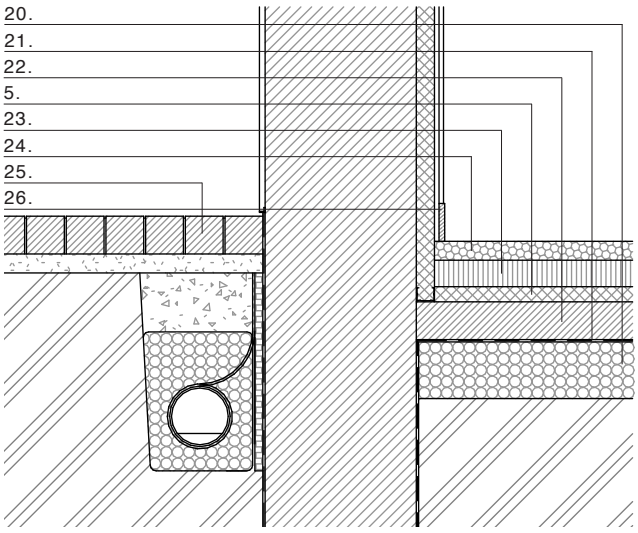


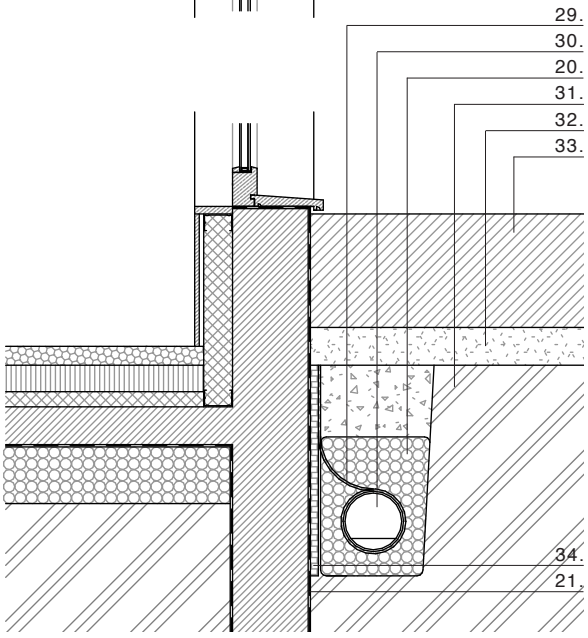

1.
2.
3.
4.
5.
6.
7.
8.
9.
10.
11.
12.




13.
14.
15.
6.
1.
16.
17.
18.
19.
5.


14.
18.
15.
27.
23.
28.


20.
21.
22.
5.
23.
24.
25.
26.


29.
30.
20.
31.
32.
33.
34.
21.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações finais poderiam, em última instância, ser substituídas pelos desenhos de projeto já apresentados, por melhor representarem os conceitos e princípios defendidos. Ainda assim, a par dos desenhos, procura-se sintetizar e colocar em evidência um conjunto de questões que nos parecem essenciais.

Importa, no final do trabalho, destacar os significados simbólicos que a habitação transporta para o presente. Ao retornar às origens da obra, foi possível desenvolver a consciência da sua distância temporal e reconhecer o valor nostálgico das memórias[1] de um passado cada vez mais difuso.

O papel documental e rememorativo das fotografias de outros tempos foi essencial neste processo, pela capacidade de evocar o "espírito do lugar" a partir de simples imagens. As fotografias são resultado destes sentimentos de nostalgia, reflexo da tentativa de encurtar o distanciamento temporal e evitar o progressivo desaparecimento do acumular de valores afetivos que perduram no objeto e no lugar[2] que o define.

Contrariamente ao nomadismo associado ao sistema de aluguer, comum na sociedade contemporânea, e o consequente carácter efémero que as habitações representam na vida de muitas pessoas, antigamente era normal construir uma "casa para a vida". Percebe-se assim

1. "O sentido de memória surge aqui enquanto elo imprescindível entre o passado e o presente, entre o tempo e o espaço, (...). O efeito do tempo será a sua própria identidade abstrata, para uns o fascínio do perpétuo movimento do sentido da vida, para outros, o murmúrio dos nossos antepassados que deixaram impresso nessa identidade uma espécie de espacialidade de lugar onde habitaram e se tornaram elos indispensáveis da continuidade cultural. A esta identidade sublime podemos denominar o espírito do lugar, (...)." Victor Mestre, "Luto, sutura e redenção: A luz, a sombra, a eternidade", in José Manuel Neves, *Portuguese Restored Houses*, Lisboa: Uzina Books, 2014, p. 6.

2. "O lugar não é um simples objeto ou um edifício, mas um estado difuso e complexo que integra memórias e imagens, desejos e medos, passado e presente. (...) O lugar não se pode produzir de uma só vez. Tem uma dimensão temporal e uma continuidade, e é um produto gradual da adaptação ao mundo da família e do indivíduo." Juhani Pallasmaa, "Habitar", Barcelona: Gustavo Gili, 2016, p. 18.

a qualidade afetiva destas habitações, ainda mais quando seriam os futuros moradores os responsáveis pela construção da própria casa. Estas fotografias são, por isso, testemunho da profunda ligação que a família tinha/tem com o seu lar.[3]

Torna-se então evidente que para a família envolvida na história da casa, designadamente, para os proprietários e para os seus descendentes, este "edifício não é apenas um edifício. Por isso, quando o abordamos enquanto forasteiros, estranhos ao tempo do lugar sem nos inteirarmos profundamente do que está em presença em termos afectivos, corremos sérios riscos de virmos a ser *persona non grata* numa qualquer intervenção."[4]

Na intervenção que se propõe, já foi referida a importância da preservação de certas condições imateriais que definem os valores permanentes da arquitetura popular portuguesa. À importância da preservação da identidade da arquitetura portuguesa, neste caso concreto, soma-se então a importância da preservação da identidade do lugar, da qual a história da casa e da família que aí viveu (e vive) também faz parte. Pretende-se assim sublinhar a importância da preservação de certas qualidades singulares[5] que assegurem elos de continuidade cultural, e que permitam que a família se identifique com a casa pela qual desenvolveu íntimas relações de afeto.

Por fim, ao intervir sobre o edifício existente, esperamos que o projeto que se apresenta como resultado da investigação desenvolvida reflita o equilíbrio que se procurou encontrar entre o continuar e o inovar, estruturado a partir de uma síntese entre o passado e o presente num movimento dinâmico de constante renovação cultural.

3. "Perante uma realidade arquitetónica ancestral pousamos o olhar em algo que apreciamos, por reconhecermos ou julgarmos que a reconhecemos, ao estabelecermos paralelismos com memórias de admiração, ou de remorso, numa espécie de homenagem por algo que nos emociona em face da sua transformação ou perda. Essa perceção reforça um sentido de consciência adquirida por experiências vividas presencialmente, recoletadas em leituras, em imagens, ou no escutar de outras descrições reais ou já em manifesta transição entre o real e a ficção." Victor Mestre, "Luto, sutura e redenção: A luz, a sombra, a eternidade", in José Manuel Neves, *Portuguese Restored Houses*, Lisboa: Uzina Books, 2014, p. 6.

4. Victor Mestre, "Intervenções contemporâneas em património paisagístico, urbano e arquitectónico – a cura pela morte", *Arquitectura Ibérica* n. 12, 2006, p. 51.

5. São certas marcas/símbolos (como a pérgola, o painel de azulejos com a imagem de S. José no alçado principal, ou até o próprio alçado que se mantém praticamente inalterado e, enfim, a imagem da casa branca, com os elementos da caixilharia pintados de vermelho) que desencadeiam memórias que permitem que os elementos da família estabeleçam relações com as vivências de todos os que fazem parte da história da casa, e entrem em comunicação com o legado das gerações passadas.

Não se pretende assumir a solução apresentada enquanto a única resposta possível face à complexidade do problema, mas antes enquanto solução que reflete a construção de um entendimento e a nossa posição crítica relativamente à circunstância em presença, incidindo sobre as temáticas específicas que foram abordadas e se destacaram no processo de investigação em torno da prática arquitetónica da reabilitação.

O eco das palavras e da visão de Fernando Távora acompanhou-nos durante todo o trabalho, sob o mote "continuar-inovando" que dá o título a esta dissertação. No final do percurso, esperamos que esta expressão que no início se assume apenas como uma convergência de entendimento, adquira o seu total significado e este seja tão claro para o leitor como o é para nós.

> "Cada nova obra intervém numa certa situação histórica. Para a qualidade desta intervenção é crucial que se consiga equipar o novo com características que entrem numa relação de tensão significante com o existente. Para o novo poder encontrar o seu lugar, precisa primeiro de nos estimular a ver o existente de uma nova maneira. Lança-se uma pedra na água. A areia agita-se e volta a assentar. O distúrbio foi necessário. A pedra encontrou o seu lugar. Mas o lago não é o mesmo."[6]

6. Peter Zumthor, "Pensar a arquitectura", Barcelona: Gustavo Gili, 2005, p. 17.

BIBLIOGRAFIA

LIVROS

AA. VV., “Arquitectura Popular em Portugal”, Lisboa: Ordem dos Arquitectos, 2004, vol. 1.

AA. VV., “Políticas urbanas: tendências, estratégias e oportunidades”, Lisboa: FCG, 2003.

AGUIAR, José, “Guião de apoio à reabilitação de edifícios habitacionais”, Lisboa: LNEC, 2005.

ALBERTI, Leon Battista, “Da arte edificatória”, Lisboa: FCG, 2011.

BARATA FERNANDES, Francisco, “Transformação e Permanência na Habitação Portuense: As formas da casa na forma da cidade”, Porto: FAUP Publicações, 1999.

CAPITEL, Antón, “Metamorfosis de monumentos y teorias de la restauración”, Madrid: Alianza Editorial, 1988.

CHOAY, Françoise, “Alegoria do Património”, Lisboa: Edições 70, 2010.

COSTA, Aníbal [et al.], “1.º Seminário – A Intervenção no Património: Práticas de Conservação e Reabilitação”, Porto: FEUP/DGEMN, 2002.

DOMINGUES, Álvaro, “Vida no Campo”, Porto: Dafne, 2011.

FERNANDES, José Manuel, “Português Suave: Arquitecturas do Estado Novo”, Lisboa: IPPAR, 2003.

KEIL DO AMARAL, Francisco, “Uma Iniciativa Necessária”, in *Arquitectura: Revista de Arte e Construção* n. 14, 1947.

LEAL, João, “Arquitectos, Engenheiros, Antropólogos: Estudos sobre a Arquitectura Popular no século XX Português”, Porto: Fundação Instituto Arquitecto José Marques da Silva, 2009.

LINO, Raul, “A nossa casa: apontamentos sobre o bom gôsto na construção das casas simples”, Lisboa: Atlantida, 1923.

LINO, Raul, “Casas Portuguesas: alguns apontamentos sobre o arquitectar das casas simples”, Lisboa: Cotovia, 1992.

NETO, Maria João Baptista, “Memória, Propaganda e Poder: O Restauro dos Monumentos Nacionais (1929-1960)”, Porto: Faup Publicações, 2001.

NEVES, José Manuel, “Adalberto Dias: arquiteturas”, Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2005.

NEVES, José Manuel, “Portuguese Restored Houses”, Lisboa: Uzina Books, 2014.

PALLASMAA, Juhani, “Habitar”, Barcelona: Gustavo Gili, 2016.

PEIXOTO DE FREITAS, Vasco (coord.) [et al.], “Manual de apoio ao projecto de reabilitação de edifícios antigos”, Porto: Ordem dos engenheiros da região norte, 2012.

RIEGL, Aloïs, “El Culto Moderno a los Monumentos: Caracteres y Origen”, Madrid: Visor, 1987.

RUSKIN, John, “The Seven Lamps of Architecture”, Nova Iorque: John Wiley, 1849.

SOLÀ-MORALES, Ignasi, “Intervenciones”, Barcelona: Gustavo Gili, 2006.

TÁVORA, Fernando, “Da organização do espaço”, Porto: Faup Publicações, 1996.

TÁVORA, Fernando, “Estudo de Renovação Urbana do Barredo”, Porto: Câmara Municipal do Porto, 2019.

TÁVORA, Fernando, “O Problema da Casa Portuguesa”, Lisboa: Manuel João Leal, 1947.

TEIXEIRA, Manuel C., “Arquitecturas do granito: arquitectura popular”, Arcos de Valdevez: Município, 2013.

TOMÉ, Miguel, “Património e Restauro em Portugal (1920-1995)”, Porto: FAUP, 2002.

TOSTÕES, Ana, “Os verdes anos na arquitectura portuguesa dos anos 50”, Porto: Faup Publicações, 1997.

VEIGA DE OLIVEIRA, Ernesto, GALHANO, Fernando, “Arquitectura Tradicional Portuguesa”, Lisboa: Dom Quixote, 2003.

VIOLLET-LE-DUC, Eugéne, “Restauration”, in *Dictionnaire raisonné de l’architecture française du XIe au XVIe siècle, Tome VIII*, Paris: A. Morel, Éditeur, 1866.

ZUMTHOR, Peter, “Pensar a arquitectura”, Barcelona: Gustavo Gili, 2005.

PERIÓDICOS

“Arqa: Acções Patrimoniais”, n. 82/83, Lisboa: Futurmagazine, Jul./Ago. 2010.

“Arqa: Aproximações Locais”, n. 119, Lisboa: Futurmagazine, Jul. 2015.

“Arquitectura Ibérica: Reabilitação/rehabilitación”, n. 30, Casal de Cambra: Caleidoscópio, Fev. 2009.

“JA, Jornal dos Arquitectos: À la recherche du temps perdu” n. 213, Lisboa: Ordem dos Arquitectos, Nov./Dez. 2003.

“Revista e-vilacondense” n. 3, Abr. 2003. Disponível em https://issuu.com/vilacondense/docs/003_abr_13 [09.05.2020].

“Revista Património” n. 2, Lisboa: DGPC, Nov. 2014.

CARTAS

Carta de Atenas para o Restauro de Monumentos Históricos, 1931. Disponível em http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/CartadeAtenas.pdf [20.02.2020].

Carta de Veneza: Carta Internacional Sobre a Conservação e Restauro dos Monumentos e dos Sítios, 1964. Disponível em http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/CartadeVeneza.pdf [20.02.2020].

Carta de Cracóvia: Princípios para a Conservação e o Restauro do Património Construído, 2000. Disponível em http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/cartadecracovia2000.pdf [20.02.2020].

TRABALHOS ACADÉMICOS

VALENTIM LOPES, Nuno, “Projecto, património arquitectónico e regulamentação contemporânea. Sobre práticas de reabilitação no edificado corrente”, Porto: FAUP, Prova de Doutoramento em Arquitectura, 2015.

ROCHA MOREIRA, Marta, “O Valor do Tempo. O Programa Intelectual e Arquitectónico de Raul Lino”, Porto: FAUP, Prova de Doutoramento em Arquitectura, 2015.

CRÉDITOS DE IMAGEM

PATRIMÓNIO

1. https://www.royalacademy.org.uk/art-artists/work-of-art/the-professors-dream [14.02.2020].

2-3. https://www.photo.rmn.fr [14.02.2020].

4. https://www.huntington.org/verso/2018/08/beautiful-ruins [15.02.2020].

5. https://www.studiointernational.com/index.php/ruin-lust-tate-britain-london [15.02.2020].

6. https://www.carrilhodagraca.pt/flor_da_rosa [17.02.2020].

7. http://rafaelmoneo.com [17.02.2020].

8. https://visitandomadrid.wordpress.com [17.02.2020].

9. TÁVORA, Fernando, “Estudo de Renovação Urbana do Barredo”, Porto: Câmara Municipal do Porto, 2019, p. 204.

10. http://www.docomomoiberico.com/index.php?option=com_k2&view=item&id=1969:casa-ofir-en-peligro&Itemid=48&lang=es [17.02.2020].

11. https://hormaestudio.com/portfolio_page/fernando-tavora/ [17.02.2020].

12. http://www.guiding-architects.net/tours/ [17.02.2020].

13. https://misfitsarchitecture.com/2013/09/25/the-maximum-dwelling-respect/savoye-decay/ [18.02.2020].

14. Fotografia do arquivo pessoal do autor [Paris, 2018].

ARQUITETURA POPULAR EM PORTUGAL

1. https://www.flickr.com/photos/biblarte/12365340693 [16.03.2020].

2. https://padraodosdescobrimentos.pt/galeria/exposicao-do-mundo-portugues/ [16.03.2020].

3-4. LINO, Raul, "Casas Portuguesas: alguns apontamentos sobre o arquitectar das casas simples", Lisboa: Cotovia, 1992.

5. Frame capturado (37'12") de "Raul Lino, Livre como o Cipreste". Disponível em https://arquivos.rtp.pt/conteudos/raul-lino-livre-como-o-cipreste/ [19.02.2020].

6. Frame capturado (14'00") de "Visita Guiada, Casa do Cipreste". Disponível em https://www.rtp.pt/play/p5656/e439639/visita-guiada [19.02.2020].

7. https://www.miesarch.com/work/2317 [18.02.2020].

8. VEIGA DE OLIVEIRA, Ernesto, GALHANO, Fernando, "Arquitectura Tradicional Portuguesa", Lisboa: Dom Quixote, 2003, pp. 30-31.

9-13. http://www.oapix.org.pt/300000/1/index.htm [20.02.2020].

14. http://interact.com.pt/26/a-mais-excellente-orta/ [13.03.2020].

15. https://www.publico.pt/2019/03/02/opiniao/ensaio/rural-1863632 [13.03.2020].

16. DOMINGUES, Álvaro, "Vida no Campo", Porto: Dafne, 2011, pp. 72-73.

17. Fotografia do arquivo pessoal do autor [Touguinhó, 2020].

18-19. http://interact.com.pt/26/a-mais-excellente-orta/ [13.03.2020].

20. DOMINGUES, Álvaro, "Vida no Campo", Porto: Dafne, 2011, p. 192.

ENQUADRAMENTO

1. Fotografia do arquivo pessoal do autor [Touguinhó, 2019].

2-3. Mapas gerados pelo autor a partir da aplicação "Mapas".

4. Planta de localização emitida pelo autor para instrução de processo de licenciamento em https://sig.cm-viladoconde.pt [14.03.2020].

5-6. Fotografias do arquivo pessoal do autor [Touguinhó, 2019].

7. Ortofotomapas emitidos pelo autor em https://sig.cm-viladoconde.pt [15.03.2020].

8. Desenho do autor.

9-12. Fotografias do arquivo pessoal do autor [Touguinhó, 2019].

13-14. Fotografias do arquivo pessoal de Maria da Conceição Curval Ferreira.

15-31. Fotografias do arquivo pessoal do autor [Touguinhó, 2019].

32-39. Desenhos do autor.

40-46. Fotografias do arquivo pessoal do autor [Touguinhó, 2019].

INTERVENÇÃO

1-3. https://www.archdaily.com.br/br/761143/casa-e-c-sami-arquitectos [17.03.2020].

4-8. http://www.andretavares.net/a13 [17.03.2020].

9-12. http://www.adalbertodias.com [17.03.2020].

13-16. https://www.archdaily.com.br/br/884856/casa-rosa-mezzo-atelier [17.03.2020].

17-25. Desenhos do autor.

26. Esquissos do autor.

27. https://www.archdaily.com.br/br/873188/ [17.03.2020].

28. “Glenn Murcutt: 1980-2012”, n. 163-164, Madrid: El Croquis, 2012, p. 335.

29. https://www.archdaily.com.br/br/912826/can-picafort-teda-arquitectes [17.03.2020].

30. https://www.archdaily.com.br/br/884856/casa-rosa-mezzo-atelier [17.03.2020].

31-42. Desenhos do autor.

continuar-inovando:
Um projeto de reabilitação em Touguinhó

Pedro Miguel Barreiros da Costa

FACULDADE DE ARQUITETURA